

VIVIAN STAROSKI

**A Colonização e a Construção do Espaço
Petrolandense na primeira metade do século XX**

FLORIANÓPOLIS – SC

2011

VIVIAN STAROSKI

**A Colonização e a Construção do Espaço
Petrolandense na primeira metade do século XX**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2011

A Colonização e a Construção do Espaço Petrolandense na primeira metade do século XX

Essa dissertação foi julgada aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca examinadora:

Professor Doutor Rogério Luiz de Souza - Orientador e Presidente

Professora Doutora Luciana Rossato / UDESC

Professor Doutor João Klug / UFSC

Professora Doutora Eunice Sueli Nodari / UFSC - Suplente

Florianópolis, 25 de janeiro de 2011

RESUMO

A colonização da região do Alto Vale do Itajaí, mais especificamente o município de Petrolândia, teve início nas primeiras décadas do século XX. Petrolândia, antes denominada Perimbó, foi colonizada principalmente por migrantes que saíram da região da grande Florianópolis – Angelina, São Pedro de Alcântara, São Bonifácio, Águas Mornas e outros – rumo ao Alto Vale a procura de novas terras. Propomo-nos reconstruir esse processo de colonização, com base nas memórias dos moradores mais antigos da cidade, enfatizando a adaptação dos colonos ao lugar, a construção do espaço e as relações entre os diferentes sujeitos que viviam na região. O trabalho foi dividido em três partes. Na primeira, buscamos analisar os motivos e causas da saída desses migrantes as antigas áreas coloniais em busca de novas terras. Na segunda parte nos debruçamos sobre a fixação dos colonos a terra e sobre a construção do espaço petrolandense. Por fim, no terceiro capítulo, problematizamos uma leitura recente da colonização, visando a construção de um passado e de uma identidade para o município.

Palavras-chave: colonização, memória, Petrolândia.

ABSTRACT

The beginning of the colonization of the Upper Itajaí Valley, specifically the city of Petrolândia, began in the early decades of the twentieth century. Petrolândia before Perimbó called, was settled mainly by migrants who left the region of Florianopolis - Angelina, San Pedro de Alcantara, St. Boniface, warm waters and others - into the Upper Valley in search of new lands. We propose to reconstruct this process of colonization, based on memories of older residents of the city, emphasizing the adaptation of settlers to the place, the construction of space and the relationships between the different individuals living in the region. The work was divided into three parts. At first, we analyze the reasons and causes the output of these migrants the former colonial areas in search of new lands. In the second part we focus on the establishment of settlers on the land and the construction of space petrolandense. Finally, the third chapter, we discuss a recent reading of colonization, involving the construction of a past and an identity for the city.

Keywords: colonization, memory, Petrolândia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de Santa Catarina

Figura 2 – Mapa do Alto Vale do Itajaí

Figura 3 - Foto Bandonion

Figura 4 – Foto Perimbó (1935)

SUMÁRIO

Apresentação	07
1. Capítulo I – Petrolândia e a colonização da região do Alto Vale do Itajaí	19
1.1 O Alto Vale do Itajaí	20
1.2 A migração interna	33
1.3 Os motivos para migrar	44
1.4 A circulação de notícias e as redes migratórias	49
1.5 Colonizadora Catharinense	53
1.6 As dificuldades da mudança	57
2. Capítulo II – O estabelecimento na região e a construção do território	62
2.1 Os habitantes do Perimbó antes da colonização	63
2.2 A adaptação ao novo lugar	77
2.3 Caboclos e colonos no Alto Vale	92
2.4 A formação das localidades católicas e luteranas: a construção do território petrolandense	102
3. Capítulo III – Em busca de um passado	114
3.1 A fundação e o mito de origem de Petrolândia	115
3.2 Horácio Coelho: o anti-modelo do pioneiro	131
Considerações Finais	133
Referências bibliográficas	137
Fontes Orais	142
Fontes Escritas	143
Fontes Digitais	143

APRESENTAÇÃO

A história se faz com documentos escritos, quando existem. Mas ela pode e deve ser feita com toda a engenhosidade do historiador... Com palavras e sinais. Paisagens e telhas. Formas de campos e ervas daninhas. Eclipses lunares e cordas de atrelagem. Análises de pedras pelos geólogos e de espadas de metal pelos químicos.

Lucien Febvre. Combats pour l'histoire (1953)

Este trabalho pretende trazer uma pequena contribuição para o conhecimento do passado histórico da cidade de Petrolândia, cidade de população majoritariamente teuto-brasileira, católica e luterana,¹ localizada no Alto Vale do Itajaí. Meu interesse é desvendar aspectos da ocupação e da colonização do espaço que posteriormente veio sediar Petrolândia, nas décadas iniciais do século XX, entre 1910 a 1940.² Esse espaço, antes de constituir-se como uma das regiões oficiais de Santa Catarina, ainda é bastante desconhecido historicamente. A região do Alto Vale do Itajaí, em geral, foi alvo de pesquisas de historiadores amadores, sem formação acadêmica, que se dedicaram a escrever narrativas históricas sobre os seus municípios.³ Essas narrativas, contudo, caracterizam-se por uma abordagem bastante tradicional, descritiva, baseada nas iniciativas oficiais ou de particulares ilustres que colonizaram a região. Dos municípios do Alto Vale, entretanto, Petrolândia é um caso a parte. É um dos poucos municípios da região que não tem sua trajetória histórica narrada num livro. Nenhum historiador local

¹ A maioria da população é descendente de imigrantes alemães. O restante da população é composto por alguns poucos italianos e um bom número de “brasileiros” (descendentes de portugueses, açorianos, mestiços e caboclos). Não dispomos de um censo ou de uma pesquisa para afirmar com precisão o percentual da população por critério de origem.

² Embora delimitemos esse período, que se refere às décadas iniciais da colonização de Petrolândia, não nos limitaremos a ele. Poderemos recuar ou avançar no tempo, em função das exigências da pesquisa. No capítulo III, por exemplo, trabalhamos com o tempo presente, para tratarmos de certa leitura da colonização de Petrolândia, um esforço da prefeitura em busca de uma origem para o município.

³ No trabalho de mestrado de Arnaldo Hass Junior sobre essas obras locais do Alto Vale do Itajaí destaca-se a existência de “(...) um conjunto de obras de história local e/ou de caráter genealógico (...) em municípios da Região do Alto Vale do Itajaí. Confeccionadas por autores de variadas formações profissionais com a intenção de promover um “resgate do passado”, ou ainda, a preservação da memória local para as gerações futuras, tais obras – que não raro generalizam uma confusão entre história-objeto e história-conhecimento, entre história vivida e história como operação intelectual – têm sido um veículo privilegiado de publicização de narrativas sobre o passado local”. Ver HAAS Junior, Arnaldo. **Horizontes da escrita: historiografia, uma idéia de região e a monumentalização do passado. Alto Vale do Itajaí – SC (1985 – 2007)**. Dissertação de mestrado, Udesc, 2009.

dedicou-se a essa tarefa. Existem apenas trabalhos não publicados de conclusão de curso e de especialização em história, escritos por professores de história do município.⁴

A constatação da existência de pouquíssimos estudos históricos sobre colonização e ocupação do espaço petrolandense é minha maior motivação para escrever este trabalho. Como historiadora e professora em Petrolândia, entre 2000 e 2004, sempre me incomodou a inexistência de uma narrativa que pudesse servir de referência para pesquisas e utilizada nas escolas para estudar a chegada dos colonizadores, o processo de ocupação das terras, enfim, o passado da cidade.

Provavelmente, a ausência de narrativas escritas sobre Petrolândia se deva ao fato de praticamente não existir documentos escritos sobre o passado. A ausência de documentos, certamente, dificulta e desestimula o trabalho do historiador na reconstrução do passado. Em relação às décadas iniciais da colonização do município, sobre as quais nos debruçaremos, esta dificuldade é ainda maior. Não encontramos registros escritos sobre os colonos ou as famílias que colonizaram a área, sobre os motivos que os levaram a procurar a região e como ali se estabeleceram.

Mas isso não quer dizer que Petrolândia não tenha um passado, ou uma memória, que possa ser explorada no sentido de construir uma narrativa histórica. O que poderia ser uma dificuldade pode vir a ser um desafio ao historiador. As fontes escritas são uma das fontes de acesso ao passado, não a única. Lucien Febvre, citado na epígrafe, sugere a diversidade de fontes que, para além da escrita, ajudam o historiador na reconstrução do passado. A história nos ensina Febvre, se faz com documentos escritos, quando eles existem. Na falta desses, devemos recorrer a toda sorte de vestígios do passado.

Existe um conjunto de obras, como dito anteriormente, sobre as histórias locais dos municípios próximos de Petrolândia. Essas obras podem, em parte, nos auxiliar em alguns aspectos da colonização de Petrolândia, pois descrevem o início do povoamento

⁴ Os trabalhos existentes são: CUSTÓDIO, Amarildo. **Sociabilidade na terceira idade: Clube da Amizade Perimbó de Petrolândia**. (Monografia), Udesc, 2000; PICKLER, Joelma Luckmann. **O ouro preto. Petróleo em Petrolândia na década de 1960**. (Monografia) Udesc, 2000; VELTER, Andrea Regina. **Heróis ou Bandidos: Martin Bugreiro e os bugreiros na colonização européia em Santa Catarina**. (Monografia), Univali, 2005; WEBER, Valmor. **A Escola proibida: escola particular alemã em Rio Antinhas – Petrolândia nas décadas de 1920 – 1940**. (Especialização em História), FUCAP, 2007; STAROSKI, Vivian. **Memórias da colonização: luteranos, católicos e casamentos interétnicos na região e Petrolândia (1950-1970)**. (Especialização em História), FUCAP, 2007.

da região. Essas obras, contudo, são quase sempre carregadas de relatos apologéticos, em tom épico, das famílias ilustres que pioneiramente desbravaram as matas e se estabeleceram nas terras.

Diante da quase inexistência de fontes escritas, foi dada prioridade às fontes orais, tomadas como pistas que podem revelar como foram os primeiros anos da ocupação da região e o estabelecimento das comunidades católicas e luteranas. O trabalho com fontes orais, utilizadas com o apoio da historiografia a fim, nos auxilia primeiro, na reconstrução das primeiras décadas do povoamento de Petrolândia e, segundo, para fazer um contraponto ou realçar alguns aspectos presentes nas narrativas tradicionais de outros municípios do Alto Vale.

O trabalho com os registros orais tem lançando luz sobre os debates a respeito da própria produção das fontes, da relação pesquisador/pesquisado e do diálogo história/memória, o que, com frequência, tem exigido novos estudos sobre a aplicabilidade da metodologia. Não estamos com isso sugerindo uma reavaliação dos procedimentos metodológicos, mas sim demonstrando atenção às discussões. Trabalhar com a fonte oral implica pensar a subjetividade dos envolvidos. Hoje há uma preocupação por parte dos historiadores que trabalham com a história oral, principalmente em relação a “uma das mais antigas discussões acerca da utilização das fontes orais que diz respeito à credibilidade e à definição de uma fonte provocada por seu usuário imediato, bem como aos efeitos de sua constituição para o objeto da pesquisa”.⁵

Os efeitos imediatos do uso das fontes orais neste trabalho são bastante significativos. As entrevistas foram fundamentais para traçar as linhas e discussões sobre a formação do espaço petrolandense. O diálogo estabelecido entre pesquisador e entrevistado, no momento da entrevista, constitui-se em uma experiência muito significativa, além de ser um espaço para a elaboração e manifestação da memória. Penso ser interessante que pessoas comuns, principalmente agricultores, possam falar de suas impressões, sentimentos, surpresas, ao lembrar-se das experiências vividas, das dificuldades lembradas, enfim, de suas vidas, colaborando para que estas recordações

⁵ VOLDMAN, D. **Definições e usos**. IN: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, pp.36 – 37.

possam ser registradas e, com isso, ajudar a escrever um pouco da história de Petrolândia. Ao falar da fonte oral, por outro lado, não se pode esquecer as dificuldades existentes no momento de utilizá-las. Além das questões metodológicas (realizar a entrevista, transcrever, digitar, analisar e interpretar), é preciso ficar atento ao uso das entrevistas, já que estamos lidando com experiências de seres humanos, e isso exige sempre sensibilidade, respeito e postura ética.

As fontes orais nos remetem às memórias dos entrevistados. Isso nos obriga a considerarmos as relações entre memória e história, ou como o historiador se apropria da memória para construir o conhecimento histórico. Trabalhar com a memória, antes de qualquer coisa, é uma forma de dar existência à mesma. Ecléa Bosi discute a memória como um conjunto de representações. Na maior parte das vezes, de acordo com a autora, lembrar não é reviver, mas sim refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje as experiências do passado. No livro *Memória e Sociedade* a autora escreveu que o trabalho da lembrança, ou seja, o trabalho com memória, não está no afastar-se para reviver o passado, como se fosse possível guardar em estado puro e intocável as lembranças e experiências. Para o historiador (a), cujo trabalho é o de reconstruir as experiências vividas no passado, a partir do presente, o relembrar é uma reconstrução orientada pela vida atual, pelo lugar de onde está e pelo significado que a lembrança trás àquele que viveu. “A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.”⁶ Tudo o que é lembrado ou esquecido no trabalho de relembrar o passado está intimamente ligado a uma necessidade daquele que registra. Esta pesquisa procura registrar aquilo que as personagens da minha narrativa lembram e que lhes é significativo.

A rememoração, como bem registrou Marina Maluf, é um ato repleto de significados para aquele que rememora:

Memória é a um só tempo lembrar e esquecer. O ato de rememorar encerra um conjunto de intenções conscientes e inconscientes que selecionam e elegem – escolha que deriva de incontáveis experiências objetivas e subjetivas do sujeito que lembra. Por isso, ao relembrar, o

⁶ BOSSI, Ecléa. Op cit, p. 55.

indivíduo memorizador constrói paisagens e imagens que são verdadeiros campos de significado para o lembrado.⁷

Foi o que aconteceu com Seu Sigfrido, agricultor aposentado de Petrolândia, que numa entrevista rememorou a noite de seu nascimento, algo que lhe era muito significativo. Na noite do seu nascimento, o pai foi buscar uma parteira. Na volta, foi picado por uma cobra. Vejamos o que nos disse Seu Sigfrido, com o sabor de quem remexe num passado valioso:

Naquele tempo não tinha remédio pra nada (...) aí o falecido pai falou com uma mulher que morava lá embaixo da serra, isso era tudo mato aqui, a única mulher parteira que tinha ali, era essa mulher que morava longe, longe. O falecido pai tinha falado com ela uns tempos antes de eu nasce pra ela ir ali com a mãe, e ela disse que sim, que era só chamar no dia que ela vinha. Todos os moradores, um ajudava o outro. Numa noite muito escura, a mãe falou olha tu tens que ir lá buscar a mulher porque a criança vai nascer. Ele pegou uma luz de querosene, uma pistola na cinta, uma foice e foi até lá onde morava a mulher, chegou lá e ela veio com ele, chegou ao morro, de repente, a cobra mordeu o pai, ele deu uns tiro e mato a cobra.⁸

Seu Sigfrido lembra a história contada por seu pai com orgulho – por se tratar do seu nascimento. Mas ao mesmo tempo narra as dificuldades que seus pais, ele, os irmãos e todos que migraram para novas terras enfrentaram. Matas impenetráveis, cobras venenosas e longas distâncias faziam parte do dia a dia daquelas pessoas.

De tudo o que viveu, Seu Sigfrido decidiu falar, sem ser perguntado, sobre as circunstâncias de seu nascimento. As dificuldades daqueles tempos, lembradas hoje, num tempo de relativo conforto, adquire um valor especial. E ao mesmo tempo em que relembra aspectos significativos de sua existência, Seu Sigfrido nos ajuda a desvelar aspectos significativos da ocupação da região.

Neste sentido, lembrar, ainda de acordo com Marina Maluf, implica um duplo movimento:

(...) acionar a memória para recapturar o passado e selecionar os eventos vividos. (...) Além disso, o ato pessoal de pensar o passado - de contar uma vida - está enganchado na trama coletiva da existência social. E a memória pessoal transforma-se em fonte histórica

⁷ MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995. p. 70.

⁸ Entrevista concedida à autora pelo Senhor Sigfrido Eger, Petrolândia em 13/02/2010.

justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos ao qual pertencem ou pertenceu.⁹

A intenção é tornar presentes os momentos que grifaram as experiências cotidianas dos migrantes que colonizaram Petrolândia e suas lembranças cheias de particularidades e importância. Ecléa Bosi afirma que não há memória sem significado particular, todos lembramos a partir do que vivemos e consideramos importante e significativo em nossa vida.

Quando a sociedade esvazia seu tempo de experiências significativas, empurrando-o para a margem, a lembrança de tempos melhores se converte num sucedâneo da vida. E a vida atual só parece significar se ela recolher de outra época o alento. O vínculo com outra época, a consciência de ter suportado, compreendido muita coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância.¹⁰

Em relação às entrevistas, devemos esclarecer o procedimento aqui utilizado. Compartilhamos da idéia de que a história oral, vista como um corpo documental a ser utilizado pelo historiador, só se realiza quando, após a etapa das entrevistas, chega ao texto.¹¹ Reconhecidamente, a linguagem oral e a linguagem escrita apresentam diferenças e valores distintos. Evidentemente que na passagem da linguagem falada para a escrita muita coisa se perde. A forma textual não incorpora a emoção, os gestos, as expressões, o choro, o riso e as pausas significativas presentes na etapa oral de uma entrevista. Contudo, a transcrição de uma entrevista é inevitável para o historiador. A transcrição, num primeiro momento, quando passamos para a forma escrita o conteúdo de uma entrevista, deve ser literal, ou seja, rigorosamente fiel ao que foi ouvido. Na etapa seguinte, quando reproduzimos as entrevistas nos nossos textos, podemos mantermo-nos fiéis a transcrição literal ou podemos intervir no sentido de deixar o texto mais claro e legível, sem, contudo, alterar o seu significado. Optamos por essa última possibilidade. Seguimos a orientação metodológica que propõe que o importante em uma entrevista “não são as palavras como foram ditas ou pronunciadas, e sim o seu

⁹ MALUF, Marina. Op cit p. 82.

¹⁰ BOSI, Ecléa Op cit p. 82.

¹¹ GATTAZ, André. Lapidando a fala bruta: a textualização em história oral. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). **(Re) introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 1996, pp. 135-140.

significado no conjunto das mensagens”.¹² Assim, nossa intervenção visou apenas corrigir alguns erros gramaticais e colocar a pontuação corretamente, para facilitar a leitura e o entendimento do texto. As expressões típicas e o linguajar próprio dos entrevistados foram mantidos, para manter a originalidade das falas. Esse procedimento metodológico, visando a elaboração de “uma narrativa clara”, “limpa” e “enxuta” é chamada de “textualização”. Como bem advertiu André Gattaz, na “textualização, a interferência do autor não deve ser negada, porém explicitada”.¹³

Há ainda outro aspecto do uso da história oral que precisa ser destacado. Como contraponto as narrativas tradicionais, a história oral e a memória nos oferecem outro ângulo de observação da história. Neste trabalho, homens e mulheres, indivíduos comuns e anônimos passaram a ser personagens ativos na construção do passado. Neste caso, o trabalho com a memória permite ir além dos registros genealógicos baseados nas trajetórias das famílias política e economicamente importantes, bastante comum na região. A história da colonização de uma região não pode limitar-se a apologia ou a epopéia de algumas famílias consideradas ilustres. É necessário ampliar o leque de observação, procedimento possível graças às possibilidades da história oral, e identificar os diferentes sujeitos envolvidos nos movimentos migratórios e no povoamento das áreas de estudo. Deste ponto de vista, personagens até então anônimos, e sem nenhum destaque na cidade, como Seu Sigfrido, passam a ocupar um lugar central na narrativa histórica.

Escapar aos jogos de poder da cidade, aos quais, geralmente, estão presas as narrativas tradicionais, e ir ao encontro da multiplicidade de sujeitos, homens e mulheres, e suas múltiplas experiências, que fizeram parte da colonização de Petrolândia, é uma das ambições desse trabalho. Não nos dedicamos a tecer genealogias, nem narrar à saga dos colonos. Tampouco buscamos encontrar no passado uma origem para a cidade. Essas considerações nos remetem a um debate historiográfico.

A reconstrução histórica da colonização da região exige um esforço de interpretação, a fim de fugir dos conceitos já firmados, afastando-se de abordagens que privilegiem determinada etnia, região ou grupo social. Durante muito tempo a

¹² MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 195.

¹³ GATTAZ, André. Op. cit. pp. 135-140.

historiografia catarinense ficou restrita aos grandes centros: Blumenau, Joinville, Florianópolis e as primeiras colônias. Essas abordagens sobre a colonização de Santa Catarina apoiavam-se numa concepção teórico-metodológica que chamaremos de “tradicional”, dominada pelos grandes acontecimentos, cronologias e personagens notáveis. Inspirados na história científica do século XIX, os historiadores buscavam pela “verdade histórica” sobre o passado humano. Cristina Scheibe, no seu artigo “Historiografia catarinense: uma introdução ao debate” apresenta “uma espécie de classificação provisória, sem pretensões de ser absoluta, da historiografia catarinense recente.”¹⁴ A intenção da autora tem dois pontos: “a elaboração de instrumento didático para facilitar e iniciar o estudo da historiografia de Santa Catarina e principalmente como uma forma de provocar o debate sobre o tema.”¹⁵ De acordo com a classificação de Scheibe, a historiografia catarinense abrange três grupos de distintos de abordagens: as obras que se pretendem estaduais e se dedicam ao estudo dos eventos políticos e militares estaduais, com destaque para as figuras ilustres (políticos, empresários e religiosos); as obras de caráter local, municipal, que também apresentam um elogio às elites locais, vistas como sujeitos da história e as abordagens centradas em temas e questões problemas. As duas primeiras vertentes historiográficas, apesar das diferentes perspectivas, apresentam as características da denominada história tradicional, vista como uma “história vista de cima”.

Essa classificação ajuda a situar nosso trabalho numa perspectiva historiográfica. As pouquíssimas obras existentes na região pesquisada podem ser vistas como pertencentes à história tradicional vista de cima. Em geral, abordam os eventos políticos, militares e administrativos das cidades, e dão destaque para as grandes figuras locais. São obras escritas por historiadores amadores e figuras eclesiásticas, padres e pastores.¹⁶ A colonização da região, em geral, é atribuída aos pioneiros e fundadores e as principais famílias desbravadoras.

Hoje já temos muitos trabalhos que abandonaram a visão apologética da colonização, centrada na idéia do crescimento econômico-industrial e dos grandes acontecimentos. Ao contrário das grandes sínteses históricas que ambicionam uma descrição exata e completa da história do Estado, a nova historiografia não se imbuí de

¹⁴ WOLFF, Cristina Scheibe. **Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate**. In Revista Catarinense de História, Florianópolis, nº 2, pp. 5-15, 1994.

¹⁵ A autora deixa claro em inúmeras passagens de seu texto o caráter provisório da classificação sugerida.

¹⁶ Cito como exemplo as obras do padre Dorvalino Koch.

nenhuma pretensão totalizante. Seu interesse não é apresentar uma narrativa única e pretensamente mais verdadeira sobre a história, mas sim a problematização de um ou outro tema em específico. Perceber, por exemplo, como se construiu o “mito” dos alemães “portadores de civilização e progresso” e como foi a experiência histórica destes alemães, cuja maioria não se converteu em empresários, mas viveram como a maioria, ultrapassando obstáculos, enfrentando dificuldades, como os apresentados neste trabalho.

Se o historiador tradicional se via como um porta-voz do passado, como um narrador neutro, comprometido única e exclusivamente com a descrição exata dos fatos, daquilo que “realmente aconteceu”, o historiador que se apresenta hoje é, entre outras coisas, o criador da história que conta. Isso porque ele não reconstitui essa história, mas a reconstrói no seu tempo, a partir do seu ponto de vista, de suas experiências e, portanto, participa criativamente da sua elaboração, não sendo distanciado ou separável dela, pois isso seria impossível.¹⁷ As narrativas da vida real não costumam ser redondas, com começo, meio e fim, como se obedecessem a um roteiro, como indica a história oficial.

O trabalho foi dividido em três partes que tratam, respectivamente, da migração para a região de Petrolândia, do estabelecimento dos colonos na área e a construção do espaço e, por fim, da apropriação deste passado pelo discurso oficial em busca de uma identidade para o município.

Na primeira parte, nos propomos investigar o movimento de populações que, no início do século XX, deslocou migrantes das áreas das colônias mais antigas para o que mais tarde seria o Alto Vale do Itajaí. A ocupação do espaço que posteriormente viria a ser o município faz parte desse processo mais geral. Nossa intenção é verificar as razões que levaram os colonos a sair de suas terras e partir para outros lugares, como o Alto Vale. Neste contexto, observamos também as dificuldades que envolviam a mudança de um lugar para outro.

Na segunda parte, enfocamos mais particularmente a chegada dos colonos e suas famílias na região e a construção do espaço. Famílias alemãs, pertencentes às igrejas católicas e luteranas, se estabeleceram em diferentes áreas, isoladas umas das outras,

¹⁷ CADIOU, François [et al.] **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 68

marcadas pela identidade religiosa. A ocupação e construção do espaço petrolandense estão intimamente ligados com as relações estabelecidas entre católicos e luteranos.

Investigamos também as relações estabelecidas entre os colonos e os xokleng, nos primeiros anos da colonização da área. Diversos moradores de Petrolândia lembraram nas entrevistas que quando chegaram à região, eles próprios ou algum familiar, mantiveram contato, às vezes pacífico, às vezes violento, com os antigos moradores. As relações dos colonos com os indígenas marcam o início da ocupação da região. Como ocorreu em todo o Alto Vale, os indígenas foram perdendo espaços para os colonos que sistematicamente foram se estabelecendo nas áreas por eles ocupadas. A história da ocupação do Alto Vale é, em parte, a afirmação da colonização européia, por meio das migrações internas, sobre os territórios indígenas.

Por fim, procuramos verificar como o passado histórico de Petrolândia visitado neste trabalho foi, no contexto da década de 1990, apropriado pelo discurso oficial para projetar uma identidade para o município. Num contexto em que se produziam narrativas históricas sobre os municípios que compõe o Alto Vale, projeto este financiado pela AMAVI, a prefeitura de Petrolândia voltou-se ao início da ocupação do município em busca de uma origem, de um lugar no passado que pudesse ser apontado como o ponto de partida da história da cidade.

Minha principal forma de acesso às primeiras décadas da colonização de Petrolândia foram as memórias dos antigos moradores da cidade, envolvidos direta ou indiretamente com a colonização. Procurei realizar as entrevistas a partir do critério de antiguidade, procurando pelas pessoas mais velhas, cuja memória tinha um alcance evidentemente maior.

Seguindo esse critério, os moradores entrevistados foram:

Adolfo Staroski – Nasceu em 1927 na localidade de Rio do Jango, Petrolândia. Sua família migrou de Angelina para Rio do Jango. Luterano, casou em 1953 com outra luterana, Dona Herta Kratz Eger. Seu Adolfo foi agricultor e hoje, aposentado, reside na localidade de Rio Tamanduá – Petrolândia.

Avelino Dionísio Momm: Nasceu em 1927 na localidade de Cerro Negro, Ituporanga. Sua família migrou de Águas Mornas para Cerro Negro. Seu Avelino vem

de uma família católica que mudou-se para Perimbó em 1935; Aposentado, reside hoje no Bairro Estreito – Florianópolis.

Dorvalino Momm: Nasceu em 1930 na localidade de Indaiá – Petrolândia, uma localidade com predominância de católicos, sendo sua família também católica. Sua família migrou de Águas Mornas para localidade de Indaiá. Agricultor, hoje é aposentado e reside no Centro de Petrolândia.

Evaldo Schistel: Nasceu em 1945 na localidade de Rio Fortuna, município de Angelina. Mudou-se para Petrolândia em 1965 e foi morar na localidade de Alto Barra Nova. De família luterana, foi agricultor toda sua vida. Hoje é aposentado e reside no centro de Petrolândia.

Herta Kratz Staroski: Nasceu em 1934 na localidade de Rio Tamanduá, onde mora até hoje. Dona Herta é de uma família luterana que migrou de Angelina para Petrolândia. Agricultora, casou-se com o Senhor Adolfo Staroski.

Hilberto Staroski – Nasceu em 1950 na localidade de Serra Grande. Vem de uma família luterana que migrou de Angelina. Foi agricultor durante as primeiras décadas de sua vida. Hoje reside no centro de Petrolândia;

Iva Derner Staroski – Nasceu em 1954 na localidade Tifa dos Derner. De família luterana e agricultora, reside hoje no centro de Petrolândia.

Ladislau Alves Tives: Seu Lalau Tives, como é conhecido, nasceu em 1923 na localidade de Cambará, Bom Retiro. De família católica, logo veio se estabelecer em Petrolândia na localidade de Serra Grande. Agricultor aposentado continua morando na mesma localidade.

Maria Becker Graci: Dona Maria era professora, nasceu em 1924 numa família católica. Migrou junto do marido, Seu Santo Graci, de Orleans. Aposentada, reside hoje no centro de Petrolândia;

Nilo Momm – Nasceu em 1939 na localidade de Cerro Negro – Ituporanga, de família católica. Aposentado reside hoje em Florianópolis. Sua família migrou de Águas Mornas para Cerro Negro.

Ralf Stockburger: Nasceu em 1926 em Petrolândia. Agricultor, e de família luterana, viveu toda sua vida no município. Seu pai imigrou da Alemanha.

Santo Graci: Nasceu em 1918 numa família católica. Migrou com sua mulher e uma filha recém nascida do município de Orleans para o município de Atalanta. Posteriormente mudou-se para a localidade de Alto Barra Nova, Petrolândia. Sempre acompanhou sua esposa pelas localidades que ela lecionava. Residiu até sua morte, em 2010, no centro de Petrolândia.

Sigfrido Eger: Nasceu em 1925 na localidade de Rio do Jango, Petrolândia. De família luterana, como a maioria dos moradores dessa localidade, casou-se com uma luterana. Sua família migrou da localidade de Angelina para Rio do Jango. Agricultor aposentado vive até hoje na mesma localidade.

Willy Staroski – Nasceu em 1940 na localidade de Rio do Jango, de família luterana. Aposentado reside hoje no centro de Petrolândia. Sua família migrou da localidade de Angelina.

Capítulo I

Petrolândia e a colonização da região do Alto Vale do Itajaí.

1. O Alto Vale do Itajaí

O espaço que atualmente sedia o município de Petrolândia e municípios adjacentes era, até o começo do século XX, uma vasta área habitada sazonalmente pelos Xokleng. Esses espaços eram também percorridos pelos remanescentes do tropeirismo que cruzavam o “caminho do sul” e cortavam a área realizando comércio em direção aos campos de Lages. Era, portanto, território indígena e terra de passagem para tropeiros. Seu Avelino Momm, um dos moradores mais antigos de Petrolândia, lembrou que quando menino, por volta de 1935, os tropeiros ainda passavam pela localidade, rumo a serra. Seu pai tinha um pequeno negócio de compra e venda e comercializava com os tropeiros.¹⁸ Os tropeiros do século XX, que negociavam com o pai de Seu Avelino, já não transportavam mais o gado como os tropeiros dos séculos XVII e XVIII. A atividade fundamental dos tropeiros era o comércio. Eram os comerciantes-tropeiros que intermediavam as trocas comerciais entre Blumenau, Lages e Curitiba, e promoviam certa integração entre os núcleos dispersos de povoamento. O caminho das tropas não seguia um único traçado,¹⁹ possuía várias ramificações, ou picadas, e alcançava diversos lugares da serra catarinense. Era por essas picadas que os remanescentes do tropeirismo atravessavam a serra e abasteciam as casas de comércio, por meio de trocas, situadas ao longo desses caminhos.

Embora os tropeiros tenham sido talvez os primeiros, após os índios, a percorrer aqueles espaços, não foi a atividade comercial dos tropeiros, ou a fixação dessas figuras na terra, que desencadeou o processo de ocupação do espaço. Embora eles tenham desempenhado um papel importante no abastecimento dos primeiros núcleos de povoamento, e alguns deles tenham se fixado à terra, a efetiva ocupação das terras só ocorreu com o afluxo de colonos de outras áreas de colonização estrangeira, principalmente do município de Palhoça.²⁰ A partir da segunda década do século XX a

¹⁸ Entrevista concedida à autora pelo Senhor Avelino Dionísio Momm, Florianópolis em 02/01/2009. Citamos a fala de Seu Avelino em que menciona os tropeiros: “O pai tinha freguês de tudo, até os tropeiros”.

¹⁹ MACHADO, Paulo Pinheiro. Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano. In: BRANCHER, Ana; AREND, Sílvia Maria Fávero. **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001, p. 15.

²⁰ A antiga freguesia de Palhoça, pertencente ao município de São José, foi elevada a categoria de município em 1894. Pertenciam à Palhoça as freguesias de Santo Amaro do Cubatão, Águas Mornas,

área foi sendo percorrida e ocupada por colonizadores e exploradores de diversas procedências: caboclos ligados ao tropeirismo tardio e a construção de estradas carroçáveis, que se fixavam a terra²¹, e colonos alemães que subiam pelo rio Itajaí do Sul e seus afluentes das áreas coloniais mais antigas. A procura pela região era motivada pelo impulso individual em busca de novas terras ou pelas Companhias de Colonização, que recebiam concessão do governo e vendiam lotes de terras aos colonos. Nas décadas de 1930 e 1940 o fluxo de migrantes aumentou na região. As famílias, mais numerosas, iniciaram um processo de ocupação mais sistemático da área e de construção de um espaço colonial que resultou, décadas depois, nos diversos municípios do Alto Vale, dentre eles Petrolândia.²²

Atualmente, Petrolândia é um município localizado no Alto Vale do Itajaí, possui 6406 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2000²³, e está dividido em várias localidades: Rio do Jango, Barra Nova, Serra Grande, Indaiá, Rio Antinhas, as primeiras a serem colonizadas recebendo migrantes, e outras que surgiram posteriormente, a saber, Alto Barra Nova, Rio Corrente, Rio de Dentro, Pinhal e outros.²⁴ Estas localidades foram surgindo à medida que os colonos se fixavam a terra e fundavam comunidades reunindo várias famílias, ligadas, sobretudo, por laços étnicos e religiosos.²⁵

A história de Petrolândia, no entanto, não pode ser vista isoladamente. Ela está intimamente ligada à colonização do Alto Vale do Itajaí, nas primeiras décadas do século XX. Nessa época a ocupação das terras do Alto Vale, no sentido de fundar núcleos de povoamento, estava limitada à iniciativa de algumas famílias italianas e alemãs. Não existia ainda a noção de região. Somente na segunda metade do século XX é que a idéia foi tomando forma. Portanto, o Alto Vale, antes de se converter

Enseada do Brito e Garopaba. Ver FARIAS, Wilson Francisco de. **São José: 250 anos. Natureza, história, cultura**. São José: Ed. Do autor, 2001, p. 146.

²¹ Muitos trabalhadores empregados na construção de estradas e demarcação se fixavam pelas redondezas. Ver SILVA, Zedar Perfeito da. **O Vale do Itajaí: documentário da vida rural, n 6**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1954.

²² O Alto Vale do Itajaí é composto hoje pelos seguintes municípios: Agrolândia, Agronômica, Apiúna, Atalanta, Aurora, Braço do Trombudo, Chapadão do Lageado, Dona Ema, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, José Boiteux, Laurentino, Lontras, Mirim Doce, Petrolândia, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Saleté, Santa Terezinha, Taió, Trombudo Central, Vidal Ramos, Vitor Meireles, Witmarsum e Petrolândia.

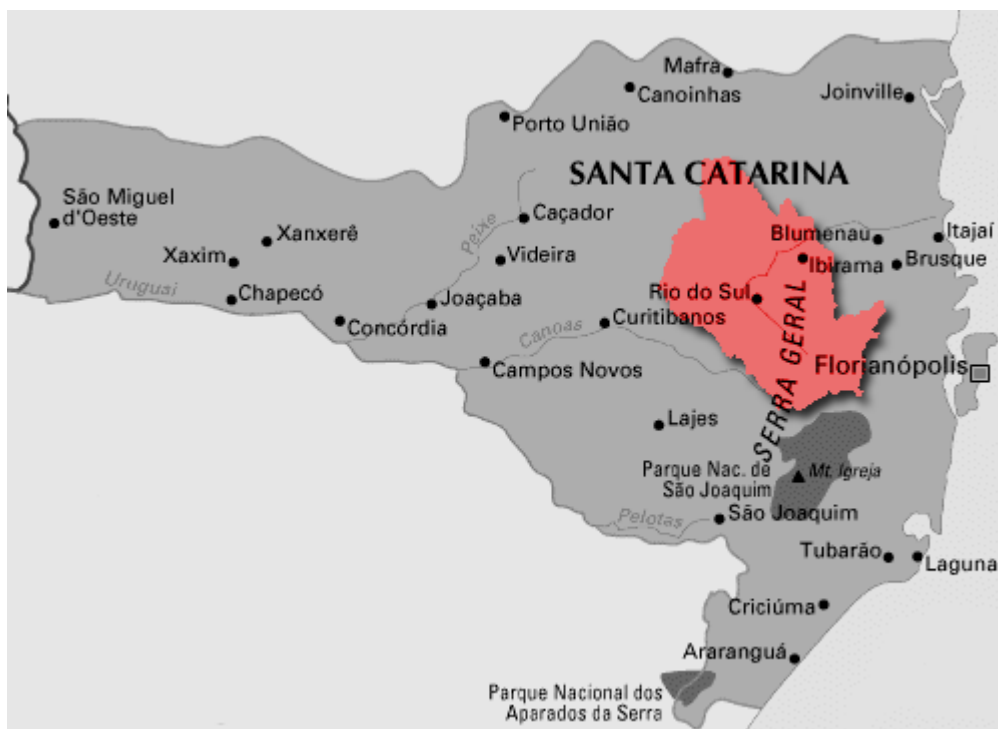
²³ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>.

²⁴ À saber: Alto Indaiá, Alto Três Barras, Barra do Rio do Cedro, Barra do Maracujá, Fachinal do Tigre, Londrina, Maracujá, Rio Galego, Serra da Barra Nova, Tamanduá.

²⁵ Adiante veremos mais detidamente como se deu esse processo de ocupação da terra.

oficialmente numa região, foi percorrido, mapeado, explorado e ocupado por várias décadas. Foi a partir da interação, e do conflito, entre os diferentes sujeitos que ali cruzaram seus caminhos – caboclos, colonos alemães e italianos e indígenas - que a área foi sendo sistematicamente ocupada e assumindo os contornos políticos e culturais que a definiriam posteriormente como uma região.

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina



Fonte: <http://www.amavi.org.br/loc.e.dis> - AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí. Mapa de Santa Catarina com destaque para o Alto Vale do Itajaí em vermelho, e tem Rio do Sul como cidade central.

do conceito, indicam-se a imposição de uma autoridade sobre o espaço, que redefine suas dimensões e o divide a partir de determinadas relações de poder.

Para entender o conceito de região para o Alto Vale do Itajaí, para além da etimologia, primeiramente devemos problematizar idéias e perspectivas. A região é uma construção atrelada a interesses relacionados a determinadas relações de poderes e saberes dentro de um tempo e espaço específicos. Isso significa abandonar uma visão muito difundida nas ciências humanas que toma região como um dado, uma essência, o que leva a uma naturalização do conceito.²⁸ Como aponta Durval Muniz, a idéia de região é uma construção que se edifica a partir de enunciados e imagens que se repetem de diferentes formas, conceitos e discursos, que vão modelando e dando forma e sentido ao conceito. Inspirado nos estudos de Foucault, Durval alerta para o fato de não se tratar de um fenômeno natural. É por meio de “dizibilidades e visibilidades” que inventam e reinventam a idéia de região e é na repetição de discursos inventados que se alicerça a idéia ao longo do tempo.²⁹

Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza.³⁰

Para Pierre Bourdieu a idéia de região aponta para uma construção mediada por lutas de forças entre os sujeitos de um determinado espaço. Resulta dessas lutas a configuração de atos, práticas e objetivos que fazem ver e fazem crer e que se dão a conhecer e serem reconhecidos como uma região. O discurso sobre a região é um discurso, continua Bourdieu, que tem “em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e de dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada (...) contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora”.³¹ Assim região é a divisão de um ato mágico que consagra um novo limite:

²⁸ **Região: Uma Releitura Historiográfica e Epistemológica do Conhecimento aos Novos Paradigmas.** Publicado em 22/11/2008 por Luciano Agra em <http://www.webartigos.com> Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/11662/1/Regiao-Uma-Releitura-Historiografica-Epistemologica-do-Conhecimento-aos-Novos-Paradigmas/pagina1.html#ixzz0xcimar00>. Acessado em 25/08/2010.

²⁹ Idem

³⁰ ALBURQUERQUE JUNIOR, D. M. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** 1. Ed. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 1999, p. 24.

³¹ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 4ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp. 108-116.

O acto da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão a uma nova divisão do mundo social: regere fines, regere sacra, consagra um novo limite.³²

Bourdieu desloca ainda a análise sobre o conceito de região do social e do político para o campo de lutas da ciência. Região, como objeto de estudo, antagoniza os diferentes saberes no interior das ciências sociais:

A região é o que está em jogo como objeto de lutas entre os cientistas, não só geógrafos, é claro, que, por terem que ver com o espaço, aspiram ao monopólio da definição legítima, mas também historiadores, etnólogos e, sobretudo desde que existe uma política de ‘regionalização’ e movimentos ‘regionalistas’, economistas e sociólogos.³³

Em todos esses campos de conhecimento, em certa medida, o espaço físico passa para um segundo plano, para privilegiar relações de tipo humano ou social, cada uma dentro da sua perspectiva de observação.³⁴

Hoje a expressão região é empregada no cotidiano como uma forma de referência a lugares que se diferenciam uns dos outros. A categoria região é de uso corrente e está presente na linguagem comum e na científica. Essa vulgarização e uso indiscriminado do conceito produzem um efeito de naturalização. Esquece-se freqüentemente que a criação de uma região obedece a um recorte arbitrário do espaço, motivado por interesses políticos e econômicos. Posteriormente, projeta-se sobre esse espaço valores culturais e tradições com o propósito de conferir-lhe certa homogeneidade e unidade cultural. Os usos correntes do conceito, em discursos, nos meios de comunicação e na linguagem comum, tendem a apagar as lutas políticas e simbólicas travadas quando da constituição da idéia de região.

O Alto Vale do Itajaí é um desses recortes do espaço, determinado por uma vontade política. Oficialmente, é uma das subdivisões da região do Vale do Itajaí.³⁵ Um

³² BOURDIEU, Pierre. Op cit p. 116.

³³ Idem

³⁴ HEIDRICH, Álvaro Luiz Heidrich. **Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional**. In: Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre, nº 25, 1999, pp. 63-75. Acessado em 25/08/2010.

importante documento para entender a colonização do Vale do Itajaí e do Alto Vale é o relatório oficial intitulado “O Vale do Itajaí”, escrito por Zedar Perfeito da Silva, sob encomenda do Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura. Escrito em 1953, antes da criação da região do Alto Vale, o “Documentário”, como é chamado o relatório pelo autor, descreve detalhadamente, com base em documentos oficiais e no conhecimento que o autor tem da região, por meio de observação pessoal, a ocupação humana e o processo de formação da região.³⁶ Acreditamos se tratar da primeira visão de conjunto produzida sobre o Vale do Itajaí. Considerando que a idéia de região se constrói por discursos e saberes projetados sobre o espaço, destacando suas singularidades e unidade cultural, as descrições pormenorizadas de Zedar produzem um conhecimento técnico, histórico e cultural sobre o Vale, que nos parece fundamental para a consolidação da idéia de região.

O estudo de Zedar Perfeito é parte de uma “série de monografias” que, sob o título de “documentários da vida rural”, destinava-se a informar, “tão documentalmente quanto possível, as atividades, as técnicas, o trabalho rural, dentro de critério sociológico e etnográfico”.³⁷ O sentido da “série monográfica”, de acordo com José Irineu Cabral, era formar uma documentação “tão objetiva quanto possível, de modo que se possa ter uma idéia perfeita do que se passa na sociedade rural”. A iniciativa foi aprovada pelo Ministério da Agricultura e executada pelo Serviço de Informação Agrícola. Além das publicações, o projeto contava ainda com filmagens e gravações sobre o mundo rural brasileiro.³⁸

A obra de Zedar reuniu extenso material etnográfico, histórico e sociológico sobre o Vale do Itajaí e possibilitou um conhecimento mais detalhado sobre a geografia, a topografia, a economia, o trabalho, os costumes, a religiosidade, a gastronomia, os

³⁵ Do ponto de vista geopolítico o Vale do Itajaí está dividido em Foz do Rio Itajaí, com destaque para cidade de Itajaí, Médio Vale, com destaque para Blumenau e Alto Vale, que tem como pólo Rio do Sul.

³⁶ O estudo de Zedar Perfeito sobre o Vale do Itajaí foi encomendado pelo então Serviço de Informação Agrícola, do Ministério da Agricultura. Na apresentação do livro encontramos a seguinte definição de objetivos: *Destina-se este plano a elaboração de amplo documentário da vida rural brasileira, no que ela tenha de expressivo e fundamental, abrangendo não somente aspectos gerais de estabelecimentos agropecuários – engenhos, fazendas, garimpos, estâncias, sítios, etc. – como, também, aspectos peculiares de atividades do meio rural – feições, trabalho, etc. – destacando-se, ainda, as manifestações folclóricas ligadas aos respectivos ambientes, tais como danças, festas, cantos de trabalho, etc.* Ver SILVA, Zedar Perfeito da. **O Vale do Itajaí**. Documentário da vida agrícola, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1954.

³⁷ CABRAL, José Irineu. Apresentação. In: JÚNIOR, Manuel Diégues. **O Engenho de açúcar no Nordeste**. Documentário da vida rural. Maceió: EDUFAL, 2006.

³⁸ Idem.

valores sociais. Esses conhecimentos são indispensáveis não apenas para se ter uma “Idéia do que se passa na sociedade rural”, mas também para definir os contornos culturais e sócio-ambientais de um lugar e decisivos para a formação de uma idéia de região. Com base nessas informações é possível, do ponto de vista de determinados interesses, atribuir certos traços culturais definidores do caráter e do ethos de um povo. José Irineu Cabral, comentando o estudo de Zedar Perfeito, sublinhou a importância da obra para a “formação regional”:

Daí o interesse com que se observam os aspectos culturais do vale do Itajaí, apresentando-se a alguns como exóticos ou pitorescos, em confronto com os aspectos das regiões de influência puramente lusitana, a que se acostumaram os olhares brasileiros. Nem exóticos, nem pitorescos, mostra o Sr. Zedar Perfeito da Silva que não o são; resultam antes das influências culturais que contribuíram para a formação regional.³⁹

O posteriormente denominado Alto Vale, de acordo com os estudos de Zedar Perfeito, estava circunscrito aos limites de Blumenau, e foram de Blumenau que partiram as primeiras iniciativas de reconhecimento e colonização da área. Dentre as iniciativas oficiais, destaca-se a expedição do engenheiro Emil Odebrecht, pois desde a fundação de Blumenau, o seu administrador Otto Hermam Blumenau tinha a intenção de colonizar todas as terras a ele pertencentes.⁴⁰ Todo território do Alto Vale do Itajaí estava dentro dos limites de Blumenau e Palhoça. No século XIX começaram as primeiras explorações da área. As expedições chefiadas pelo engenheiro Odebrecht foram iniciativas da colônia Blumenau. Traduziam um esforço oficial de reconhecimento das áreas circunscritas à colônia administrada por Dr. Blumenau, para facilitar a comunicação e o intercâmbio com outras áreas.

O engenheiro Emil Odebrecht, recebe do diretor da Colônia de Blumenau, Dr. Blumenau, a incumbência de estabelecer um traçado, através do sertão, em direção ao planalto. Para este fim, põe-lhe à disposição meios e homens. Este traçado, uma vez estabelecido, dar-lhe-ia a desejada oportunidade de conhecer mais de perto, a disponibilidade de terras, realmente existentes, suas qualidades, bem

³⁹ CABRAL, José Irineu. In: SILVA, Zedar Perfeitoda. Op. Cit. Apresentação.

⁴⁰ Hermann Blumenau, logo que chegou ao Brasil inteirou-se com o Presidente da Província sobre os planos para colonização do Estado. Em viagem à São Pedro de Alcântara teve notícias sobre as “terras de Itajaí” e dos colonos estabelecidos no curso inferior do Rio Itajaí. A colônia Itajaí fora fundada em 1835, por lei Provincial, e compreendia as localidades de Pocinho, Belchior e Tabuleiro. Ele próprio, acompanhado por seu sócio Fernando Hackradt realizou uma expedição pelos cursos fluviais da Velha, do Bom Retiro e do Itajaí Açu. Ver SILVA, Zedar Prefeito da. Op. cit. pp. 4-10.

como de outros fatores, dando-lhe uma idéia da extensão do Rio Itajaí e suas ramificações, já que na planta existente, era assinalado, apenas, por um traço, mais ou menos reto, e de pouca extensão, sem maiores afluentes, que não combinavam com o relato verbal do Capitão do Mato, João Pinto, que partira, no ano de 1854, de Catuíra, antiga colônia militar existente nas cabeceiras do grande afluente, vindo do sul, descendo pela margem direita e atravessando o grande sertão, para bater, finalmente, em Blumenau.⁴¹

Temos registros de três grandes expedições chefiadas por Odebrecht: em 1863, 1864 e 1867. Esses registros nos dão a dimensão das dificuldades encontradas e enfrentadas pelos membros das expedições. A partir dessas expedições foram registrados e mapeados os principais afluentes do Rio Itajaí. Todo esse trabalho de mapeamento dos espaços, e identificação e reconhecimento dos acidentes geográficos e delimitações de limites naturais, facilitariam a ocupação mais adiante e a delimitação da região. As picadas abertas pela expedição de Odebrecht, para a abertura de uma estrada até Curitiba, facilitaram a colonização, a partir de Blumenau, das áreas próximas a atual Rio do Sul.

No livro “Missão na Selva: Emil Odebrecht (1835-1912)”, o autor Moacir Werneck de Castro estudou os registros realizados durante as expedições por Emil Odebrecht e cita os objetivos das expedições:

O progresso da colônia Blumenau dependia fundamentalmente da comunicação com o oeste. (...) Trata-se de estudar as condições topográficas do Alto Vale do Itajaí para dar início a implantação de um novo eixo, no sentido leste-oeste. Esse imperativo do desenvolvimento da colônia vinha sendo objeto da preocupação dos seus líderes.⁴²

Ficou a cargo do engenheiro e cartógrafo fazer o levantamento “da bacia do Itajaí-açu para jusante, até a barra do rio do sul, a cerca de 140 km da sede da colônia. Foi sua primeira expedição importante”.⁴³

Outras iniciativas de reconhecimento e exploração do Alto Vale, não procedentes de Blumenau, são verificadas nos séculos XVIII e XIX. Foram iniciativas do governo da Província visando a abertura de uma “picada” que ligasse o litoral

⁴¹ LUCAS, Victor. **Olhos Azuis: a história de um Rio**. Rio do Sul: Nova Era, 2001, pp. 62 - 63.

⁴² CASTRO, Moacir Werneck de. **Missão na Selva. Emilio Odebrech (1835-1912), um Prussiano no Brasil**. Rio de Janeiro: AC&M, 1994, p. 43.

⁴³ Idem, p. 44.

(Desterro) aos campos Lages. Data de 1787 uma primeira viagem exploratória, de estudo e reconhecimento da terra. Mas foi somente em meados do século XIX que uma efetiva tentativa de ocupação do espaço se verificou. Por decreto de D. Pedro II, foi criada a colônia militar de Santa Tereza, em 1853, onde hoje se situa a localidade de Catuíra – Alfredo Wagner. O lugar, além de ser um posto avançado de colonização, também sediava um destacamento militar, de colonos-soldados. Em 1853, Santa Tereza possuía 113 habitantes. Como se depreende do nome, a colônia abrigava um “núcleo de população armada, cujo objetivo era “repelir as incursões dos índios” e proteger os tropeiros que viajavam dos campos de Lages ao litoral. Ao mesmo tempo, visava garantir as comunicações do planalto com o litoral e estimular novos povoamentos.⁴⁴

Foi por esta época que teve início a expedição do capitão João Pinto, a primeira a atravessar a região. Partindo da colônia militar, em 1856, o capitão pretendia descobrir para onde ia o rio que corria do sul para o norte. A expedição levou 22 dias, descendo a margem direita do Itajaí e atravessando o grande sertão, para finalmente chegar a Blumenau, onde forneceram as informações de como chegar ao planalto.

Quase três décadas depois, Augusto Lima, junto com um grupo de colonos, subiu a região pelo rio Itajaí do Sul em busca de terras boas para a agricultura. Na barra dos rios Adaga e Caeté, hoje Alfredo Wagner, encontraram o que julgaram ser o lugar adequado. Armaram ali suas barracas rústicas, e o lugar passou a ser chamado Barracão. A terra boa do lugar atraiu colonos de Santa Tereza que abandonaram a colônia militar e se instalaram nas redondezas de Barracão.⁴⁵ Esses dois esforços de ocupação da terra, subindo pelo Itajaí do Sul, consolidaram uma via de acesso às áreas localizadas entre os atuais municípios de Alfredo Wagner e Ituporanga.

As expedições de João Pinto e Emil Odebrecht faziam parte de um plano de colonização das terras situadas entre Blumenau, Lages e o Litoral, ainda bastante desconhecidas. O objetivo inicial não era a efetiva ocupação da terra, mas o seu reconhecimento, isto é, estudar as condições da região e as nascentes dos rios. Isso significava o mapeamento de uma área considerada selvagem e desconhecida. Para a sua colonização era necessário medir suas latitudes, definir seus contornos, avaliar a qualidade da terra e identificar os grupos indígenas que ali viviam, e que, em várias

⁴⁴ SILVA, Zedmar Perfeito. Op. Cit. p. 10.

⁴⁵ Ver www.alfredowagner.sc.gov.br. Acessado em 26/05/2010.

oportunidades, atacaram os exploradores. Dessas explorações vinham os cálculos e as medidas indispensáveis para a construção de estradas, para abrir caminhos e integrar a área com o planalto. Era preciso, portanto, domar sua natureza selvagem, impor as marcas da civilização, e reduzi-la aos códigos, medidas e expressões do colonizador. Aos poucos o Alto Vale ia sendo revelado, medido e conhecido. As explorações de João Pinto e Odebrecht, em suma, forneceram um conjunto de informações geográficas, topográficas e humanas que foram fundamentais para se estabelecer um plano de ocupação do espaço.

O projeto colonizador, ou a organização e racionalização da exploração e ocupação dos espaços, passava antes pela apropriação e reordenação deste espaço e de sua configuração a partir de uma cartografia, com medidas matemáticas capazes de medir o imensurável, de submetê-lo à precisão do traço e da linha, para definir seus contornos. É desta necessidade de apreensão e mapeamento do desconhecido que os espaços situados entre Blumenau, Lages e o litoral, e o que neles habitava, foram sendo demarcados, redesenhados e renomeados. Santa Tereza e Barracão são os primeiros núcleos humanos estabelecidos no Alto Vale. Entre o final do século XIX e o começo do XX, foram importantes pontos de referência para os colonos que margeavam o Itajaí do Sul e seus afluentes rumo aos atuais municípios de Ituporanga e Petrolândia.

Os rios, na ausência de estradas que comunicassem as diferentes áreas, funcionavam como guias entre um lugar e outro. Eram os caminhos naturais que facilitavam o avanço da costa para o interior, e daí ao planalto. Não é por acaso que as expedições de reconhecimento da área tinham como missão identificar as nascentes dos rios. As estradas carroçáveis, embora importantíssimas para a integração dos espaços, ligavam apenas algumas áreas. Subindo pelos rios Adaga e Lessa, os colonos chegavam ao Itajaí do Sul, por onde alcançavam as áreas próximas de Salto Grande.⁴⁶ As estradas que ligavam os povoados, vilas e cidades foram construídas margeando os leitos dos rios. Sobre a importância dos rios para a região, Zedar Perfeito deixou a seguinte observação:

Como vimos no capítulo anterior, às colônias no Vale do Itajaí espalharam-se pelas áreas dos rios que formam a sua importante bacia

⁴⁶ O Rio Itajaí Açu, que origina a bacia hidrográfica do Vale do Itajaí, é formado no centro de Rio do Sul, com o encontro dos rios Itajaí do Sul, que vem de Ituporanga com o Itajaí do Oeste, que vem de Taió. O Itajaí Açu liga o Alto Vale ao litoral, quando alcança o rio Itajaí-Mirim, na cidade de Itajaí.

hidrográfica. Não há dúvida de que foi por intermédio de seus numerosos ribeirões e rios que os colonos encontraram o meio propício para atingir o seu apreciável desenvolvimento econômico e social.⁴⁷

Foi por esse caminho que os colonos iniciaram os primeiros núcleos de povoamento ao sul do Alto Vale. Ainda no século XIX aparecem as primeiras companhias colonizadoras encarregadas do povoamento das terras. Em 1891 a Companhia Colonização e Indústria de Santa Catarina deu início ao assentamento de três “burgos agrícolas” nas proximidades da colônia militar de Santa Tereza. Um dos “burgos” era constituído pelos lugares de Quebra Dentes, Lessa e rio Adaga, e contava com 85 famílias, totalizando 411 habitantes. O outro, pelos lugares de Caeté, Águas Frias e Lomba Alta, com 89 famílias, somando 438 habitantes. Por fim, os lugares de rio Jararaca, Engano e Itajaí do Sul, formavam o terceiro “burgo”, composto por 150 famílias, com uma população de 763 habitantes. Os assim chamados “burgos agrícolas” foram o primeiro movimento organizado de ocupação sistemática da terra naquela área. As colônias produziam cereais, erva-mate, mel, fumo, banha, etc. Oito anos depois do estabelecimento dos “burgos”, o coronel Carlos Napoleão Poeta contratou com o governo do Estado a construção de uma estrada carroçável ligando a barra do rio Caeté, passando pela colônia militar Santa Tereza, descendo pela margem direita do rio Itajaí do Sul, para encontrar com a outra estrada que ligava Blumenau a Curitiba.⁴⁸ Essas primeiras iniciativas foram importantes para fixar famílias em áreas estratégicas e criar linhas de comunicação entre os diversos núcleos coloniais.⁴⁹

Em 1912 tem início a colonização de Salto Grande (Ituporanga). Os primeiros colonos a se estabelecerem foram à família Sens, originária de São Pedro de Alcântara. Por volta de 1913 as primeiras famílias alcançavam a barra do rio Perimbó, dando início a ocupação dos espaços que constituem hoje o município de Petrolândia. No vale do Salto Grande, as duas frentes de colonização – uma vinda pela estrada que ligava Blumenau a Lages, e a outra pela estrada (atual BR 282) que ligava Destero a Lages – cruzaram os seus caminhos.

⁴⁷ SILVA, Zedar Perfeito da. Op. Cit. p. 23.

⁴⁸ Idem. pp. 18-19.

⁴⁹ Os “burgos” iniciaram a colonização das áreas localizadas entre Bom Retiro (Alfredo Wagner) e Salto Grande (Ituporanga), originando as atuais localidades de Jararaca, Rio Engano, Rio Caeté, Águas Frias, Rio Lessa, todas pertencentes a Alfredo Wagner.

O avanço das famílias das áreas próximas da costa rumo a Salto Grande e barra do Perimbó foi facilitada pelas experiências anteriores de ocupação da terra e construção de estradas para carroças, que mediam cerca de 3 metros de largura. Embora bastante precárias essas estradas permitiam aos colonos realizar suas mudanças de um lugar para outro, carregando os objetos, utensílios e demais pertences, impraticável na mata fechada. Em 1935, quando a família de Seu Avelino muda-se para o Perimbó, as dificuldades ainda eram muito grandes. “As picadas eram horríveis”, relembra, “caminhão não entrava no Perimbó, nós levamos de cargueiro”.⁵⁰

A formação do Alto Vale do Itajaí e sua constituição como uma das sub-regiões do Vale do Itajaí começa, pois, com o estabelecimento desses núcleos de povoamento que garantem a imposição de uma autoridade sobre o espaço e a posterior demarcação e fixação dos limites políticos. Ou, como diria Bourdieu, a introdução de uma “descontinuidade decisória na continuidade natural”.⁵¹

Do ponto de vista das fontes, a colonização a partir da Palhoça, tendo como ponto de partida as localidades de São Bonifácio, Angelina e outras, são carentes de documentação. Por conta disso, e devido à falta de estudos específicos, a exploração e ocupação do território localizado ao sul do Alto Vale é bem menos conhecida. As poucas informações disponíveis estão dispersas nos livros de historiadores locais, quase sempre amadores, que escreveram sobre a colonização dos seus municípios. E justamente uma das características dessas obras é o pouco cuidado com as fontes. Raramente elas são citadas e ou comentadas. Isso dificulta bastante o trabalho de reconstrução histórica da ocupação da região.

Já a colonização do Alto Vale, a partir de Blumenau, que resultou a fundação dos municípios de Gaspar, Indaial, Timbó, Pomerode, entre outros, ao contrário, é bastante conhecida, estudada e fartamente documentada. Os diários da expedição de Odebrecht, por exemplo, fornecem um excelente material com informações sobre a colonização do Vale do Itajaí via Lontras, Rio do Sul. Por conta disso, as histórias locais e as pesquisas históricas, de uma maneira geral, estão bastante desenvolvidas.

⁵⁰ Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada.

⁵¹ BOURDIEU, Pierre. Op. Cit. p. 113.

Do ponto de vista da ocupação humana, o Alto Vale se constituiu fundamentalmente a partir da migração interna. O processo migratório, como veremos a seguir, iniciou-se no começo do século XX e se ampliou nas décadas seguintes. De Salto Grande os colonos alcançaram a barra do rio Perimbó, adentrando na área onde hoje se situa Petrolândia. É sobre este movimento de ocupação das terras desta região particular de Santa Catarina que nos debruçaremos nas próximas páginas.

1.2 A Migração Interna.

No início do século XX verificou-se, como vimos anteriormente, um movimento migratório em Santa Catarina realizado por colonos individuais ou por famílias que saíram da atual Grande Florianópolis em direção ao Alto Vale do Itajaí, mais especificamente, no que concerne a este trabalho, para a região onde hoje se localiza o município de Petrolândia. Eram famílias de imigrantes ou descendentes de imigrantes europeus, alemães na sua maioria, pertencentes às igrejas católica e luterana. Ao se estabelecerem em Petrolândia, estas famílias se organizaram em comunidades isoladas de acordo com a igreja as quais pertenciam. Este capítulo tem o objetivo de analisar estas histórias, desde os motivos que levaram estas famílias a migrar até o estabelecimento no Alto Vale e a formação das comunidades católicas e luteranas, base da ocupação dos espaços. Em função da escassez de registros escritos, a fonte principal utilizada é a memória dos moradores mais antigos de Petrolândia.

De várias formas, a experiência histórica nos mostra que os deslocamentos humanos fazem parte da experiência de diversos povos. As migrações, entendidas como deslocamentos humanos no tempo e no espaço, são uma condição vivida pelas sociedades humanas em diferentes épocas e contextos. Homens e mulheres, por motivos diversos, deixam para trás seus lugares de origem e partem para outras áreas em busca, quase sempre, de melhores condições de vida. Um desses deslocamentos humanos trouxe, no século XIX, milhares de imigrantes europeus para Santa Catarina.

A imigração européia é um dos temas centrais da historiografia catarinense. Em diferentes momentos, e com diferentes interesses, os historiadores apontaram diversos fatores para que o Brasil, mais especificamente Santa Catarina, recebesse os imigrantes europeus. Citamos como exemplo os trabalhos de Renzo Maria Grosselli, sobre a imigração italiana, Emílio Willems, sobre a imigração alemã e Walter Piazza, sobre a imigração em geral.⁵² Renzo Maria Grosselli, publicou em 1987 um estudo sobre os fatores que impulsionaram a imigração italiana para o Brasil:

Bastante complexa é a história da colonização de Santa Catarina. Muitas foram às experiências tentadas na região e seu êxito muito variado. Para a Província, as razões que aconselhavam a colonização com agricultores europeus eram em parte diversas das razões que aconselharam o Brasil em procurar a imigração européia. Primeiramente não se tratava de fornecer mão-de-obra para fazendas, a fim de substituir os escravos. Quando muito, os governos nacionais usufruíram da imagem das colônias de Santa Catarina para acelerar a imigração européia para todo Brasil e direcioná-la depois para as fazendas. Nem era tão imperativa a necessidade de “branquear” a população. Era necessário, antes de tudo, povoar a região e isto foi o estímulo que conduziu as autoridades locais a agir no século XIX com coerência para aumentar o número das colônias e a afluência de colonos europeus. Era esse um interesse que coincidia com outro interesse do governo central: defender as fronteiras do sul do país das pretensões argentinas. Santa Catarina confinava a oeste com a Argentina.⁵³

O autor destaca como o principal motivo para o Brasil interessar-se pela imigração à necessidade de povoar a província, a fim de evitar a perda de território. De resto, afirma que “a existência de latifúndios e a distancia desses, foi uma das razões que permitiram, em tempos relativos breves, o desenvolvimento socioeconômico das colônias”.⁵⁴

Walter Piazza publicou o livro *A colonização de Santa Catarina*, dedicado ao estudo da ocupação do território catarinense. De acordo com Piazza, “o vazio demográfico que existia entre a orla marítima e o planalto” era um problema para província. No sentido de efetivar o crescimento populacional e econômico de Santa

⁵² Não estamos no momento interessados na imigração européia. Citamos Renzo, Piazza e Willems, e suas respectivas visões sobre a imigração européia, porque as poucas referências existentes na historiografia catarinense sobre migração interna, que nos interessa, estão na obra desses autores.

⁵³ GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (Venêtos e Lombardos) nas florestas brasileiras**. Ed UFSC, 1987. p. 275.

⁵⁴ Idem.

Catarina, o governo provincial vislumbrava apenas um caminho: aumentar a imigração. Deu-se então início à atividade de imigração de colonos não lusos para a província, a fim de preencher os “vazios demográficos”⁵⁵. Segundo autor, havia imensas áreas pouco povoadas e o medo da perda de território era imensa. Por outro lado, países da Europa enfrentavam diversos problemas sociais e econômicos, “criadores da ambivalência motivadora da emigração”.⁵⁶ O Brasil recebeu imigrantes de “países onde, de um lado, ao homem do campo faltava a terra própria para produzir o necessário” enquanto de outro “as condições políticas efervescentes não davam a tranqüilidade necessária à produção agrícola”.⁵⁷ É nesse contexto que aparecem “as mentalidades imigrantistas” que observam na América a oportunidade de terra, de riqueza e de liberdade. É nesta conjuntura que os movimentos migratórios impulsionaram para o Brasil, especialmente para o sul do Brasil, “novas ondas migratórias”.

A obra de Emílio Willems dedicou atenção a imigração alemã para o Brasil. Willems estudou ciências sociais na universidade de sua cidade natal, Colônia, na Alemanha. Emigrou para o Brasil em 1931 e passou logo a aplicar-se ao estudo do problema da adaptação dos alemães no Brasil. Publicou “A aculturação dos alemães no Brasil”, em 1946, destacando a contribuição germânica na formação do Brasil e de Santa Catarina. Willems atribui à alta densidade demográfica vivida na Europa a causa da emigração:

Em regiões onde a densidade demográfica já havia atingido a um ponto que naquela época se afigurava como máximo, uma situação realmente angustiosa agia no sentido de criar uma verdadeira tradição emigratória.⁵⁸

Willems aponta este fator como propulsor para que as imigrações se tornassem no século XIX, nos países europeus, um meio cada vez mais comum de prevenir ou modificar situações econômicas indesejáveis.⁵⁹

⁵⁵ PIAZZA, Walter Fernando. **Colonização de Santa Catarina**. 3ª ed. – Florianópolis: Lunardelli, c1994, p. 86. A noção de vazio demográfico será explorada mais adiante quando tratarmos das relações entre os colonos e os indígenas.

⁵⁶ Idem, p 115.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1980, p. 33.

⁵⁹ Idem.

Na segunda metade do século XIX ocorreu o auge do movimento imigratório para Santa Catarina. Nesse período, já estavam consolidados os principais núcleos de colonização. Inicialmente, formaram-se, destacadamente, as colônias de São Pedro de Alcântara, Nova Itália e Colônia Itajaí. Depois de 1850, surgiram e se consolidaram as colônias Blumenau, Dona Francisca, Angelina, entre outras.

No início do século XX, depois de já formados os principais núcleos, observamos outro impulso colonizador, que consistia no abandono, por parte da população, das velhas áreas coloniais para as novas frentes e colonização. O abandono da terra não significa simplesmente deixar tudo para trás e partir rumo ao desconhecido. Antes de partir já se tinha uma idéia do lugar para onde iriam e, por vezes, os colonos já possuíam um lote de terra no lugar de destino. A terra que possuíam não lhes oferecia as condições desejáveis. Mas ao abandoná-la, deixavam na velha colônia recordações, relações familiares e de amizade com as quais não perdiam os vínculos. O abandono da antiga colônia significava deixar para trás uma situação de precariedade e ir embora em busca de melhores condições. Esse movimento vem sendo denominado como migração interna. Essas migrações foram realizadas, em geral, por famílias de descendentes dos imigrantes europeus, de segunda e terceira geração, que se estabeleceram em Santa Catarina em meados do século XIX. Esse movimento pode ser definido em linhas gerais como a saída dos imigrantes e seus descendentes das antigas áreas de colonização a procura de novas terras em outras regiões do Estado. Esse fenômeno migratório, iniciado no século XIX, mas intensificado no século XX, foi responsável pela distribuição espacial da população para as diferentes regiões do Estado. São muitas as razões que provocaram essas migrações, e são muitas as possibilidades de interpretação.

O ato de migrar pode ser visto a partir de diferentes perspectivas. As mais difundidas, desenvolvidas nos campos da economia e da sociologia, enfatizam, respectivamente, as motivações individuais e as questões estruturais de uma sociedade. No primeiro caso, o deslocamento é explicado como uma escolha pessoal, individual. O migrante, desta perspectiva, é visto como um indivíduo dotado de racionalidade econômica e poder de decisão para migrar.

No segundo caso, priorizam-se as mudanças estruturais de uma sociedade como vetor explicativo das migrações. As subjetividades dos sujeitos, neste caso, são minimizadas para se destacar o papel das estruturas impessoais. Como exemplo,

citamos a obra de Itamar de Souza, que atrela as migrações às mudanças estruturais da sociedade:

Entendemos por migração interna um processo social resultante de mudanças estruturais de um determinado país, que provocam o deslocamento horizontal de pessoas de todas as classes sociais, que, por razões diversas, deixam o seu município de nascimento e vão fixar residência noutro.⁶⁰

Do nosso ponto de vista, essas duas abordagens não são necessariamente excludentes.⁶¹ A definição de Itamar de Souza, que sublinha as mudanças estruturais, não nos impede de buscarmos as subjetividades dos sujeitos envolvidos nos processos migratórios. Os sujeitos vivem sob determinadas circunstâncias estruturais históricas e econômicas que, em parte, determinam suas ações. O fenômeno migratório, como bem observou Itamar de Souza, não é algo mecânico que ocorre entre uma área de expulsão e outra de atração. O fenômeno nasce e se desenvolve num “contexto social historicamente determinado”. A migração de um indivíduo observa Itamar, não constitui um “fato sociológico”, mas quando nos deparamos com a migração de milhares de pessoas rumando para uma determinada direção, estamos diante de um “fato sociológico”. Para o sociólogo, a explicação desse fenômeno se encontra “no estudo das mudanças estruturais em nível regional, nacional ou internacional.”⁶²

Por outro lado, não podemos ignorar as decisões dos indivíduos, que muitas vezes escapam as racionalizações e aos enquadramentos teóricos. Em geral, nos estudos sobre as migrações, prevaleceram aquelas abordagens generalizantes, baseadas em dados estatísticos e quantitativos, que focavam mais os processos e as estruturas socioeconômicas do que os indivíduos. Corria-se o risco, nestes casos, de simplismos e generalizações.⁶³ Este estudo, sem desconsiderar as contribuições anteriores, pretende dar mais atenção aos indivíduos. Nosso interesse é observar o fenômeno migratório a

⁶⁰ SOUZA, Itamar de. **Migrações Internas no Brasil**. Ed. Vozes, 1980, p 33.

⁶¹ Não é nossa intenção nos alongarmos no debate teórico sobre as causas das migrações. Pretendemos apenas situar nosso trabalho no interior de um debate acadêmico, indicando nossa perspectiva de abordagem.

⁶² SOUZA, Itamar de. Op cit, p. 33. O trabalho de Itamar, publicado em 1980, é fortemente marcado pelos métodos quantitativos, demográficos e estatísticos.

⁶³ Sobre esse debate, ver NODARI, Eunice. **Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras**. Florianópolis, Revista Esboços, v. 10, n. 10, p. 29-51, 2002; BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009; TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios**. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1.

partir das motivações dos sujeitos envolvidos, com base nas memórias dos moradores mais antigos da cidade. Concordamos com Eunice Nodari quando sugere que “para termos uma melhor compreensão da construção do modo de vida que os imigrantes estabelecem é essencial sabermos as motivações e razões que os levaram a optar por uma região específica.”⁶⁴ Partimos do suposto de que a busca por terras cultiváveis de melhor qualidade, do que aquelas que possuíam nas antigas colônias, foi a motivação fundamental dos colonos que se deslocaram para as redondezas de Petrolândia no início do século XX. Caso exemplar é o da família de Sigfrido Eger, antigo morador do município, que deixou seu lugar de origem rumo a essas terras. Em entrevista, nos relatou as razões pelas quais seu pai, a partir de uma decisão pessoal, emigrou de Angelina:

Meu pai nasceu em Angelina e a mãe também. Eles vieram de muda lá de Angelina pra Rio do Jango aqui para Petrolândia. Vieram para cá por que a notícia que tinha é que aqui a terra era melhor, por que em Angelina era ruim. Compraram terreno da colonizadora. Era muito barranco na Angelina não dava para trabalhar.⁶⁵

Seu Eger, pai de Sigfrido, chegou à região por volta de 1920. A narrativa sintetiza os motivos principais que levaram diversas famílias a abandonar a região onde viviam e subir a serra em direção a Petrolândia: a terra de origem não era boa e os barrancos dificultavam o trabalho. É claro que explicar as migrações de famílias como a de Sigfrido apenas pela decisão pessoal de mudar, fragiliza o entendimento do fenômeno. Cabe ao historiador tentar estabelecer os nexos e as relações entre a decisão de mudar com as condições sócio-econômicas do local de origem e as possibilidades do local de destino. Nem sempre essas relações aparecem nas memórias dos entrevistados, que se limitam apenas a recordar detalhes de vida relacionados à migração. De posse dessas lembranças, no entanto, o historiador pode relacioná-las com outras informações para obter uma visão mais ampla e histórica dos processos migratórios.

Apesar da grande importância do fenômeno para o povoamento e desenvolvimento do Estado, a historiografia catarinense não dedicou a este movimento o mesmo interesse que dedicou a imigração européia. A carência de estudos sobre o

⁶⁴ NODARI, Eunice S. Op. cit. 2002, p. 29.

⁶⁵ Sigfrido Eger, entrevista já citada.

tema pode ser explicada, em parte, pelo interesse maior dos historiadores e pesquisadores pela região do Médio Vale, onde se verificou um expressivo crescimento material e industrial atribuído à imigração européia. As demais regiões, especialmente o Alto Vale do Itajaí, que não apresentaram o mesmo desenvolvimento, não receberam a mesma atenção.

Alguns autores, no entanto, trataram do tema, ainda que de passagem. Renzo Maria Grosselli estudou o fenômeno das migrações internas e identificou as razões para os deslocamentos. Na sua avaliação foi o empobrecimento das terras e a superpopulação que motivaram os deslocamentos dos colonos das colônias velhas para as colônias novas⁶⁶. “A partir de 1900 o empobrecimento das terras e a conseqüente superpopulação (com relação às diminutas capacidades produtivas da terra) tornou-se evidente (...)”. Com esses movimentos populacionais, “consistentes núcleos de população começaram a deslocar-se para Brusque, Blumenau, Jaraguá e também para o estado do Rio Grande do Sul e também Paraná”.⁶⁷

Outra visão sobre as migrações internas, relacionada à noção de “família-tronco”, foi apresentada por Emilio Wilhems. Wilhems faz um estudo antropológico da vida/adaptação dos alemães e seus descendentes no Brasil, bem como, um comparativo entre alemães e brasileiros. Para o autor, a colonização alemã em Santa Catarina se prendeu aos costumes tradicionais adaptando-se às técnicas de agricultura tropical, enfrentando dificuldades e sempre procurando novas terras, estabelecendo ou consolidando novas frentes pioneiras, com objetivo de manter a “família-tronco”. Quando há escassez de terra para toda a família (filhos com seus cônjuges) nas colônias velhas, a “família-tronco” sai em busca de novas terras.

Terras virgens e abundantes permitiram que se implantasse no Brasil meridional, a organização da família-tronco trazida pelos imigrantes de língua germânica. Contrariamente ao que sucedeu no país de origem, a família-tronco encontrou no Brasil, condições de desenvolvimento favoráveis. O valor relativamente baixo das terras atorna fácil aos pais estabelecerem os filhos em propriedades agrícolas. E se por ventura as economias acumuladas não permitem a

⁶⁶ Entende-se por Colônias Velhas – as primeiras localidades colonizadas no início e meados do século XIX por imigrantes vindos da Europa. Colônias Novas – é onde os descendentes desses imigrantes passaram a ocupar mais tarde.

⁶⁷ GROSSELLI, Renzo Maria. p. 490.

aquisição de lotes para todos os filhos, estes podem comprar a crédito.⁶⁸

Geralmente era o filho mais novo que com sua mulher e filhos fica morando na casa dos pais.

Walter Piazza também dedicou algumas páginas ao fenômeno. O historiador viu as migrações internas como motivadas pela insatisfação dos colonos com as terras recebidas pelo governo:

Das três manifestações colonizadoras que se vai enfocar, duas retratam migrações internas dentro da própria Província, com o movimento de colonos insatisfeitos com as condições de fixação oferecidas e que buscam melhores terras para desenvolver a sua capacidade de trabalho.⁶⁹

Piazza destaca neste trecho o movimento realizado pelos colonos num momento anterior ao estudado neste trabalho, no entanto, a questão levantada nos parece pertinente ao estudo sobre a migração interna no Estado. Além da busca por melhores terras, Walter Piazza cita também a alta natalidade como outro importante impulso para as migrações internas. A falta de espaço para que todos produzissem seu sustento, foi um impulso determinante para a busca por novas terras:

A alta natalidade, nas zonas rurais, foi intensificando a ocupação de novos espaços. Italianos, alemães e outros grupos étnicos apresentavam um alto índice de crescimento vegetativo, elevando o contingente populacional, cujos excedentes eram impelidos a procurarem novas áreas.⁷⁰

O trabalho árduo de produção agrícola impulsionava os colonos a terem vários filhos, pois todo o trabalho era exercido apenas pelos componentes da família. Giralda Seyferth nos ajuda a entender este aspecto da colonização: “O maior ou menor desenvolvimento da produção agrícola numa propriedade dependia diretamente do tamanho e composição da família.”⁷¹ O período crítico era quando a família era composta apenas do marido, esposa e filhos pequenos. Não se podia contar com a ajuda

⁶⁸ WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. 2ª Ed – São Paulo: Ed. Nacional, 1980. p. 307.

⁶⁹ PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. 3ª Ed. – Florianópolis: Lunardelli, 1994. p. 102.

⁷⁰ Apud Valdir Gregory. Op cit p. 33.

⁷¹ SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. 2ª Ed - Ed. Movimento. p. 75.

de fora – todos estavam envolvidos com seu trabalho – quando muito um vizinho ajudava nos trabalhos mais pesados. Desta forma o marido se via sozinho com todo trabalho, a derrubada e limpeza do terreno e a construção de casa e rancho.⁷²

Um bom exemplo em relação à importância do tamanho da família pode ser observado no depoimento dado pela por uma senhora já idosa, filha de um dos primeiros colonos alemães da região do Itajaí-Mirim:

O nosso lote ficava no Cedro, um terreno adquirido por meu pai, de terras boas. Lá meu pai e meus irmãos construíram uma boa casa e os ranchos. Nos éramos uma família muito grande (11 irmãos) e por isso não tivemos problemas com o trabalho nas terras. Todos trabalhavam nas roças (...). Por isso conseguimos fazer nossa colônia atingir um bom desenvolvimento. Mas havia colonos que passavam muitas dificuldades, porque os filhos eram pequenos e não tinham ninguém para ajudar nas tarefas.⁷³

Algumas observações de Max Tavares do Amaral relativas ao Vale do Itajaí dão uma boa dimensão do problema do agricultor sem filhos, quando aborda a questão do casamento:

O desenvolvimento econômico do lavrador e sua tranquilidade na velhice dependiam de sua prole. Quando mais numerosa esta, mais braços havia para labutar, e aqui não se fazia distinção entre homens e mulheres. Todos trabalhavam da mesma maneira. A mulher que não pudesse ter filhos, que fosse como se diz na linguagem popular, figueira do inferno, era pois a desgraça do colono. Esse problema trouxe ao que me foi dado observar, na zona de povoação alemã, o costume muito comum de “experimental” a noiva, perguntava eu, com razão, a razão daquele costume estranho. E a resposta uniforme que obtive é que sendo a prole o capital com que movimenta a sua lavoura não podia, ou não queria o colono arriscar-se a casar com uma criatura que lhe não pudesse dar filhos. Daí a prelibação conjugal.⁷⁴

A composição de uma família numerosa era, num primeiro momento, uma estratégia de sobrevivência, de produção de braços para o trabalho. Zedar Perfeito, quando de passagem pelo Vale do Itajaí, registrou a importância dos numerosos filhos para a sobrevivência das famílias. “O colono, observou Zedar, bendiz a prole numerosa

⁷² Idem.

⁷³ Citado por SEYFERTH. Idem, pp. 75 -76.

⁷⁴ AMARAL, Max Tavares. **Contribuição à História da Colonização Alemã no Vale do Itajaí**. Citado por SEYFERTH. Idem, p. 76.

como uma dádiva divina, pois os filhos ajudam na propriedade de subsistência, sem remuneração até a época de constituírem a própria família”. Cumprindo o seu ofício, Zedar registrou que eram raras as famílias que possuíam menos de 8 ou 10 filhos.⁷⁵

Nas décadas seguintes as famílias numerosas, por conta da escassez de terras, vão dar origem as ondas migratórias para outras regiões em busca de novas terras.

A ocupação de Santa Catarina no século XIX e início do XX apresentaram em síntese, dois momentos distintos, como aponta Valdir Gregory. “Primeiro houve povoamento com imigrantes vindos diretamente da Europa e que se instalaram em alguns locais mais litorâneos, expandindo-se mais tarde, para o interior do estado”. É neste segundo movimento que encontraremos os teuto-brasileiros saindo das colônias velhas em direção a novas colônias.⁷⁶ Segundo Valdir Gregory:

(...) na medida em que as terras devolutas disponíveis se esgotavam, os descendentes de europeus do Sul do Brasil reiniciavam o processo migratório, mantendo sua característica de pioneirismo. (...), migrações para o próprio estado. (...) o eurobrasileiro continuava a ser aquele migrante rural, procurando solucionar sua crise nos novos espaços rurais que se lhe ofereciam, nos quais buscava evitar a proletarização e se recompor enquanto camponês. A migração para novas fronteiras agrícolas se constituía numa tentativa de conservar-se colono e proporcionava o espaço colonial catarinense.⁷⁷

Observando as discussões dos autores citados anteriormente, sobre as causas da migração interna, verificaremos se as entrevistas realizadas com os antigos moradores de Petrolândia também apontam os mesmos fatores que, segundo a historiografia, impulsionaram famílias católicas e luteranas em busca de novas terras.

* * * * *

⁷⁵ SILVA, Zedar Perfeito da. Op. cit. p. 113.

⁷⁶ GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. p. 31.

⁷⁷ Idem pp. 33 e 34.

Raríssimos são os registros históricos sobre a migração interna para a região de Petrolândia. O padre católico Eloy Dorvalino Koch escreveu um livro intitulado *Famílias Pioneiras de Salto Grande*, publicado em 1985. O livro foi escrito em parceria com João Momm, antigo morador de Petrolândia. Trata-se de um livro genealógico que aponta os caminhos que os teuto-brasileiros fizeram em busca de novas terras. Padre Koch narra as migrações de um ponto de vista predominantemente católico, destacando a bravura, a coragem e o espírito empreendedor das “famílias pioneiras”. A citação a seguir nos dá uma boa idéia da narrativa épica do padre Koch sobre as migrações das primeiras famílias:

Nem decepções, nem fracasso conseguiram paralisar o espírito de progresso do pioneiro. Corajoso, e sem perda de tempo, partiu da imigração para migrações internas. (...) no século XX, vemos colonos, via Grão-Pará e Forcadinha (Aiurê), galgarem a Serra Geral: a pé, a cavalo, levando alguns pertences, e transportando as crianças acomodadas em balaio de cargueiros. Estabeleciam-se em Urubici e outras localidades, como em Bom Retiro, São Joaquim e Lages. Ou desciam a Serra Geral via Bom Retiro/Barracão (Alfredo Wagner). Nessa encruzilhada, encontravam-se com outros migrantes do Sul, que subiam pela estrada de Rancho Queimado. Em seguida, os colonos começavam a descida ao longo do Rio Itajaí do Sul, a famosa região pelos pioneiros batizada de “Rio-Abaixo”. A partir daí, começaram a colonização de todo o Vale do Rio Itajaí-do-Sul e suas adjacências. Depois de Barracão (Alfredo Wagner) e Santa Tereza (Catuíra) chegou, pois, a vez de Cerro Negro, Salto Grande (Ituporanga), Rio Batalha, Águas Negras, Indaiá, Rio Antinhas, Perimbó (Petrolândia), Barra Nova, Alto Barra Nova, Atalanta, Imbuia, São Martinho, Santa Teresinha, Salete.⁷⁸

A despeito do tom épico, a obra do padre Koch nos ajuda a entender o percurso dos migrantes, ou seja, os locais de onde saíam e os locais onde foram se estabelecendo. Segundo o padre, para os primeiros colonos, a região do Rio Itajaí-do-Sul era conhecida como “Rio-Abaixo”, expressão recorrente nas falas dos antigos moradores, quando se referem aos antigos caminhos que os primeiros moradores percorreram para chegar a região de Petrolândia.

João Nicolau Sens, que escreveu um livro sobre a família Sens, família católica de empresários de Ituporanga que foram os primeiros a chegar à região, destaca que os

⁷⁸ KOCH, Eloy Dorvalino; Momm, João. **Famílias Pioneiras de Salto Grande**. Impressora Ipiranga S.A. Joinville, 1985, p. 12.

primeiros colonizadores identificaram a região depois denominada de Salto Grande, como “Rio Abaixo”. Isto pelo fato de os colonos descenderem para a região seguindo o curso do Rio Itajaí do Sul, desde Alfredo Wagner ou Bom Retiro. Segundo o autor, a denominação “Rio Abaixo” “pode ser conferida, inclusive, nas primeiras certidões emitidas para as crianças que haviam nascido naquela localidade.”⁷⁹ O livro de Nicolau Sens segue o mesmo estilo apologético e épico do livro do padre Koch.

Em diversas ondas migratórias, várias famílias saíram das colônias velhas (Angelina, Águas Mornas, São Bonifácio, etc.) em direção as colônias novas, localizadas do Alto Vale do Itajaí. Valdir Gregory destaca essa importante questão na formação das colônias em Santa Catarina: “a enxamagem, a procedência de colonos das antigas colônias catarinenses para a ocupação de novas terras”.⁸⁰

1.3 Os motivos para migrar

Os motivos que levam as pessoas a migrar para outras áreas são complexos e devem ser examinados caso a caso. Predomina entre os pesquisadores a idéia de um pluralismo causal para explicar os processos migratórios. De acordo com alguns autores as motivações podem ser classificadas, em linhas gerais, em: ideológicas e/ou religiosas, pessoais e /ou econômicas, socioeconômicas e políticas.⁸¹ Nossas entrevistas nos permitem dizer, seguindo essa classificação, que foram os fatores socioeconômicos que predominaram entre os colonos. Os motivos para migrar, de acordo com a memória dos antigos moradores, em geral, coincidem com os motivos destacados pela historiografia: a busca por melhores terras visando uma melhoria das condições de vida.

Um dos aspectos mais importantes para explicar as migrações é a observação das condições sócio-econômicas dos locais de origem. O esgotamento do solo, a falta de terras disponíveis para os filhos dos colonos e a baixa qualidade das terras, situadas muitas vezes em encostas de morros, estão entre os fatores que determinam o abandono

⁷⁹ SENS, João Nicolau. **Família Sens: uma história para se contar**. Florianópolis, 2005. p. 23. A família Sens migrou da Alemanha para o Brasil, no século XIX, e os seus descendentes, estabelecidos em Santa Catarina, migraram no início do século XX de São Pedro de Alcântara para o atual município de Ituporanga.

⁸⁰ GREGORY, Valdir. Op cit p. 33.

⁸¹ Ver NODARI, Eunice. Op. cit. p. 30.

dessas áreas e a busca por melhores condições. O historiador que vem pesquisando as antigas áreas coloniais tem enfatizado o descontentamento dos colonos com a qualidade das terras. Em São Pedro de Alcântara, por exemplo, a “terras íngremes e de baixa fertilidade”, levaram os colonos, já em 1836, a migrar. Solicitaram terras nas imediações de Caldas do Cubatão, onde fundaram a colônia de Vargem Grande, e migraram também para o Vale do Itajaí Açu, onde iniciaram o povoamento de Belchior e Pocinho.⁸²

Na busca por informações da época, que pudessem confirmar as condições de vida e das terras, nos deparamos com relatos de viajantes que visitaram as antigas coloniais e registraram suas impressões. Em 1835, um conde dinamarquês em visita a colônia registrou as péssimas condições em que viviam os primeiros colonos:

Uma doença denominada mal-da-terra é comum aqui (São Pedro de Alcântara). As pessoas ficam pálidas, perdem energia, e se vai longo tempo de recuperação. Diz-se provir de má dieta. Muitos são pobres. O povo em geral só come carne-seca com farinha de mandioca e milho torrado em lugar de café. A saudade parece torturar a maioria dos colonos, que desejam voltar para a sua pátria, mas a maior parte não pode por falta de recursos. (...) Foram-lhe feitas promessas que terminaram mal cumpridas. Não há escolas. Se as crianças necessitam aprender algo, os próprios pais precisam ensiná-las (...). Um fulano separou madeira para construir uma igreja, mas a obra parou. Na colônia há duas ou três capelas, onde o povo se reúne para orar e cantar.⁸³

Outro viajante de passagem pela região registrou a má qualidade do solo:

A primeira colônia fundada na Província, a colônia de São Pedro de Alcântara, existe desde 1828, e foi estabelecida no distrito de São José, numa localização mal escolhida, longe do mar, e onde as terras estavam longe de ser as mais férteis (...) A qualidade muito inferior das terras da colônia, sua situação topográfica e a falta absoluta de comunicação lhes impediu de ter esperança de verdadeira prosperidade para o futuro (...) Entre eles ou seus filhos, os mais inteligentes ou os mais empreendedores deixam a localidade assim

⁸² JOCHEM, Toni Vidal e Alves, Débora Bendocchi. **São Pedro de Alcântara**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999, p. 46.

⁸³ REITZ, Raulino. **O diário do Conde F.C. Raben sobre sua visita à Colônia São Pedro de Alcântara em 1835**. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XXXI, n.9, setembro de 1990, pp. 195-6.

que tenham meios, e vão para outros pontos desabitados, em terras menos ingratas e melhores situadas.⁸⁴

Essas condições adversas, tanto relacionadas à qualidade da terra quanto as condições de vida em geral, foram fatores de expulsão dos colonos, que se estabeleceram em outras áreas, originando novos núcleos de colonização. Nas memórias dos antigos moradores de Petrolândia, muitos deles descendentes de colonos das áreas mencionadas, dois fatores são apontados recorrentemente para explicar a mudança: a má qualidade das terras e a falta de terras para os filhos.

Seu Ladislau Tives nos contou que sua vizinha e muitos moradores de Petrolândia, “vinham lá de baixo, por que não tinha mais terra, pegaram um rio e se seguiam”.⁸⁵ As pessoas saíam à procura de terra quando um parente ou conhecido falavam sobre um pedaço de terra que poderia ser ocupado, requerido do estado ou comprado de empresas colonizadoras. O mesmo motivo é apontado por Seu Sigfrido Eger: “meu pai não tinha terra suficiente pra todos os filhos, aí veio atrás de mais terra, terra boa pra trabalhar”.⁸⁶

Ao lado da falta de terras, outro fator decisivo para a mudança era a baixa qualidade das terras e as características acidentadas dos terrenos. Novamente é Seu Sigfrido Eger que nos conta que seu pai decidiu mudar para o Rio do Jango por que as terras em Angelina eram muito acidentadas, dificultando o plantio. “Meu pai contava que na Angelina as terras eram muito ruins, só morro”.⁸⁷

Dona Herta Kratz Staroski, agricultora, luterana, moradora da localidade de Pinhal no município de Petrolândia, narra sobre sua família, principalmente sobre seu pai, que saiu de São Bonifácio, uma das primeiras colônias de Santa Catarina, para novas terras em Petrolândia: “Em São Bonifácio era muito morro, meu pai brincava que plantava a tiro e colhia a laço. Quase não tinha terra e quando falaram pra ele que tinha terra boa pra cá ele veio conhecer. Gostou e comprou”.⁸⁸ Ainda segundo dona Herta: “As terras

⁸⁴ AUBÉ, Léonce. *La Province de Saint-Cathérine ET la colonisation au Brésil*. Rio de Janeiro: Iupr. 1861, pp. 106-107.

⁸⁵ Entrevista concedida à autora pelo senhor Ladislau Alves Tives, Petrolândia, 10/01/2009.

⁸⁶ Sigfrido Eger, entrevista já citada.

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Entrevista concedida à autora pela senhora Herta Kratz Staroski, Petrolândia, 09/01/2008.

aqui eram bem melhores que as de São Bonifácio, onde era tudo morro. Quando não tinha mais terra pra comprar e melhorar de vida, as pessoas foram indo pro Paraná.”⁸⁹

Seu Evaldo Schistel também nos contou porque seus pais deixaram Angelina rumo “Rio-Abaixo”:

Lá em Angelina é um lugar de muito morro, bastante morro. O pessoal cansado de trabalhar lá queria um lugar mais plano. O velho Wilibaldo e outros vieram vindo, passaram por Imbuia, passaram por Ituporanga, passaram pelo Pinhal todos os terrenos que hoje trabalha com trator.⁹⁰

O entrevistado quando criança/adolescente trabalhou em Angelina, que descreve com a expressão “muito morro”, para caracterizar o caráter acidentado do terreno. Quando fala do Sr. Wilibaldo, um vizinho da localidade de Rio de Dentro que saiu também da região de Angelina, é com o intuito de mostrar que outras pessoas com o mesmo desejo de terras mais planas saíram das primeiras colônias e vieram “Rio-Abaixo” atrás de novas terras.

A motivação em sair do lugar onde estavam era encontrar terras boas e mais planas. A região de Petrolândia tem alguns terrenos planos, mas a grande maioria das localidades possui uma geografia bastante irregular.⁹¹ Ainda assim, o número de migrantes que saíram da Grande Florianópolis rumo aos municípios do Alto Vale do Itajaí, principalmente Petrolândia e Ituporanga foi bastante significativo.

Quando Seu Evaldo relata que passaram por várias localidades antes de chegar a Petrolândia, é importante lembrar que várias famílias já haviam realizado esse trajeto e estavam estabelecidas, ou melhor, já haviam dado início as atividades na nova morada. O entrevistado destaca que a escolha do terreno se deveu a presença de algumas espécies de árvores, pois aprendeu desde pequeno que onde existiam essas arvores era sinal de que a terra era boa para o plantio:

(...) vieram achar um lugar aqui em cima nas costas da Serra do Rio do Rastro, na localidade de Rio de Dentro. Acharam o terreno através

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ Entrevista concedida a autora pelo Seu Evaldo Schistel, Petrolândia, 25/09/2010.

⁹¹ As localidades com terrenos mais planos são facilmente identificáveis, pois são também as que mais desenvolveram. As localidades de Rio Antinhas, Indaiá, Barra Nova possuem terrenos mais planos ao contrario de localidades como: Serra Grande, Alto Barra Nova, onde existem poucos hectares de terras planas.

das árvores gabirolva, murumbu, onde existem essas arvores é sinal de terra forte.⁹²

Outro fator determinante nas mudanças, que aparece em algumas entrevistas, são as doenças. Seu Dorvalino Momm, que morou nas localidades de Indaiá e depois na Barra Nova, lembra que seu pai contava que os avôs tanto maternos como paternos, saíram de Águas Mornas, por conta de uma doença: “descontentaram de lá e acharam que aqui era melhor”.

Meu avô abriu picada com o pessoal Rio-abaiço, aí veio a conhecer isso aqui e disse vamos pra lá também. Eles diziam que saíram de lá, tanto o vô Momm como o Marthendal, por causa daquele incômodo daquela doença, quando dava era uma febre, uma tremura e demorava dias pra curar isso quando não morria.⁹³

Na entrevista com Seu Dorvalino, sua esposa nos disse que o incômodo citado era a malária. “Esse incômodo que ele fala era a malária”.⁹⁴ Além do relato de Seu Dorvalino, encontramos outros relatos desse “incômodo”. É o caso da família Momm, que mantém na rede mundial de computadores um blog com a história dos descendentes de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª, gerações no Brasil. Neste blog encontramos os relatos sobre o Senhor Fernando Momm que nasceu no Morro do Garcia, na Fazenda Sacramento de Baixo em Águas Mornas. No dia 16 de janeiro de 1904, conforme registro na folha nº 66 do livro nº 3 do cartório de Santo Amaro da Imperatriz, casou-se com Margarida Eli, de Vargem Grande. Em 1922 Margarida faleceu precocemente deixando onze filhos. Logo após, Fernando Momm perdeu mais 05 filhos que contraíram malária. Depois desse triste acontecimento Fernando Momm vendeu tudo e mudou-se para a localidade de Faxinal da Vila Nova, em Salto Grande (Ituporanga) onde comprou um lote de terras tendo dado uma entrada e financiado o restante.⁹⁵

⁹²Evaldo Schistel, Petrolândia, entrevista já citada.

⁹³ Entrevista concedida à autora pelo senhor Dorvalino Momm, Petrolândia, 25/09/2010.

⁹⁴ Entrevista concedida à autora pela senhora Maria Bernadete Schappo Momm, Petrolândia, 25/09/2010.

⁹⁵ Disponível em <http://nilomomm.tripod.com/histrias/id6.html>. Acessado em 28/11/2010. Na entrevista com Seu Avelino Dionísio Momm encontramos vários relatos idênticos aos do site da Família Momm.

1.4 A Circulação de notícias e as redes migratórias.

Se as condições socioeconômicas do lugar de origem dos colonos é um fator decisivo para migrar, igualmente importantes são as condições encontradas nos locais de destino. Esses fatores são apontados por alguns pesquisadores do fenômeno migratório que consideram os contrastes entre as duas áreas decisivas para explicar as migrações.⁹⁶

Vários dos antigos moradores, como Dona Herta, Seu Dorvalino, Seu Sigfrido Eger, e outros entrevistados, mencionam a circulação de notícias entre os colonos sobre a existência de terras boas e disponíveis que levaram muitos a migrar. Podemos definir a circulação de notícias como um conjunto de informações sobre as novas áreas de colonização que eram transmitidas pelos colonos que exploravam ou se mudavam para essas terras para aqueles que permaneciam nas antigas áreas coloniais. Essas notícias propiciavam certo conhecimento da região de destino, e permitiam uma avaliação do local “pelas suas próprias normas sociais fazendo com que o ato de migrar seja resultado de uma tomada de decisão consciente”.⁹⁷

Os colonos já estabelecidos na região informavam aos outros que permaneciam nas antigas colônias sobre essas terras. As notícias, ao que parece, funcionavam como chamariz para os colonos. O Seu Sigfrido Eger, morador do Rio do Jango, nos relatou que notícias de terras boas os fizeram deixar Angelina e se instalar no Rio do Jango:

Nasci em 1925 em Rio do Jango. Meu pai nasceu em Angelina e a mãe também. Eles vieram de muda lá de Angelina pra Rio do Jango. Eles vieram pra cá por que a noticia que tinha é que aqui era melhor, por que lá era ruim muito morro e terra ruim.⁹⁸

Dorvalino Momm contou que seus avôs ficaram sabendo das terras “Rio-Abaixo” porque já tinha gente de São Bonifácio e Águas Mornas morando ali.

Ficaram sabendo das terras, porque já tinha gente aqui das bandas de São Bonifácio, que vieram pra cá, chegavam ali Rio Abaixo, os Willemann, Haveroth isso era uma nação de gente. Começaram a

⁹⁶ Ver a esse respeito às abordagens de Wolfgang Köllmann e Peter Marschalck. In: NODARI, Eunice. Op. cit. p. 30.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Sigfrido Eger, entrevista já citada.

plantar, mas era tempo cruel, difícil, entrar no mato e fazer roça. Era uma nação de gente que veio pra cá.⁹⁹

Em 1918 chegaram ao Indaiá algumas famílias provenientes de Capivari, Águas Mornas: “No ano de 1918 chegaram ao Indaiá a procura de terras mais férteis e planas os senhores José Rohling e Henrique Willemamm que vieram de Capivari, pois as terras de lá não eram tão boas como as daqui.”¹⁰⁰ Se os colonos tinham parâmetros para comparar a qualidade das terras é porque tinham informações antecipadas sobre o local para onde se dirigiam, neste caso o Indaiá. No histórico de Indaiá encontramos uma referência de como as notícias sobre as terras chegavam aos ouvidos dos colonos:

Relata-se que através da propaganda do próprio governo e de pessoas que residiam no Cerro Negro-Ituporanga, o Sr. João Longen e Bernardo Tenfen foram a Capivari e convidaram seus conterrâneos para que viessem e pudessem colonizar as terras daqui do Indaiá. O Sr. Ervin Krause, chegou nesta comunidade e ficou por um determinado período, então mais tarde fixou residência com a família.¹⁰¹

Pelo que se depreende desses relatos, havia abundância de terras na região, ainda tomada pela vegetação nativa, e de melhor qualidade que as terras das antigas colônias. Foi esse contraste, identificado graças às notícias que circulavam, que levou os colonos a migrarem rumo Rio Abaixo. Observamos aqui que, além da circulação de notícias, articulava-se o que se convencionou chamar de redes migratórias. Os colonos estabelecidos no Cerro Negro convenciam outros colonos a deixarem suas terras e se mudarem para a região. De acordo com Massey, redes migratórias podem ser definidas como “complexos de laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade.”¹⁰² Nestes casos, os colonos que chegavam mais tarde não se deparavam com as enormes dificuldades encontradas pelos primeiros colonos.

No depoimento do Seu Willy Staroski percebe-se claramente a articulação de uma rede que atraía cada vez mais colonos para a região: “Vieram os primeiros lá de baixo

⁹⁹ Dorvalino Momm, entrevista já citada.

¹⁰⁰ Histórico da localidade de Indaiá – Município de Petrolândia. Disponível www.petrolandia.org.sc.br. Esse histórico foi produzido pelos (as) Professores (as) da rede municipal de ensino.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Apud TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios**. Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008.

daí depois eles iam passear e traziam os outros da família junto pra morar aqui, porque a terra era boa, bem melhor eles diziam.”¹⁰³

Essas redes acabavam por assumir determinadas funções sociais na medida em que os migrantes mantinham contatos recorrentes entre si, por meio de laços ocupacionais, familiares, culturais e afetivos. Por meio das redes, os migrantes recebem apoio de ordem prática e subjetiva, “visando amenizar a sensação de ser o ‘outro’ em terra estrangeira”¹⁰⁴. Elas possibilitam empregos, hospedagens e assistência financeira nos locais de destino e facilitam o contato com a terra de origem. Ao estabelecer uma conexão entre os dois lugares, as redes se configuram como local de memória e de reafirmação da identidade de origem.

O que o emprego da categoria redes ressalta é o fato de que a decisão de migrar, em muitos casos, se deveu às informações recebidas de colonos já instalados na região sobre as novas áreas. A seletividade do local de destino, portanto, baseia-se, em grande parte, no grau de consolidação das redes sociais e familiares. Quanto mais sólidas as redes, menores os riscos, e maiores as chances dos migrantes nos locais de destino. Isso possibilita o aumento do trânsito de informações que influenciam o comportamento e a decisão de migrar. Daí considerar que as redes, se não desempenharam um papel determinante na orientação dos fluxos migratórios, pelo menos elas intensificam esses processos, servindo-lhe de suporte, preservando as relações entre a origem e o destino dos migrantes, possibilitando a circulação de recursos materiais (instrumentos de trabalho, bens de consumo) e simbólicos (laços e amizade, memórias, etc.). Mas é, sobretudo, na definição do fluxo de migração que as redes atuam. Os primeiros colonos estabelecidos no Perimbó e adjacências estimularam outros a subirem a Serra, criando uma ampla rede regional que articulava as velhas e as novas áreas coloniais. A existência dessa rede permitiu que inúmeros sujeitos e famílias seguissem esse fluxo migratório que, quanto mais se consolidava, mais atraía colonos para a região. O caso de Fernando Momm, citado anteriormente, nos mostra a existência dessa rede. Depois do surto de malária que atingiu sua família, “Fernando Momm seguiu o caminho traçado pelo seu irmão Pedro e sua irmã Cecília que já haviam migrado a procura de

¹⁰³ Entrevista concedida à autora pelo senhor Willy Staroski, Petrolândia, 11/04/2009.

¹⁰⁴ LISBOA, Teresa K. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo**: a globalização da assistência. Florianópolis: Estudos Feministas, setembro-dezembro, 2007.

áreas mais saudáveis e terras mais férteis.”¹⁰⁵ A família Momm parece ter organizado uma espécie de rede familiar que possibilitou que muitos deles se instalassem nas imediações do Perimbó. Nikolau Momm, por exemplo, mudou-se para Barra Nova em 1931. De acordo com site da Família Momm, Nikolau, “por intermédio de seu genro, José Carlos Koch, adquiriu sete lotes de terra em Barra Nova, hoje pertencente ao município de Petrolândia, vendidos por Ângelo Monteiro. Custaram trinta contos de réis.” Nikolau contou com a ajuda de familiares já estabelecidos na região, desde os preparativos da viagem até a hospedagem na chegada:

Tendo vendido por vinte e sete contos de réis a sua propriedade em Grão Pará, fez a mudança para Barra Nova, no mês de outubro de 1931. A mudança foi levada num carroção puxado por quatro cavalos, com mais um de reserva. Tudo havia sido providenciado pelo genro José Carlos Koch. A viagem durou mais de uma semana. Em Barracão, hoje Alfredo Wagner, pousaram na casa de Fridolino Thiesen. Em Salto Grande, hoje Ituporanga, ficaram na casa do irmão Pedro Momm.¹⁰⁶

Os familiares e amigos ofereciam solidariedade e suporte material e afetivo. Eram esses “laços interpessoais” que orientavam, em parte, a decisão dos colonos de se dirigir para esse ou aquele local de destino. Se as condições precárias das velhas colônias levavam os colonos a procurar outras áreas, as redes orientavam essa busca para determinados lugares.

Esta perspectiva de abordagem das migrações, que enfatiza as redes, é mais sensível ao papel dos sujeitos e suas redes de relações, em detrimento das abordagens que privilegiam as condições estruturais das regiões de origem e de destino. Atuando no interior de redes de relações pessoais, o migrante é visto como um agente racional que persegue objetivos e mobiliza recursos para escolher a área de destino e empreender sua mudança. Ou seja, o migrante é visto como agente mobilizador de seu próprio capital social.¹⁰⁷

Do ponto de vista metodológico, as experiências e as narrativas dos migrantes tornam-se as fontes privilegiadas para o estudo das migrações. Nessas narrativas, ou memórias, como as do Seu Willy Staroski, podemos perceber como as redes de relações pessoais funcionavam e influenciavam nas tomadas de decisão.

¹⁰⁵ Disponível em <http://nilomomm.tripod.com/histrias/id6.html>. Acessado em 28/11/2010.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Ver TRUZZI, Oswaldo. Op. cit, 2008.

1.5 Colonisadora Catharinense.¹⁰⁸

A migração para o Alto Vale, como vimos até aqui, foi realizada por colonos individuais ou famílias, motivados principalmente pela busca de melhores terras, impulsionada principalmente por notícias da existência de terras boas e férteis para serem compradas. É neste ponto que entram em cena as Companhias Colonizadoras. Nesta área em particular do Alto Vale, a Companhia que mediou o acesso as terras e as vendeu para os colonos foi a Colonisadora Catharinense. Infelizmente as informações sobre essa colonizadora são bastante lacunares e escassas. Mas é possível, juntando e cruzando informações esparsas, ter uma idéia do papel que desempenhou na ocupação da região.

Nas primeiras décadas do século XX, a região possuía apenas tênues ligações com o restante do Estado. Para ocupar a área, interessado em promover o seu desenvolvimento, o Governo optou em conceder às companhias colonizadoras o direito de administrar as terras em troca da construção de estradas entre as localidades. Com este objetivo foram criados, como vimos, em 1891, três burgos agrícolas em Santa Catarina. Os contratos eram feitos pelo Governo Federal com a Companhia de Colonização e Industrial de Santa Catarina. De acordo com Oswaldo Rodrigues Cabral:

Em 1890, os Srs. Gustavo Richard, Emilio Blum e Carlos Napoleão Poeta, haviam celebrado com o mesmo Governo Federal contratos para a criação de três burgos agrícolas no Município de São José, sobre áreas de terras que cobria 90 mil hectares.

Rescindindo, posteriormente, os contratos, tornou-se concessionária e proprietária das terras daquela Companhia que, em abril de 1891 iniciou o trabalho.¹⁰⁹

Em 1908, o Coronel Carlos Napoleão Poeta contratou com o Governo do Estado a construção de uma estrada carroçável entre Barracão (atual Alfredo Wagner) e a barra do Rio do Oeste (hoje Rio do Sul). A estrada seguia a sinuosidade do Rio Itajaí Sul, para ali estabelecer agricultores e fazer as bases para as futuras povoações.¹¹⁰

¹⁰⁸ Mantemos no trabalho a grafia Colonisadora, com 's', conforme aparece nos documentos da Sociedade Colonisadora Catharinense.

¹⁰⁹ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Laudes, 1970. p. 276.

¹¹⁰ Disponível em www.ituporanga.sc.gov.br

Em 1914, Carlos Napoleão Poeta comprou 920.133.304 m² de terras Companhia de Colonização e, negociando com outras instituições a fim, fundou em Porto Alegre a Sociedade Colonizadora Catharinense. A Cia. ficou com uma área de 80 mil hectares de terras banhadas pelo rio Itajaí do Sul e pelos seus afluentes. As terras incorporadas pela Cia., segundo Zedar Perfeito, não foram obtidas do Estado, mas dos antigos “burgos agrícolas” concedidos pela União.¹¹¹ As terras foram concedidas a Napoleão Poeta como forma de pagamento pela construção de uma estrada à margem do rio Itajaí do Sul¹¹²

Num atestado emitido em 1921 pela Secretaria de Fazenda e Obras Públicas de Santa Catarina a Napoleão Poeta, verificamos a área de abrangência da Colonizadora Catharinense:

Attesto, que esta Directoria resolveu aprovar a medição e demarcação das terras concedidas contractualmente ao Snr. Carlos Napoleão Poeta e transferidas por despacho do Governo de 25 de abril de 1921 á Sociedade Colonizadora Catharinense, com a área de 10.730 hactare situadas na costa da Serra Geral, nos municípios de Palhoça e Blumenau (...) por ordem desta Directoria de terras e Colonização.¹¹³

A Colonizadora Catharinense a partir de então passou a vender as terras para os colonos dispostos a descer o rio Itajaí do Sul e se estabelecer nas localidades próximas. A família do Seu Willy Staroski, que saiu de Angelina, fez negócio com a Colonizadora e se estabeleceu no Rio do Jango:

Minha vó, meu vô vieram de Angelina. Eles vinham descendo, vinham procurar terra, andavam muito e onde eles achavam que a terra era boa e que dava pra comprar, eles compravam. Compravam da Colonizadora. Daí, os primeiros vieram e ocupavam os melhores terrenos.¹¹⁴

Sigfrido Eger também relatou que sua família comprou terras da Colonizadora: “Eles vieram pra cá por que a noticia que tinha é que aqui era melhor. Compraram terreno da colonisadora.” Já Avelino Momm destacou o fato de que a venda de lotes

¹¹¹ SILVA, Zedar Perfeito da. Op. cit. pp. 19-20. Carlos Napoleão poeta associou-se ao Banco Comercial Franco Brasileiro e a Companhia Agrícola Predial, para formar a Sociedade Colonizadora Catharinense.

¹¹² CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Op. cit. p. 276.

¹¹³ Atestado emitido pela Secretaria de Fazenda e Obras Públicas de Santa Catarina. 1921.

¹¹⁴ Willy Staroski, entrevista já citada.

pela Colonizadora desencadeou uma corrida por terras, o que nos dá uma boa idéia do papel relevante que a colonizadora desempenhou na colonização da região:

(...) o Walter Rodhe era agrimensor da Colonizadora Catharinense. Então antes dessa colonização se tivesse algum morador era esporádico que eu duvido muito, por que quando nos chegamos no Perimbó era só mato. Ali em 35 tinha poucas casas. Isso aí quando deu a corrida que venderam os lotes foi gente ai de todo lado, saiu a colonização.”¹¹⁵

No relatório sobre a colonização das terras situadas em Bom Retiro, apresentado no ano de 1935, a Colonizadora demonstra que vendeu 41 lotes naquele ano, atingindo uma área de 7.949.500 metros quadrados.¹¹⁶ Ao longo desse ano, continua o relatório, a Colonizadora situou “nas diferentes zonas de colonização mais de 41 famílias, perfazendo um total de 351 famílias que vivem em terras adquiridas ao Governo do Estado”.¹¹⁷ No mesmo ano, foram criadas “mais duas escolas, sendo uma na sede ‘Dona Luiza’ com a matrícula de 28 alunos e outra na secção ‘Rio Maracujá’ (Barra Nova) com a matrícula de 16 alunos, sendo essa a expensas da Sociedade Colonizadora Catharinense”.¹¹⁸

Ainda segundo o relatório, a Colonizadora mantinha dois escritórios permanentes situados nas localidades de Jararaca e Salto Grande, “para atender o serviço de colonização com funcionarios aptos e autorisados para tão importante trabalho”.¹¹⁹

A Colonizadora Catharinense, embora pouco conhecida pelos pesquisadores, desempenhou um papel bastante importante na colonização do Alto Vale. Não existem estudos sobre sua atuação, mas sabemos, por meio de alguns indícios, que havia propaganda das terras no Alto Vale e que os colonos compravam lotes da Colonizadora.

¹¹⁵ Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada.

¹¹⁶ Relatório apresentado ao Illmo Sr. Engenheiro Pedro A. Gonçalves pela Sociedade Colonizadora Catharinense, de 1935. Arquivo Público de Florianópolis. Número de classificação: 2:21. Título: Planta geral das terras de propriedade da Colonizadora Catharinense. Local: SJ. Esse foi o único relatório ou documento da Colonizadora Catharinense ao qual tivemos acesso.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Os relatórios são documentos importantes e ricos para acompanharmos o desenvolvimento da colonização, o número de famílias estabelecidas, o tamanho dos lotes e a localidade onde foram comprados. Além disso, como pudemos ver, a Colonizadora Catharinense reúne um conjunto de informações sobre o andamento das colônias, como a criação das escolas, o comércio local, as estradas que ligavam as diferentes áreas, etc. Idem. Infelizmente não encontramos os relatórios referentes aos anos anteriores ou posteriores.

¹¹⁹ Idem.

Num decreto de 1937, nos deparamos com uma propaganda da Colonisadora chamando a atenção para a qualidade das terras e a abundância de água e árvores:

As terras da Sociedade Colonisadora Catharinense estão situadas nos municípios de Bom Retiro e Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no Valle do Rio Itajahy do Sul. As terras são de grande fertilidade e todas servidas por cursos d'água. A abundante matta é constituída de pinhaes, herva matte, imbuías, cedros, louro, ipê, canellas diversas etc., que são exportados, na sua maioria para a Europa pelo Porto de Itajahy.¹²⁰

No outro trecho do documento encontramos uma descrição detalhada do excelente clima da região e uma oferta de terras com facilidades de pagamentos:

O Clima é excellente. Não existem febres palustres e nem outras moléstias contagiosas. A zona colonial está entre 320 a 800 metros sobre o nível do mar, existindo também faxinaes para criação de gado. Extensa rede de estradas, todas carroçáveis, conduzem ao fim de cada secção colonial. Estas estradas vão ter aos centros comerciais como Rio do Sul, que é estação ferroviária que vae a Blumenau, Salto Grande, Serro Negro, Barracão, Palhoça, Estreito e Florianópolis.

A Sociedade facilita a forma de pagamento, quer prestações a longo prazo, quer em trabalhos na construção de estradas.¹²¹

Vale observar que a propaganda da Colonisadora, no que se refere às estradas carroçáveis, contrasta com os depoimentos que temos a nossa disposição. Os colonos, como veremos adiante, são unânimes em apontar as péssimas condições das estradas. As estradas existiam, e ligavam as frentes de colonização com os grandes centros do Vale do Itajaí, mas eram percorridas com enorme dificuldade.

O fenômeno migratório de ocupação das terras que compreendem a atual região do Alto Vale do Itajaí foi estimulado, em parte, pela Companhia Colonisadora Catharinense. A propaganda e as facilidades para a aquisição das terras, que podiam ser pagas mediante trabalho na abertura de estradas para a Colonizadora, devem ter atraído os colonos interessados nas terras situadas nos municípios de Rio do Sul e Bom Retiro. A baixa qualidade das terras nas colônias antigas, somadas as facilidades oferecidas pela Colonizadora, foram fatores de atração que levaram os colonos rumo Rio Abaixo.

¹²⁰ Decreto nº 58 de 10/12/1937. Registrado sob nº1 no Registro de Immoveis de Bom Retiro e Rio do Sul. Gerência de Assuntos Fundiários e Fundo de Terras.

¹²¹ Idem.

1.6 As dificuldades da mudança.

Um aspecto das migrações para o Alto Vale que chama a atenção, de acordo com as memórias dos entrevistados, diz respeito às dificuldades encontradas durante a mudança de uma localidade para outra. A mudança não era algo simples. Implicava no abandono do território, isto é, de uma vida já estabelecida e um esforço de reconstrução da vida num lugar, onde tudo estava para ser construído. Inspiramo-nos aqui na noção de território, desenvolvido na geografia, aplicado ao estudo das migrações, de acordo com as definições de alguns autores. O território, de acordo com os novos estudos, é a base de realização de uma sociedade. O território, assim entendido, é o lugar onde se desenvolvem as relações entre as pessoas, as redes sociais, que se projetam para além da produção econômica, envolvendo temas como a natureza, as apropriações, as mudanças, a mobilidade, a identidade e o patrimônio cultural. A identidade, neste caso, é entendida para além do sentimento de pertencimento a um determinado lugar. “A identidade deriva do agir coletivo dos sujeitos, como portadores de práticas e de conhecimentos construtores do território e de novas lógicas identitárias aos lugares.”¹²² Ao abandonar o território os sujeitos, neste caso os colonos que viviam nas antigas áreas colônias de Santa Catarina, deixavam para trás as relações sociais nas quais estavam inseridos e o relativo conforto da vida material duramente conquistada.

A mudança de uma área colonial para outra se apresenta como uma das grandes dificuldades dos processos migratórios, de um modo geral. Como afirma Valdir “o ato de mudar implicava em rompimento e em comprometimento. Mudar implicava, também, em abandonar um espaço, em sair de um ambiente familiar, implicava em preparar, em selecionar objetos, utensílios, móveis, animais, ferramentas para serem levados junto”.¹²³ É razoável supor que levar consigo os bens pessoais trazia certa segurança para a nova vida que se iniciava. Manter os velhos móveis e os objetos de uso na família reduzia, por assim dizer, os sentimentos de perdas – amigos, casas, irmãos, paisagens - que a mudança muitas vezes implicava. A reconstrução da vida no lugar de destino tornava-se assim menos penosa e pesarosa.

¹²² Ver SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 118.

¹²³ GREGORY, Valdir. **Os Eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-70)**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2008, p. 177.

Os caminhos que ligavam as áreas coloniais ao sul da ex-colônia militar Santa Tereza à Salto Grande e Perimbó eram difíceis. Não havia estradas definidas que ligassem um lugar ao outro, e a bagagem dos colonos eram compostas de animais vivos, utensílios domésticos, instrumentos de trabalhos e objetos pessoais. Seu Santo Graci recorda de quando decidiu mudar de Orleans para Atalanta, e depois para Perimbó. Disse que as terras onde moravam eram ruins, tinha “muita pedra”. Ele lembra também das dificuldades:

Só veio a família com eles (Seu Santo e D. Maria). A filha mais nova no momento chegou com 29 dias, por isso que nos soubemos quanto tempo tamo aqui. A mudança negócio de armário, guarda louça, isso ficou tudo lá, só trouxemos duas caixa e o resto de roupa de vestir tudo em saco, nos viemos até Vargem Grande pra cá de Palhoça, nos viemos de carona com um caminhão que puxava fécula, daqui pra cá nos peguemos outra até Catuíra pra cá de Alfredo Wagner, daí fretei uma carroça com dois cavalo e o homem veio traze nos até Atalanta, pra cá de Atalanta São João, ali ficamos 1 ano e pouco, aí o falecido sogro comprou tudo isso aqui no Alto Barra Nova, do Fredolino Kuhnen, 2 lotes.¹²⁴

O pai do Seu Avelino Dionísio Momm, que foi tentar a vida em Vidal Ramos, enfrentou enormes dificuldades devido a precariedade das picadas. Estava em dúvida se ele e a família iriam para Perimbó ou Vidal Ramos. Segundo seu Avelino, seu pai foi até Vidal Ramos, mas “a picada pra Vidal Ramos era muito ruim, a barriga do cavalo encostava no chão em umas alturas”.¹²⁵ Quando foi ao Perimbó decidiu que iriam mudar-se para essa localidade, pois a picada de acesso era transitável.

A família de seu Dorvalino, que como vimos saiu de Águas Mornas para o Indaiá, também enfrentou dificuldades na viagem: “Vinhão um pouco a pé, um pouco no lombo do cavalo, minha mãe contava que tinha mais dois irmãos então um ia de cavalo e os outros a pé e depois ia trocando”. Seu avô materno, que também veio para a comunidade de Indaiá um ano antes da mudança, enfrentou dificuldade: “Ah vieram de carroça, de cargueiro, na lombada de cavalo. Meu avô o velho Martendal primeiramente

¹²⁴ Entrevista concedida à autora pelo senhor Santo Graci, Petrolândia, 26/12/2007.

¹²⁵ Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada.

veio, fez uma rocinha e aí ele voltou lá pra baixo, aí no outro ano ele veio de definitivo”.¹²⁶

A mudança acima de tudo “implicava em descartar, em vender ou deixar com parentes bens emocionalmente caros”.¹²⁷ No caso da família de Santo Graci, móveis e louças foram deixados para trás. As condições da viagem, por estradas ruins, a troca de meios de transporte em diferentes localidades, dificultavam ainda mais o transporte dos bens familiares. É significativo que nas lembranças de Santo Graci esses aspectos da mudança sejam narrados, e revividos, nos mínimos detalhes. Essas dificuldades deixam marcas na vida, na memória.

A localidade de Indaiá, que recebeu famílias oriundas das antigas colônias, guardou registros das dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores que ali fixaram residência:

Estas famílias vieram de Capivari, Braço do Norte, Rio Fortuna, Santo Amaro. Não havia estradas, atravessando as matas, nossos pioneiros vinham carregando quase tudo nas costas e em cargueiros, suas coisas para aqui levantarem seus barracos. Abrindo picadas e trilhos, foram chegando e fazendo suas roças. Seus ranchos feitos de rachão e cobertos de tabuinhas feitas a machado, cobertos de folhas de coqueiros.¹²⁸

Neste caso, a mudança assumia um tom dramático. A ausência de estradas obrigava os colonos a se embrenharem nas matas, acompanhados das famílias, e carregarem os pertences nas costas, abrindo caminho na mata.

Quando Nikolau Momm mudou-se com sua família para Barra Nova em 1931, enfrentaram inúmeras dificuldades numa viagem que durou uma semana:

A mata virgem, as estradas intransitáveis, um povoado de caboclos perigosos em Barra Nova, tudo isso deixou a família inconformada, arrasada, próxima ao desespero, principalmente as filhas já moças. Mas não havia outro jeito (...) Graças à coragem e à fibra de pioneiros acabaram vencendo.¹²⁹

¹²⁶ Dorvalino Momm, entrevista já citada. O cargueiro, citado na entrevista, era um meio de transportar objetos, alimentação, etc., mais utilizado na região. Colocava-se sobre um burro uma bruaca feita de couro curtido de boi, como se fosse uma bolsa, distribuindo o peso de ambos os lados.

¹²⁷ GREGORY, Valdir. Op cit p. 177.

¹²⁸ Histórico da localidade de Indaiá. Disponível www.petrolandia.org.sc.br

¹²⁹ Disponível <http://nilomomm.tripod.com/histrias/index.html>

O acento dramático da narrativa, disponível no site da Família Momm, confere à mudança um tom legendário. Geralmente, por conta das dificuldades das viagens como essa, os descendentes, que hoje desfrutam de melhores condições de vida, quando relembram os feitos dos antepassados tendem a super valorizá-los. No entanto, situações como essas enfrentadas por Nikolau e sua família parece que eram corriqueiras e vistas como “normais” naqueles tempos. Nas entrevistas com pessoas que viveram aqueles tempos, os longos trajetos percorridos a pé ou a cavalo e as estradas perigosas que ligavam as localidades são descritos como “dificuldades” que eles enfrentavam cotidianamente, sem se queixar. Seu Evaldo Schistel, por exemplo, nos contou, com ar nostálgico e orgulhoso “que andar daqui até a Angelina era coisa fácil, eu mesmo, guri pequeno saí um dia daqui (de Petrolândia) e fui até a Imbuia”.¹³⁰

Situações como essas narradas pelo Seu Evaldo tornam-se verdadeiras façanhas quando contadas pelas novas gerações, de filhos e netos, que não viveram aquelas adversidades. Os colonos migrantes chegaram num lugar onde tudo precisava ser construído, e o fizeram com as próprias mãos, com “fibra de pioneiro”, conforme o site.

Os meios de transportes mais desenvolvidos e as estradas mais seguras encurtaram as distâncias. Técnicas mais sofisticadas de plantio e colheita tornaram o trabalho menos penoso. Para as novas gerações que nasceram beneficiadas pelos signos do progresso material, as “histórias” narradas pelos pais e avós são realmente de causar espanto. As rememorações, nestes casos, tendem a uma idealização do passado e a uma amplificação dos feitos dos antepassados. Como observou Ecléa Bosi, o trabalho de reconstrução do passado, pelos caminhos da memória, é realizado a partir dos condicionamentos do presente. A lembrança é sempre orientada pelas circunstâncias e pela vida atual, “pelo lugar social e pela imaginação daquele que lembra”. A lembrança, continua Ecléa:

é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de

¹³⁰ O município de Imbuia dista hoje 45quilometro de Petrolândia.

realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.¹³¹

É na relação entre o passado, visto como um tempo de dificuldades, e o presente, tempo daquele que rememora, que devemos buscar as explicações para a reconstrução idealizada do passado. Não pretendemos com isso dizer que os colonos não enfrentaram enormes dificuldades. A intenção é chamar a atenção para o fato de que aquelas pessoas, como o Seu Evaldo, tinham outra relação com o tempo, com as distâncias, com o trabalho. A vida mais “fácil” que vivemos hoje, em termos de recursos materiais e de meios de locomoção, interfere no modo como olhamos para o passado. Dito de outra maneira, ao recordar o passado, os sujeitos o fazem com base nas experiências e noções que possuem hoje. Portanto, quando pensamos nas dificuldades enfrentadas pelos colonos somos tomados por um sentimento de admiração e espanto.

¹³¹ BOSI, Ecléa. Op cit. p. 55.

Capítulo II

O estabelecimento na região e a construção do território.

2.1 Os habitantes do Perimbó antes da colonização.

Emílio Willems dedicou algumas páginas do seu estudo sobre a aculturação dos alemães no Brasil aos conflitos entre os “índios” e os colonos. Foi um dos primeiros autores a abordar, de um ponto de vista científico, esses conflitos em Santa Catarina. Na visão de Willems, “onde quer que os imigrantes alemães tencionassem estabelecer-se, deparavam com índios hostis”. Desalojados do litoral e do planalto pelos “povoadores brancos”, os índios refugiaram-se nas matas inacessíveis da serra Geral e da serra do Mar. Com a colonização passaram a conviver, e a competir ecologicamente, com os imigrantes alemães. “Para os índios, observou Willems, as matas hidrófilas das serras constituíam uma área de refúgio, porém de refúgio derradeiro, pois estavam presos entre as tenazes das sociedades sertaneja e litorânea”.¹³² A luta foi “árdua” em Santa Catarina, mais do que no Rio Grande do Sul, e dividiu as opiniões quanto ao método de combate aos índios. Se de um lado fundava-se a Liga Patriótica de proteção aos índios, em Florianópolis,¹³³ por outro, disseminava-se no Vale do Itajaí a opinião de que os índios eram uma “corja de salteadores selvagens” que devia ser eliminada.¹³⁴ De acordo com essa visão detratora, que via nos índios um empecilho à colonização:

Os bugres atrapalhavam a colonização e as comunicações entre planalto e litoral. É preciso acabar com essas perturbações de modo total e o mais depressa possível. Pontos de vista sentimentais que consideram injustas e imorais as caçadas movidas aos bugres são inoportunas.¹³⁵

A lógica do extermínio dava o tom de muitas obras que circulavam pelo Estado, em defesa da colonização alemã. Numa delas, encontramos uma visão contundente sobre a questão: “Ao lado dos colonos alemães a existência (dos índios) tornou-se impraticável, eles têm que desaparecer, assim como, paulatinamente, animais bravios têm de ser exterminados.”¹³⁶

¹³² WILLEMS, Emílio. Op. cit. p. 82.

¹³³ Este debate acentuou-se no início do século XX quando foi fundada em Florianópolis, no ano de 1906, a “Liga Patriótica para a Catechese dos Selvícolas”. Disponível em: Santos, Sílvia Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual**. - Florianópolis: Ed. da UFSC; [Itajaí]: Ed. da UNIVALI, 1997. p. 29.

¹³⁴ Idem. p. 83.

¹³⁵ Dr. Phil Wettstein apud WILLEMS, Emílio. Op. cit. p. 83.

¹³⁶ Robert Gernhardt apud WILLEMS, Emílio. Op. cit. p. 83. Essas obras detratoras foram publicadas no Estado em 1901 e 1907.

Para Willems, “a conquista da mata tinha um significado vital para imigrantes e índios”.¹³⁷ As matas do Alto Vale, que até então se apresentavam como um refúgio seguro para os Xokleng passaram, no começo do século XX, a ser ocupadas pelos colonos alemães. Com o crescente afluxo dos colonos, os territórios indígenas foram entrecortados e divididos em lotes. Talvez resida aqui o sentido mais profundo da colonização do Alto Vale: a apropriação, o recorte e a resignificação dos antigos territórios indígenas pelo Estado, pelas Companhias Colonizadoras e, por fim, pelos colonos. Na medida em que os colonos iam se estabelecendo na terra, núcleos de povoamento iam surgindo. A construção do território pelos colonos implicava no recorte das áreas de sobrevivência e na redução drástica da área de mobilidade dos indígenas, “dificultando e alterando o modo de vida praticado”.¹³⁸

Ao contrario do que se pensava ou se dizia às terras do Alto Vale do Itajaí que vieram a ser ocupadas de maneira mais sistemática no início do século XX não eram despovoadas. O Vale do Itajaí, região considerada como vazio demográfico, era em grande parte inexplorada e, por isso, considerada desabitada. A descrição dessas terras como vazias de população fazia parte da visão do século XIX, que adentrou boa parte do século XX. O vazio tanto pode representar a ausência de populações brancas como a ausência do trabalho regular e produtivo numa determinada região. Saint-Hilaire, em viagem pelo Brasil às vésperas da Independência, sintetizou a idéia de um espaço vazio, embora repleto de gentes: “Quando digo ‘despovoada’, refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoado até em excesso”.¹³⁹ Com o tempo, e com o avanço da colonização européia no Brasil, o sentido de vazio demográfico deslocou-se das questões étnicas para ausência do trabalho laborioso. Para Laura Antunes Maciel o vazio demográfico, neste sentido, pode ser definido como:

(...) a ausência de uma população disciplinada, habituada ao trabalho ordenado e regular, com moradia fixa, capaz de tomar em suas mãos a defesa do território contra o interesse dos países vizinhos. A própria estabilidade das fronteiras nacionais seria mais facilmente conseguida

¹³⁷ Idem. p. 82.

¹³⁸ OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de; STAROSKI, Vivian. Imigração, memória e turismo no Vale do Itajaí. In: SOUZA, Evandro André de (org.). **Casa Azul: História e Desenvolvimento de uma Comunidade no Vale do Itajaí**. Indaial: Editora da UNIASSELVI, 2008, p. 97.

¹³⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás**. Tomo II. São Paulo: Cia Editora Nacional. s/d.

caso naquelas regiões predominasse a agricultura e a criação de gado.¹⁴⁰

Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, “no Brasil do século XIX, a política de imigração visava atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitiria a posse do território e a produção de riquezas”.¹⁴¹ Já Vânia Maria Losada questionou o emprego da expressão “vazio demográfico”: “como num passe de mágica, afirmou à autora, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gentes, graças ao poder imagético do conceito de vazios demográficos”. Na sua visão:

Vazio demográfico é um clichê produzido pelo Estado e por parcelas da sociedade brasileira, com profundas raízes na história nacional do século XIX. Na maior parte das vezes indica a completa ausência de traços humanos em dado território, pelo menos a existência de uma densidade demográfica muito baixa. Na boca dos políticos, a noção de vazios demográficos foi mais longe, pois via de regra serviu para justificar medidas ou políticas para incrementar o nível de povoamento.¹⁴²

A construção do mito do vazio demográfico estava ligada ao discurso oficial das companhias colonizadoras, os discursos governamentais, aos escritos e a historiografia que fizeram a apologia da colonização pelos chamados colonos pioneiros. Esses diferentes discursos ligados aos diferentes interesses da colonização transformaram áreas povoadas em espaços livres abertos aos colonizadores. Walter Piazza, por exemplo, se referiu ao “vazio demográfico” da região do Vale do Itajaí como “a problemática populacional da Província”.¹⁴³

A expressão “vazio demográfico”, além de autorizar a ocupação das terras “desabitadas”, apaga e anula para a história expressivos contingentes populacionais indígenas que viviam naquele espaço. Ao contrario do que se pensava ou se dizia às terras do Alto Vale do Itajaí que vieram a ser ocupadas de maneira mais sistemática no início do século XX não eram despovoadas. Sílvia Coelho dos Santos demonstrou que a presença dos Xokleng nas áreas que estavam sendo cogitadas para o estabelecimento de

¹⁴⁰ MACIEL, Laura Antunes. **A Nação por um fio**: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. Tese de doutoramento. São Paulo: PUC/SP, 1997, p. 127.

¹⁴¹ OLIVEIRA, Lúcia L. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 13.

¹⁴² LOSADA, Vânia Maria. **A produção histórica dos “vazios demográficos”**: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830). História Revista do Departamento de História da UFES. vol. 9. Vitória: Edufes, 2001. pp. 99-123.

¹⁴³ PIAZZA, Walter F. **A Colonização de Santa Catarina**. 3ªEd. – Florianópolis: Lunardelli, 1994. p.87.

imigrantes era de pleno conhecimento “tanto dos governos monárquico quanto do provincial”.¹⁴⁴

Toda a região era habitada pelos Xokleng, grupo indígena de língua Jê, conhecidos então como “bugres”. À época da colonização, viviam neste amplo território o explorando sazonalmente, deslocando-se em busca de alimentos de acordo com as estações do ano. O território que ocupavam segundo Sílvio Coelho dos Santos, não tinha contornos bem definidos. “As rotas de perambulação eram freqüentadas de acordo com o seu potencial em suprir, através da caça e da coleta, as necessidades alimentares do grupo”.¹⁴⁵ Assim, os Xokleng “tinham nas florestas que se localizavam entre o litoral e o planalto o seu território de domínio e de refúgio. Ao Norte, chegavam até a altura de Paranaguá; ao Sul, até as proximidades de Porto Alegre; ao Noroeste, dominavam as florestas que chegavam até o rio Iguaçu e aos campos de Palmas”.¹⁴⁶

Viviam da caça e da coleta de frutas e mel, no verão, e no outono, quando frutificava o pinheiro nas bordas da serra, alimentavam-se do pinhão. Num movimento pendular iam da serra ao litoral em busca da subsistência.¹⁴⁷ Era na primavera e no verão, épocas de deslocamentos mais constantes, que ocorriam os conflitos mais freqüentes dos índios com os colonos. Até 1850 os ataques eram mais esporádicos, o que pode ser explicado pelo baixo número moradores brancos vivendo isolados nas bordas da Mata Atlântica. Os ataques dos índios sugerem os especialistas, eram realizados, sobretudo, para a obtenção do ferro, “que os Xokleng trabalhavam a frio para produzir armas e ferramentas”.¹⁴⁸ Após 1850 os ataques se multiplicaram no norte

¹⁴⁴ SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Editora da UFSC; Itajaí: Editora da UNIVALI, 1997, p. 23. De acordo com Sílvio Coelho, “em 1808, logo após a chegada de D. João VI ao Brasil, foi emitida uma Carta Régia determinando que se fizesse guerra aos índios que faziam incursões nas cercanias de Lages. Em seguida, 1814, em Caldas da Imperatriz, nas cercanias de Florianópolis, aconteceu um ataque dos índios aos milicianos do Rei que guardavam aquelas termas. O fato foi devidamente registrado numa placa de bronze colocada no local. Depois, em 1836, registrou-se um ataque nas proximidades de Camboriú. Outras notícias sobre conflitos com índios aparecem, nessa época, esparsas em toda a região Sul.” Com o intuito de “dar segurança aos colonos que chegavam, o governo provincial criou uma “companhia de pedestres” (Lei n. 28, de 25/4/ 1836).” p. 23.

¹⁴⁵ Idem. p. 15.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Ver LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: BRANCHER, Ana (org.) **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000, p. 79.

¹⁴⁸ Ver SANTOS, Sílvio Coelho. Op. cit. 1997 e LAVINA, Rodrigo. Op. cit. Sílvio Coelho explicou os primeiros ataques dos índios a partir das demonstrações do poder dos machados e das facas e do fascínio que isso exerceu sobre os índios. “Muitas disputas, argumenta o antropólogo, logo ocorreram por sua posse. E não poucos começaram a incursionar pelo litoral, pretendendo encontrar novos acampamentos daqueles seres estranhos, senhores de preciosos instrumentos cortantes. Os artefatos

de Santa Catarina e, no sul, após 1880. A intensificação dos conflitos foi decorrente do aumento da penetração e da presença cada vez maior dos imigrantes europeus “no território tradicional” dos Xokleng.¹⁴⁹ Foi a partir desses confrontos com os colonos, vistos pelo Estado como a mão-de-obra modernizante e trabalhadora, que surgiram as representações dos “bugres” como figuras selvagens, cruéis e traiçoeiras. Diante desse empecilho ao progresso, métodos como a catequese ou o simples extermínio eram vistos como legítimos.¹⁵⁰

Com a expansão da colonização, os Xokleng perderam as áreas das quais provinham seu sustento. Foram perseguidos e o resultado “foi o aniquilamento físico de partes do seu contingente populacional, a destribalização de outro tanto e o aldeamento em reservas do restante”.¹⁵¹ Assim, não nos parece possível estudar a colonização e a constituição política do Alto Vale – a criação dos municípios, as demarcações de terras – sem levar em conta e estudar as diferentes formas de interação dos sujeitos da colonização – colonos, bugreiros, etc. – com os grupos indígenas ao longo da colonização.

No segundo parágrafo sobre a história de Petrolândia, disponível no site da prefeitura, faz-se referência aos nomes que o município já teve: Alto Perimbó e Perimbó: “Inicialmente denominada Alto Perimbó, a área onde se localiza PETROLANDIA, ao longo do Rio do Perimbó, era habitada inicialmente por índios.

de ferro chegaram assim aos Xokleng, sem que de fato houvesse contato direto entre eles e os novos homens que estavam chegando ao seu território. Diligentes, os indígenas logo adaptaram os instrumentos de ferro dos brancos às suas armas tradicionais. As pontas de flecha feitas com madeira endurecida ao fogo, ou com lascas de pedra, foram em parte substituídas por pontas de ferro. A forma, entretanto, dessas pontas foi mantida. Com as lanças ocorreu o mesmo. As enormes pontas de madeira, foram substituídas por similares de ferro. Foices e outros instrumentos dos brancos foram cuidadosamente reelaborados, para alcançarem a forma desejada. Um trabalho paciente para quem não dominava as técnicas de forja e do ferro batido. O resultado, entretanto, era compensador. O ferro deu aos Xokleng, muito tempo antes da “pacificação”, uma nova superioridade tanto para as atividades de caça, como para a guerra. O ferro foi assim um atrativo para os índios se aproximarem dos brancos. Observá-los à distância, objetivando o encontro de oportunidade para se apropriarem de suas ferramentas, passou a ser uma maneira de os Xokleng “pesquisarem” o cotidiano daqueles seres que para eles continuaram sendo muito estranhos e, provavelmente, não humanos.” p. 18.

¹⁴⁹ LAVINA, Rodrigo. Op. cit. p. 79.

¹⁵⁰ Idem. p. 80.

¹⁵¹ COELHO DOS SANTOS, Sílvio. 1970. *A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1970, p 18.

Em tupi-guarani Perimbó significa “buraco”.¹⁵² Essa é a única referência aos grupos indígenas que viviam naquele espaço, antes da chegada dos colonizadores.

No início do século XX, quando a região começou a receber os teuto-brasileiros, os denominados pioneiros mantiveram diferentes formas de contato com os Xokleng. Vários relatos mencionam a presença dos índios, ou bugres, nas terras que foram sendo ocupadas pelos primeiros colonos. Os relatos sugerem que os contatos foram amistosos, por um lado, e violentos, por outro. De um lado estavam os indígenas defendendo seu território e local de onde obtinham sua alimentação, de outro os colonos defendendo suas famílias e as terras que haviam comprado da Companhia Colonizadora.

A relação com os chamados “bugres” era de estranhamento. Havia pouco contato e um receio quanto à aproximação, ao que parece de ambas as partes. Muitas pessoas que residem hoje em Petrolândia tinham suas terras na localidade de Cambará, localidade pertencente ao município de Bom Retiro. As famílias Hemkemaier e Henn, por exemplo, a princípio moravam em Cima da Serra – no Cambará. Na cidade são muitas as histórias em relação aos “bugres”. Como as casas eram mal-acabadas por falta de material, havia “frestas” nas paredes e nos tetos. Os antigos moradores contam que a noite os bugres iam espiar nas casas, o que gerava muito medo.¹⁵³ Uma possível explicação para essa aproximação dos índios das casas pode ter sido a atração que os objetos usados pelos colonos, especialmente os de ferro, exerciam sobre eles. O ferro, na visão de Sílvio Coelho, foi assim um atrativo para os índios se aproximarem dos brancos:

Observá-los à distância, objetivando o encontro de oportunidade para se apropriarem de suas ferramentas, passou a ser uma maneira de os Xokleng “pesquisarem” o cotidiano daqueles seres que para eles continuaram sendo muito estranhos e, provavelmente, não humanos.¹⁵⁴

Seu Dorvalino Momm nos contou que quando menino, na ida para a escola com os irmãos, por volta de 1936, encontraram um menino, um “bugre”, com um “bodoque”¹⁵⁵. Embora nunca tenham mexido com eles, sentiram muito medo do menino. Os “bugres” que conheceu viviam se deslocando entre a Barra Nova e

¹⁵² Site oficial da Prefeitura de Petrolândia. Disponível em www.petrolandia.sc.gov.br/interna.asp?id=1. Acessado em 14 de setembro de 2010.

¹⁵³ Herta Kratz Staroski, entrevista já citada.

¹⁵⁴ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. cit. 1997, p. 18.

¹⁵⁵ O mesmo que funda ou estilingue.

Londrina¹⁵⁶. Seu pai dizia que “eles não mexiam com ninguém, mas ficavam de olho para ver onde tinha coisas para roubar”.¹⁵⁷ Os assaltos às roças e aos estoques de alimentos dos colonos eram corriqueiros no Vale do Itajaí. Segundo Sílvio Coelho a ação das madeiras e a chegada dos colonos, que disputavam com os índios os estoques de caças e os recursos alimentícios que a floresta proporcionava, levaram os índios a assaltar as propriedades dos colonos ou atacá-los nos caminhos e picadas para prover suas necessidades.¹⁵⁸

Em outra localidade, próxima das que foram citadas acima, também ouvimos histórias envolvendo bugres. Seu Evaldo Schistel, cujo pai comprou terras no Alto Barra Nova, nos contou que o vizinho que residia acima de seu terreno, no sentido da Serra dos Alves, dizia que:

Antigamente para fazer as casas, os antigos tinham que serrar as madeiras. O papai contava que os bugres ficavam espiando tudo, uma vez, era perto da hora de almoçar e o Tio Frederico e o compadre dele deixaram uma tora pela metade que estavam cortando e foram almoçar, quando voltaram já viram de longe que o tronco não tava mais lá, ficaram desconfiados e com medo, mas foram chegando perto, quando viram, os bugres tinham mexido nas coisas e levaram as peças da fita.¹⁵⁹

Na entrevista com Seu Evaldo Schistel ouvimos uma história vivida por vizinhos de sua família em Rio Engano – Angelina. Vale a pena transcrevê-la na íntegra, pois é reveladora do estado de tensão vivido por índios e colonos:

A mamãe contava essa história pra nós. Era um pasto que tinha três casas, todos parentes. Era um sábado à tarde e saiu um bugre de uns 15, 16 anos do mato, ele tava pelado e sentou numa pedra perto uns 400 metros das casas. As pessoas que moravam ali uns ficaram com medo, outros não, nesse meio tinha um atrevido e disse pro outro vou mata esse bugre, o outro disse não faz isso pode complicar. Meio doidão da cabeça, o rapaz pegou um winchester e atirou no bugre. A mamãe disse que eles ficaram com muito medo e disseram isso vai dar coisa. Falaram que ia se arrepender daquele dia, mas não os bugres saíram rápido do mato e levaram o bugre morto nas costas de volta pro mato.¹⁶⁰

¹⁵⁶ Duas localidades do município, que fazem divisa com o município de Atalanta.

¹⁵⁷ Dorvalino Momm, entrevista já citada.

¹⁵⁸ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Op. cit. 1997, p. 19.

¹⁵⁹ Evaldo Schistel, entrevista já citada.

¹⁶⁰ Idem.

Catorze dias do ocorrido, os “bugres” voltaram para vingar a morte do menino. Os moradores das três casas haviam saído:

Somente em uma das casas ficaram duas crianças que eram deficientes, que não conversavam, não andavam e tinham mais problemas. E os bugres vieram e mataram os inocentes. Não sei como eles sabiam que querosene dava fogo, mas pegaram os galões e colocaram nas casas e (ateavam) fogo. Queimou as casas, as crianças tudo. Fizeram isso dali e o que matou não tava.¹⁶¹

Na continuação do relato entra em cena Martinho Bugreiro. As famílias temerosas de novos ataques contrataram o bugreiro para se verem livres dos índios:

Esses bugres de lá também desapareceram, nisso chamaram esse tal de Martinho Bugreiro, acho que ele morava no Cerro Negro e entraram em contato com aquele homem, as famílias ficaram com medo e acharam que eles iam matar todo mundo. O Martinho Bugreiro foi atrás e os índios foram fugindo, Leoberto Leal, Imbuia e aqui em cima da Serra a matança foi grande. Nos criança muito curiosa, queria saber como ele matava. Disse que de noite, sei lá, diz que esse Martinho Bugreiro era que nem cachorro sentia o cheiro, e dizia eles estão em tal lugar. Chegaram perto e ele disse tão dançando, fazendo baile vamos esperar até eles dormir. Tinha um cachorro bem magrinho que viu eles e ficava latindo, diz que os bugres tem um sono muito forte, quando começa no sono é difícil acordar, isso é o que dizem (...). Deitaram em carreiro. O cachorrinho ainda latia e aquele foi o primeiro que passaram o facão, diz que ele entrava nas barracas e passava o facão e o sangue jorrava, não sobrou ninguém.¹⁶²

Essa mesma história também nos foi contada por Seu Sigfrid Eger. Segundo outros relatos, vários acontecimentos como esse ocorreram também para os lados de Otacílio Costa. Seu Hilberto Staroski nos contou: “os antigos contavam que os bugreiros jogavam as crianças para cima e aparavam com o facão”.¹⁶³

Outro episódio que chamou a atenção na entrevista com Seu Evaldo foi um acontecimento envolvendo seu pai, quando foi trabalhar durante uns tempos na região norte do Paraná. Vários colonos, que a principio saíram da região da grande Florianópolis (Angelina, Águas Mornas e outros) em direção a “Rio-Abaixo”, se deslocaram posteriormente em direção ao Paraná. Segundo Seu Evaldo:

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Entrevista concedida à autora pelo senhor Hilberto Staroski, Petrolândia, 04/05/2008.

Nós éramos crianças e o papai foi trabalhar no norte do Paraná, ficou 06 meses pra lá, não se agradou e voltou. Ele contou que tinha muito índio e de noite eles ficavam ao redor das barracas, índios, tigres tinham tantos ele contava era coisa absurda. Papai trabalhava pra abrir picada, fazer estrada, trator tinha pouco, um ou outro, a noite não podia deixar nada fora da barraca que os bugres estragavam tudo, para gerar energia era com querosene. O próprio governo mandou matar os índios porque estavam dando prejuízo, papai contava que mandaram colocar fio elétrico dentro do mato, isso morria 20, 30 índios de uma vez. Esticava o fio dentro do mato e deixava o gerador tocando a noite toda.¹⁶⁴

Por volta de 1912, segundo Seu Ladislau Tives, o Sr. Militão Tives, um dos primeiros migrantes a se estabelecer em Perimbó, tinha roça na localidade de Serra Grande e uma relação tumultuada com os ditos bugres.¹⁶⁵ Militão Tives fazia negócios de gado no Rio Grande do Sul, e viajava bastante para aquele estado. Em um de seus retornos, teve um “problema” com os bugres:

Tio Militão era muito intrigado com eles (bugres), um dia quando voltou de fazer negócios, minha tia escutou um barulho e disse viu seu louco e tu diz que aqui não tem bugre e o tio Militão deixa de ser boba mulher e foi pra trás do rancho, foi por um lado e o bugre achou que ele ia do outro, ficaram um tempo observando e o tio Militão escondido num pé de árvore, aí ficaram um tempo, mas o bugre já atendia pra lá, não sabia que ele estava ali escondido e aí tio Militão disse que deu um tiro pra assusta, depois disso o bugre desapareceu, vai sabe se foi só pra assustar.¹⁶⁶

O pai do Sr Militão Tives tinha terras no Rio Canoas, em cima da Serra, um lugar muito frio, onde geava muito, dificultando a permanência. Por isso, todos os anos a família passava os meses mais frios em Perimbó, como relata Seu Ladislau Tives: “quando chegava o inverno, ele pegava 3 vaca e vinha parar aqui no rancho e ficava 2, 3 meses, aí quando era verão eles voltavam”. Ao que tudo indica, o Perimbó por esta época era um lugar de passagem, pois os Xokleng se ocupavam da pesca e da caça. Viviam como nômades, pois estavam sempre circulando entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Aqui em Santa Catarina, era o local onde se encontrava o maior número de índios. Os Xokleng ocupavam as florestas existentes

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Serra Grande é uma localidade do município de Petrolândia que dá ligação com Otacílio Costa.

¹⁶⁶ Ladislau Alves Tives, entrevista já citada.

entre o litoral e a serra.¹⁶⁷ Estes deslocamentos iam do Planalto ao Litoral em função do que as estações ofereciam. Com a chegada dos primeiros imigrantes, primeiro os açorianos, depois europeus, este espaço de mobilidade foi significativamente reduzido e a sua área foi aos poucos sendo recortada, dificultando e alterando o modo de vida praticado. Seu Lalau comentava:

O cruzo deles (índios) era de serra a serra. A maior parte fazia essas “bagunça” aqui, do jeito de Pouso Redondo, Santa Maria que já fica quase em Mafra, eles faziam esse corredor e embora. A estrada deles ia acompanhando as serras, por que aqui não se acaba nunca as serras, vai até Florianópolis. No terreno do Reinaldo Ender tinha uma toca bem grande.¹⁶⁸

No caso de Perimbó, os “bugres” usavam a área como passagem. Seguiam pela Serra Grande indo até o Rio de Dentro - ambas as localidades de Perimbó - onde havia algumas cavernas, depois passavam para os lados de Rio do Sul e região, via Atalanta. Passavam fugindo do frio e/ou calor, atrás de comida.

(...) eram nômades que viviam da caça e da coleta de frutas, mel e pinhão. Este regime de subsistência os condicionava a um constante deslocamento pendular entre as áreas próximas ao litoral, no verão, e as bordas dos pinheirais do Planalto, durante o outono. Durante o verão, pequenos grupos familiares sobreviviam da caça, da coleta de frutas silvestres e mel, o que os obrigava a um deslocamento constante.¹⁶⁹

Padre João Alfredo Rohr, que circulou pela região e pesquisou os sítios arqueológicos do planalto catarinense, ouviu dos colonos algumas narrativas sobre os “bugres”. Num ensaio publicado em 1971, deixou a seguinte impressão:

Os primeiros colonos tiveram contato com as populações indígenas, vendo não raro, as suas plantações depredadas pelos “bugres”. Como não podia deixar de ser, resultaram conflitos do entrelaço das duas culturas de concepções tão visceralmente diferentes.¹⁷⁰

¹⁶⁷ GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger; FRAGA, Nilson Cesar. **Vale dos índios, Vale dos Imigrantes**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000, p. 27.

¹⁶⁸ Ladislau Alves Tives, entrevista já citada.

¹⁶⁹ LAVINA, Rodrigo. Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis. In: BRANCHER, Ana, (Org) **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p. 79.

¹⁷⁰ ROHR, João Alfredo. Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense. Pesquisas 1971, Antropologia nº 24. p.05. “Padre João Alfredo Rohr não era arqueólogo acadêmico, nem arqueólogo teórico, mas arqueólogo das primeiras tarefas: reconhecer e caracterizar, salvar e preservar os sítios arqueológicos e seus materiais. Isto é bem explícito em suas atividades, em suas publicações, no seu Museu. O desbravador de um território inculto, preparando-o para uma nova etapa e buscando garantir os sítios e o material para as gerações que o sucederiam”. Ver SCHMITZ, Pedro Ignácio. **JOÃO ALFREDO ROHR**

Padre Rohr relatou os conflitos de José Moser, um dos primeiros moradores do Perimbó, “que teve o seu pequeno rebanho dizimado pelos índios”. Depois disso, Moser descarregava a arma na direção da mata toda vez que ouvia algum ruído estranho. Advertido pelos amigos, continuou a fazer isso, na tentativa de “incutir respeito ao selvícolas”, informa padre Rohr. Um dia Moser foi surpreendido por uma flecha disparada do mato que lhe atingiu as costas. Quando caiu do cavalo, foi morto pelos indígenas. Carlos Reuter, o amigo que o acompanhava, não foi atacado. Quando os colonos “foram buscar o cadáver da vítima, os índios, dentro da mata, levantaram grande alarido, acompanhando o cortejo e provocando os brancos com muitos gritos; até o cortejo abandonar a estrada de mata e ganhar campo aberto”.¹⁷¹

Padre Rohr também confirmou a presença de Martin Bugreiro pela região: “Martin Bugreiro” o famoso matador de índios, conhecido em toda a região serrana por suas bravatas e chacinas de índios, andou também por Petrolândia”.¹⁷²

Embora tenha relatado casos de violências, as impressões do jesuíta sobre as relações entre os “bugres” e os colonos parecem pretender comprovar uma tese: a de que os índios eram pacíficos, e só atacavam quando provocados.

Nesta mataria imensa e inóspita habitavam, antes da descoberta, e muitos anos depois, os selvícolas. Desde o início da imigração dos brancos respeitavam-nos e tratavam-nos com justiça e cavalheirismo. NÃO ATACAVAM POR TRAIÇÃO (o destaque é do próprio padre Rohr). Esperavam, no entanto, o mesmo tratamento dos brancos. Quando estes os tratavam mal ou agrediam, estavam sujeitos a serem flechados e qualquer hora.¹⁷³

Foi o caso de José Moser. Casos semelhantes, segundo o padre, ocorreram também em Urubici. Maneco Anjo “alvejara atoa, um índio, não avaliando o perigo a que se expunha”. Um dia, quando caçava rio Urubici abaixo, “amarrou sua petiça junto do cavalo dos outros companheiros de caçada. Ao voltar encontrou “os outros animais intactos, ao passo que da sua petiça só restava no lugar a buchada”. Mais tarde, fazendo roça, “foi agredido por um bando de bugres armados e, não fôssem os gritos de sua

Um jesuíta em tempos de transição. PESQUISAS, ANTROPOLOGIA N° 67: 09-22 São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2009. p.12.

¹⁷¹ Idem. pp. 5-6.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Idem. p. 9.

filhinha, que o alertaram em tempo de se pôr a salvo, estaria perdido”. A conselho de “um índio manso Maneca Anjo abandonou a região com o fim de salvar a vida”.¹⁷⁴

“Fora disso conclui padre Rohr, os índios não incomodavam os brancos”. Faziam, às vezes, “brincadeiras à beira das picadas, por onde viajavam os brancos, agitando ramos de árvores, quebrando galhos, imitando os gritos de certos animais”. Muitos colonos, “para conquistarem as boas graças dos índios, tinham o costume de deixarem, abandonadas na mata, umas quantas aves, mortas nas caçadas, para os índios se deliciarem com elas”.¹⁷⁵

Toda a região do Alto Vale era habitada pelos Xokleng, e não raro os depoimentos, contrariando a grande maioria da bibliografia sobre o contato com os colonos, relatam contatos amistosos dos Xokleng com os teuto-brasileiros, incluindo aí troca de “presentes”, conforme relatou padre Rohr. São vários os relatos sobre colonos que deixavam parte da caça para os índios, como sinal convivência pacífica ou como sinal de agradecimento. A tradição oral da cidade registra, por exemplo, que Horácio Coelho, reconhecido pela prefeitura como o “pioneiro” de Petrolândia¹⁷⁶, foi resgatado da mata pelos índios e curado de um ferimento no nariz. Padre Rohr recolheu essa narrativa entre os antigos moradores da cidade e a transcreveu no ensaio antes referido.¹⁷⁷ Horácio, depois disso, passou a deixar parte da caça pendurada em algum galho, como retribuição aos índios. Seu Dorvalino contou que seu pai sempre deixava pedaços de caça para os índios.¹⁷⁸ Seu Ladislau Tives nos relatou sobre uma caçada que um antigo morador do Perimbó participou ao lado de Jango Rodrigues. O gesto amistoso dos colonos se repete:

(...) saíram pra buscar umas criações, uns animais e o Jango Rodrigues viu uma jacutinga e atirou, viu onde caiu e o outro foi correndo pra busca, chego lá e volto e disse tio não tá mais lá a caça, aí o Jango falou, deixa, deixa ela foi embora, mas não era, eram os bugres que pegavam. Muitas vezes ele ia caçar uma coisa e deixava na beira da estrada pendurando, ele já tinha uma amizade com eles (bugres).¹⁷⁹

¹⁷⁴ Idem.

¹⁷⁵ Idem. p. 10.

¹⁷⁶ No capítulo III trataremos desse tema.

¹⁷⁷ ROHR, José Alfredo. Op. cit. p. 6.

¹⁷⁸ Dorvalino Momm, entrevista já citada.

¹⁷⁹ Ladislau Alves Tives, já citada.

Em alguns casos, colonos e índios trocavam favores e se estabelecia entre eles uma situação de ajuda mútua. Seu Hilberto Staroski recordou episódios envolvendo Seu João Vieira e Seu Januário, antigos moradores na Serra dos Alves, que mantinham relações amigáveis com os índios, embora nunca se vissem. Os índios, segundo Seu Hilberto, ficavam no interior das matas e não se deixavam ver. João Vieira e Seu Januário falavam da entrada das matas e pediam a ajuda dos índios para, por exemplo, colher o feijão. Deixavam pedaços de carne de porco “em cima de um toco, na roça”, e a noite os índios arrancavam os pés de feijão. Os índios também presenteavam os colonos trazendo “mel do mato” e alguns animais abatidos nas caçadas. Segundo Seu Hilberto, os índios eram amigáveis e prestativos para quem os respeitasse e os tratasse bem. Do contrário, eram vingativos e perigosos.¹⁸⁰

Estes relatos e histórias, que destacam ora os conflitos ora a convivência amigável são, contudo, unilaterais. Tudo o que sabemos, ou melhor, o pouco que sabemos, sobre os “bugres” em Petrolândia é contato pelos migrantes teuto-brasileiros. O passado indígena não se resume a poucas linhas e histórias contadas pela memória do “pioneirismo imigrante”. Como escreveu Luísa Wittmann:

O discurso civilizador da ocupação moderna, racional e pequeno capitalista exclui o índio enquanto “selvagem”, pertencente à natureza, e inconvenientemente, da mesma forma que as formigas saúvas e as demais pragas atrapalham a agricultura produtiva. A história Xokleng foi, e ainda é, invisibilizada através dos escritos governamentais, de autoridades colonizadoras, de imigrantes alemães e de obras regionais, em detrimento de uma história do sucesso da colonização que, quando se remete aos índios, o faz apenas para incluí-los como um obstáculo a serem combatidos ou, mais tarde, comemorando a vitória de sua exclusão definitiva.¹⁸¹

A história das populações indígenas na região pesquisada, bem como na grande maioria das regiões em Santa Catarina, é uma história de povos invisíveis. No site do município relata-se que os índios foram os primeiros moradores, e logo em seguida são esquecidos para entrar em cena os pioneiros e os colonizadores. As narrativas da colonização quase sempre apagam o passado da localidade anterior a chegada dos colonos. A esse respeito, Rodrigo Lavina observou que a história indígena no Estado é uma repetição de lugares comuns:

¹⁸⁰ Hilberto Staroski, entrevista já citada.

¹⁸¹ WITTMANN, L. T. **Atos do contato**: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2005, pp. 8 - 9.

A História das populações indígenas em Santa Catarina é quase a História de povos invisíveis. A maior parte da documentação que trata sobre o assunto, principalmente a produzida entre os séculos XVI e meados do século XX, está dispersa por arquivos nacionais e estrangeiros, sendo normalmente de difícil acesso. Mesmo entre os historiadores, o assunto raramente passa de um capítulo no início das obras sobre a História do Estado ou das comunidades que o formam, repetindo sempre as mesmas fontes e eternizando lugares-comuns a respeito destes povos que, se formos acreditar nestes trabalhos, teriam deixado como sinais de sua passagem apenas nomes de rios, lagoas e montanhas. Seria uma contribuição basicamente topográfica.

182

Hoje, temos poucos trabalhos significativos sobre o contato entre índios e brancos em Santa Catarina. As obras de Sílvio Coelho dos Santos até então se constituem obrigatórios nos trabalhos por ser uma das poucas obras relativas ao tema.

Os índios fazem parte de uma época obscura do Alto Vale, anterior ao advento do homem branco. A memória dos chamados antigos habitantes da região fica circunscrita a uma vaga e nebulosa toponímia - Ribeirão do Bugre, Perimbó - que sobrevive silenciosamente nos cantos e sombras do “Vale Europeu”. Ou então, o nome de cidades construídas pelos imigrantes, marcadas por intensos conflitos com os índios, que conservam curiosamente a denominação indígena, como é o caso de Ibirama (terra da fartura, no idioma xokleng).

Muita coisa mudou na região desde os tempos em que colonos e índios conviviam num mesmo espaço e se enfrentavam em confrontos muitas vezes sangrentos.¹⁸³ Os índios vivem hoje nas reservas - no caso dos índios do Alto Vale do Itajaí na Reserva Indígena de Ibirama - não mais nas matas, disputando, como disse Willems, o mesmo espaço ecológico com os colonos. Ao recordar daqueles tempos, Seu Evaldo reavaliou os conflitos com os índios. “Na verdade hoje nós sabemos que eles eram gente também

¹⁸² LAVINA, Rodrigo. **Indígenas em Santa Catarina**: história de um povo invisível. In: BRANCHER, Ana (org) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000, p. 73.

¹⁸³ O atrito entre os colonos e indígenas causou mortes em ambas as partes. As mortes dos colonos podem ser contadas e quantificadas, pois foram registradas em documentos e guardadas na memória. Mas o mesmo não ocorreu em relação aos indígenas, que foram mortos pelos mais diversos “motivos”, mas nunca será possível precisar/quantificar essas mortes. O que sabemos sobre eles, quase sempre, sabemos através da visão e das memórias dos colonos.

e o mato era deles, e viviam diferente da gente, era gente mais forte. Não ficavam doentes, remédios não tomavam.”¹⁸⁴

O que podemos observar é a mudança da “imagem” que o teuto-brasileiro tem sobre o índio. Quando na entrevista Seu Evaldo nos contava sobre “os bugres” já era possível sentir certo cuidado nas palavras e no final da entrevista veio o relato acima, no qual ele coloca em choque a maneira como os bugres eram vistos no passado e como são vistos hoje. Claro que hoje os espaços estão “bem demarcados”, os “bugres” não representam mais ameaça alguma, e os interesses já não precisam mais ser resolvidos com mortes, ou com os providencias “bugreiros”.

2.2 Adaptação ao novo lugar

Depois de todas as dificuldades encontradas ao longo da mudança, ou do processo de des-territorialização, os colonos migrantes precisavam se adaptar ao novo lugar, onde tudo estava para ser construído. A adaptação é a reconstrução da vida no novo ambiente, tanto no aspecto material como no aspecto social e simbólico. Isso implica em edificar casas, derrubar a mata, construir móveis, reconstruir laços de amizade e sociais. Nas teorias recentes da migração essa (re) construção da vida no novo lugar vem sendo chamada de re-territorialização.¹⁸⁵ De acordo com a concepção aqui assumida, des-territorialização, o abandono do território de origem, e re-territorialização, o movimento de construção do território, ou a reconstrução da vida no lugar de destino, são fenômenos inseparáveis nos processos migratórios.¹⁸⁶ Rogério Haesbaert nos auxilia neste sentido ao propor que “a vida é um constante movimento de des-territorialização e re-territorialização, ou seja, estamos sempre passando de um território para outro, abandonando territórios, fundando novos”. Por território, entendemos as múltiplas relações que os sujeitos estabelecem com o espaço, tanto do ponto de vista

¹⁸⁴ Evaldo Schistel, entrevista já citada.

¹⁸⁵ Recorremos aqui às recentes contribuições dos geógrafos, citados a seguir, sobre territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Essas novas abordagens da geografia sobre os múltiplos aspectos do território oferecem importantes subsídios teóricos para o estudo dos processos migratórios.

¹⁸⁶ Ver HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 138. Ver também MONDARDO, Marcos Leandro. **Raízes na migração: des-re-territorialização e redes sociais**. Disponível em www.bocc.uff.br/pag/bocc-mondardo-raizes.pdf. Acessado em 21 de setembro de 2010.

material/funcional como simbólico.¹⁸⁷ Território é um espaço – submetido ao domínio e a apropriação humana - com o qual os sujeitos estabelecem vínculos afetivos, constroem suas vidas e concretizam suas relações pessoais e sociais. Para melhor entender as diversas relações dos sujeitos com o território, recorremos ao conceito de territorialidade, visto como as manifestações do indivíduo dentro de um território. A territorialidade, para além da dimensão política, aponta para as relações econômicas e culturais, pois esta “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e com o elas dão significado ao lugar”.¹⁸⁸

Em relação ao processo de instalação no novo lugar, ou re-territorialização, a memória dos entrevistados acusa dificuldades que pareciam se multiplicar. Os relatos deixam transparecer um ambiente a ser construído e melhorado dia após dia. Quando já havia um membro da família estabelecido, as coisas ficavam mais fáceis. Do contrário, não havia edificações, roças, nenhuma estrutura de onde pudessem partir para reconstruir a vida. Tudo estava por ser feito. Emílio Willems, estudioso da cultura alemã no Brasil, observou que “os primeiros anos do imigrante na mata-virgem caracterizaram-se pela falta de capital e a necessidade de obter, pelo trabalho próprio e o da família, os meios que garantam a sobrevivência biológica”.¹⁸⁹ Embora se referindo aos imigrantes europeus que chegavam ao Brasil, a observação é válida também para a geração de colonos que deixou as velhas colônias em busca das novas áreas.

Esses colonos tinham que tornar o espaço inóspito apto para a sua ocupação e produção, situação que era muito dificultada pela mata densa e fechada e falta de instrumentos apropriados para o desmatamento. Dona Herta relembra as histórias que seu pai contava sobre quando se estabeleceu na região. Da falta de transporte à falta de

¹⁸⁷ Do ponto de vista etimológico, de acordo com Rogério Haesbaert, o território aponta para dois significados, material e simbólico. De um lado território significa *terra-territorium*, o que sugere a dominação da terra, de um ponto de vista jurídico e político, de outro, *térreo-terror*, que indica a inspiração do terror, especialmente para aqueles que ficam aliados da terra e são impedidos de entrar no *territorium*. In HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América latina – 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo. Disponível em www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acessado em 21 de novembro de 2010. O autor propõe que todo território é, “ao mesmo tempo, e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo, seja como fonte de recursos naturais (...).”

¹⁸⁸ SACK apud HAESBAERT. Idem.

¹⁸⁹ WILLEMS, Emílio. Op Cit, p. 237.

mulheres para o casamento, faltava tudo. A saída, neste caso, era voltar ao lugar de origem em busca do que ainda não existia nas novas localidades:

Meu pai contava que quando veio pra cá, não tinha nada. Veio solteiro e volto pra São Bonifácio pra encontrar uma esposa, casou com minha mãe. Ele contava também, que foram buscar porcos em São Bonifácio, ele e dois amigos levaram oito dias pra ir e voltar com os porcos. Tudo de pé não passava carroça. Eles sempre iam visitar os parentes em São Bonifácio.¹⁹⁰

Diante das dificuldades encontradas, a antiga colônia era uma espécie de porto seguro. Os vínculos permaneciam e o retorno ao local de origem, mais que necessário, era o único jeito de conseguir organizar e desenvolver o novo espaço, a nova colônia. Mas o retorno à velha colônia não era tão simples. Como lembrou Dona Herta, não havia estradas transitáveis. Existiam picadas, e as viagens eram a pé ou a cavalo.

O Seu Evaldo Schistel também relembra os retornos a primeira “morada”: “A notícia corria (...) naquele tempo pra eles irem daqui a Angelina era fácil, pra fazer 30 quilômetros num dia era coisa normal”. Conta-nos também “sempre tinha uma coisa outra pra fazer ou buscar na Angelina”.¹⁹¹

Esses depoimentos revelam que os colonos migrantes não perdiam os vínculos com o lugar, ou com o território de origem. A imigração através de redes mantinha os migrantes conectados com o lugar de origem, o que permitia circular as memórias, os vínculos, os contatos familiares e as amizades. Os migrantes ao partir, carregavam os simbolismos do território deixado para trás. Esse simbolismo constituía “um forte ‘cimento comunitário’ sem o qual a rede não poderia existir e transportar sua memória, seus vínculos e seus contatos”.¹⁹² Isso quer dizer que os colonos se deslocavam para outros territórios sem, contudo, desmanchar as relações que mantinham com o território de origem. De acordo com as novas teorias das migrações os processos migratórios promovem a construção e interação territorial em rede, isto é, “a construção de

¹⁹⁰ Herta Kratz Staroski, entrevista já citada.

¹⁹¹ Evaldo Schistel, entrevista já citada.

¹⁹² Ver SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Revista Nera, Presidente Prudente, Ano 11, n 13, Jul-dez/2008, p. 119.

territórios interligados entre si tanto econômica como cultural e politicamente”.¹⁹³
Existem, portanto, territórios em rede. Segundo Saquet e Mondardo:

Na mobilidade, as relações são construídas entre os territórios de origem e de destino, e são acionadas, buriladas e mantidas pelos vínculos e contatos tecidos e construídos entre migrantes e não migrantes através de uma interação em rede. As relações agenciam a trama de forças que produzem os territórios e as redes na migração.¹⁹⁴

As redes são, portanto, os elos materiais e simbólicos para a reterritorialização de um grupo de migrantes em outro território.¹⁹⁵

As condições iniciais na nova terra eram precárias e exigiam dos colonos muita improvisação para não sucumbir às dificuldades. Do fogão a um inesperado surto de baratas, tudo exigia a improvisação de técnicas provisórias que permitisse a vida continuar seguindo. Como disse Sigfrido Eger: “Eles tinham que ter um recurso, eles achavam uma ou outra coisa para viver”. O relato de Sigfrido nos dá uma boa idéia do dia a dia nos primeiros anos da colonização:

Naquela época o fogão, o fogo, era feito no chão. Tinha um gancho e a panela nesse gancho (...) Aquela fumaça deixava tudo preto, assim criava as baratas (...) era tempo de inverno, veneno não tinha, o falecido meu pai tinha que fazer outra coisa pra dar fim nas baratas. Ele colocou duas varas e encheu dois cestos de palha de milho, e as baratas entraram todas naquela palha, porque era quentinho. Parece que estou vendo, eu era pequeno, e meu falecido pai pegou esses dois cestos e levou para o outro lado do rio, nós morávamos do lado de cá e colocou fogo. Olha a palha não queimou toda de tanta barata que tinha naquele cesto.¹⁹⁶

Uma das primeiras coisas a providenciar era a construção de um lugar para morar, para abrigar a família. As casas, ou “ranchos”, também eram improvisados com o material que as matas ofereciam. Dorvalino Momm conta que quando a família de sua esposa, vinda de São Pedro de Alcântara, se estabeleceu na comunidade de Londrina, “fizeram o rancho deles de pinheiro, e nem tramela tinha”. Relatou também que seu avô Momm foi para a localidade de Indaiá em 1918, foram morar em uma “rancholinha, que

¹⁹³ Idem. p. 119.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ Na concepção do geógrafo Claude Raffestin, não há território sem redes. Para o autor, “as redes de circulação de comunicação contribuem para modelar o quadro espaço-temporal que é todo o território. Essas redes são inseparáveis dos modos de produção dos quais asseguram a mobilidade”. Assim, as redes dizem respeito a construção do território a partir da apropriação de um determinado espaço. Citado por SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. Op.cit. p. 121.

¹⁹⁶ Sigfrido Eger, entrevista já citada.

cobriram com casca de cedro, o rancho era na roça, mais tarde começaram a fazer a casa de tabuinha, cortar as madeiras e fazer tabuinhas”.¹⁹⁷ Seu Evaldo também relata os primeiros anos no Perimbó. Conta-nos também sobre o manuseio das madeiras. Quando a madeira rachava era mais fácil de usá-la para fazer as tabuinhas e construir a casa.

Colchão não existia, era de palha, travesseiro era de marcela. Pegavam as madeiras e cortavam depois construíam. Telha não existia era palha. O pessoal do Pinhal contava, cortavam um pinheiro se ele não rachava, eles abandonavam, porque tinha que rachar e no momento seguinte já cortavam outro.¹⁹⁸

Muitos colonos, para “prover as necessidades vitais”, entregavam-se a outras atividades, “enquanto outros membros da família preparavam as roças”. Trabalhavam, por exemplo, na aberturas de estradas. A Colonizadora Catharinense, como vimos, aceitava o trabalho dos colonos na abertura de estradas como forma de pagamento pelas terras adquiridas na região. Seu Ralf Stockburguer nos contou que seu pai e sua mãe compraram um lote e pagaram construindo estradas no Perimbó, depois que pagavam um, compravam outro.

Meu pai fez estrada dali do posto do Alfredo até lá onde mora o Fernando Hemkemaier, meu pai fez alguns quilômetros de estrada a braço ele e a falecida minha mãe que era manca, tinha uma perna mais curta que a outra, fez a estrada até lá pra pagar o lote.¹⁹⁹

A mãe de Seu Ralf, apesar do problema na perna, trabalhou lado a lado com o marido na abertura de estradas. De acordo com as fontes que dispomos, as mulheres trabalhavam tanto quanto os homens, nas mais diversas atividades. Zedar Perfeito, que visitou a região em meados do século XX, deixou um importante depoimento a esse respeito:

O casal levanta-se cedo e trabalha durante todo o dia na roça. A mulher participa de todas as tarefas, em igualdade de condições com os homens. Vimos mulheres capinando e plantando, remando para o marido pescar, empurrando o carrinho de mão carregado de tijolos, nas olarias, trabalhando de pedreiro e carpinteiro na construção da casa, guiando a carroça do leite pelas “tiefes” ou conduzindo os

¹⁹⁷ Dorvalino Momm, entrevista já citada.

¹⁹⁸ Evaldo Schistel, entrevista já citada.

¹⁹⁹ Entrevista concedida à autora pelo senhor Ralf Stockburger, Petrolândia, 08/01/2008.

produtos para o mercado consumidor ou ainda conduzindo a família para as festas, vendendo no balcão, trabalhando nas fábricas, etc.²⁰⁰

Seu Dionísio Avelino Momm relatou que seu avô veio da Alemanha e foi para Angelina. Depois seu pai, ainda jovem, casou e veio morar em Cerro Negro – Ituporanga. As dificuldades não foram poucas. “Tinha só mato”, lembra Seu Dionísio, “aí os colonos faziam a coivara, o pixurum”. “Os colono faziam a derrubada das coivaras e colocavam fogo, assim sabíamos que outro terreno tinha sido comprado.”²⁰¹ O fogo nos matos era o sinal de que um novo colono chegara. Esse movimento era igual em todos os novos terrenos, seja em Perimbó ou em qualquer outro local. Seu Avelino morava onde hoje é o Centro do município de Petrolândia, relatou que via quando mais um novo colono chegava, porque conseguiam ver a fumaça das coivaras: “enxergava-se da praça pelas queimadas e os estalidos da taquara”. As coivaras eram o primeiro grande desafio dos colonos recém chegados. Assim preparavam o terreno para o plantio, o que consistia na derrubada e na queima da mata. De acordo com Giralda Seyferth: “Nos primeiros anos de assentamento os colonos estabeleceram uma agricultura de subsistência, empregando a técnica da coivara (derrubada, queimada e plantio manual) com uso da enxada”.²⁰² A autora continua discorrendo sobre o procedimento:

O preparo da primeira plantação tem início com a derrubada da mata que ocorria, como ainda hoje, nos meses de maio, junho e novembro. Com um facão de cerca de dois pés de comprimento, cortavam-se os ramos e os arbustos menores; a seguir, com uma foice se abatiam as árvores menores e depois, usando machado ou serra, se derrubavam as grandes árvores (...) os ramos eram deixados no solo (...) a madeira melhor era retirada e usada na construção de ranchos, cercas e combustível. Após a secagem dos ramos, estes eram queimados e a cinza utilizada como adubo.²⁰³

O trabalho e dedicação ao preparo da terra eram fundamentais naquele tempo, “a cultura extensiva, segundo Zedar Perfeito, à maneira cabocla das coivaras, (...) os

²⁰⁰ SILVA, Zedar Perfeito da. Op. cit. p. 113. Já está bastante documentado e estudado o trabalho feminino ligado à colonização européia em Santa Catarina. Cito os trabalhos: WOLFF, Cristina Scheibe. **As mulheres da colônia Blumenau: Cotidiano e trabalho - 1830-1900** (Dissertação de Mestrado) UFSC, 1991; OSTETTO, Lucy Cristina. **Vozes que recitam, lembranças que se refazem: narrativas de descendentes italianas/os. Nova Veneza - 1920 - 1950**. 1997. Dissertação (Mestrado em História). UFSC, Florianópolis.

²⁰¹ Dionísio Avelino Momm, entrevista já citada.

²⁰² SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro**. Mana, out. 1999, vol.5, nº.2, p. 66.

²⁰³ SEYFERTH, Giralda. A colonização Alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre: Editora Movimento, 1999, p. 58.

dominou por muito tempo”²⁰⁴ Tudo tinha início com a derrubada da mata. Para começar a roça era preciso cortar o mato, derrubar a madeira e queimar. Essa prática, embora desastrosa para a fertilidade do solo, era a principal, senão a única, para preparar a terra.

Como destacado acima, a coivara era realizada em todos os terrenos como preparação para o plantio. Seu Evaldo Schiestel nos contou o episódio da morte do seu irmão mais velho, depois da realização de uma coivara.

Três pessoas que não cheguei a ver quando morreu. O meu irmão mais velho morreu na Angelina, foi queimar uma coivara, num dia como hoje, um sábado, era mês de novembro, uma coivara grande que eles tinham derrubado, foram em 4 rapazes logo depois do meio dia. A coivara era feito naquele tempo roçava, derrubava e tinha que queimar, senão não plantava de tanta madeira. Depois de colocar fogo foram todos os rapazes mergulhar no poço. Dizem que ele já saiu lá de dentro tonto e ruim. Naquele tempo ali da Angelina até Florianópolis dava 70 km. Durante a semana no colégio da Angelina tinha uma farmácia que uma freira cuidava, deu remédio, mas não adiantou. Durante a semana tiveram que levar no hospital de Caridade em Florianópolis. Lá contavam naquela época, não sei hoje, mas naquele tempo falavam ou saia bem ou saia morto. Morreu com 23 anos.²⁰⁵

O emprego dessa técnica de derrubada e queimada das matas era uma resposta dos colonos às dificuldades iniciais. Em tais condições “tudo dependia do emprego de técnicas que, dentro do menos espaço de tempo, dessem o maior resultado”.²⁰⁶

Para um colono sozinho, ou mesmo com sua família, era muito difícil encarar o duro trabalho para deixar a terra pronta para o plantio. Logo, a solução encontrada nos primeiros tempos para iniciar a vida e a produção era a ajuda mútua. Os colonos reuniam forças e auxiliavam uns aos outros. Usavam a coivara para poder iniciar a plantação e o *pixurum* na colheita. O *pixurum* foi uma prática igualmente importante nesta fase inicial de adaptação dos colonos ao novo ambiente. Como nos conta Seu Hilberto Staroski, “*pixurum*” quer dizer *mutirão*.²⁰⁷ Um “*pixurum*” acontece quando as pessoas se juntam para fazer um trabalho para ajudarem uns aos outros. Os recém chegados, por exemplo, recebiam essa ajuda daqueles que já moravam a mais tempo na comunidade. O “*pixurum*” pode ser em relação ao plantio ou a colheita de uma roça, a construção de uma casa ou de um lugar para a comunidade se encontrar. Na maioria das

²⁰⁴ Silva, Zedair Perfeito da. Op cit, p. 38.

²⁰⁵ Evaldo Schiestel, entrevista já citada.

²⁰⁶ WILLEMS, Emilio. Op. cit. p. 238.

²⁰⁷ Hilberto Staroski, entrevista já citada.

entrevistas realizadas, os entrevistados narraram sobre o “pixurum”, o que nos dá uma idéia da importância dessa forma de associação voluntária para ajuda mútua. De acordo com os relatos, o “pixurum” era também uma forma de socialização, de encontro que culminava em uma festa alegre e divertida.

Dona Herta nos contou sobre o “pixurum”. Disse que era saída para conseguir realizar os trabalhos de colheita principalmente. “Depois de todo trabalho ainda tinham força para fazer o baile”²⁰⁸ O “pixurum” na sua maioria acontecia com os vizinhos, trabalhava-se o dia inteiro, e depois do dia de trabalho era realizado um baile. Tinha comida e dança, “sempre tinha alguém que sabia mexer com gaita”, lembra Dona Herta. Seu Avelino faz referência ao pixurum quase nos mesmos termos que dona Herta: “Depois faziam o pixurum. Pixurum era um dia que os vizinhos iam ajudar na plantação. Depois do dia de trabalho tinha o baile.” Na época “de fazerem a roça”, continua Seu Avelino:

muitos colonos faziam os famosos pixurum, eras as famosas ajudas mútuas, era um verdadeiro dia de festa, pois combinavam antecipadamente em qual colono era designado, o tamanho da área a ser derrubada. Os convites se espalhavam rapidamente, pelas igrejas, pelas escolas. No dia nascendo iam chegando o pessoal já de madrugada, tomavam aquele café mais do que reforçado e iam para o mato, e enquanto uma turma roçava outra ia derrubando as árvores, outros encoivarando.²⁰⁹

Enquanto isso, ainda segundo Seu Avelino, as mulheres iam preparando a comida, “que era uma fartura”. Na véspera “já eram carneados os porcos, ovelhas, galinhas”. Eram cinco refeições ao dia: o café da manhã, “bem reforçado”, era servido às 9 horas, ao meio dia era servida a janta, as três da tarde o café e as a noite a ceia. “Bem de tardinha o eito combinado já estava pronto”. Os que moravam longe “já levavam as roupas para o baile, o banho era no rio e após a ceia começavam a dançar. Ficavam confraternizando até o dia raiar”. Durante a noite “era servido bolachas, cucas, pão de ló, café e algumas bebidas”. E no baile já tratavam “o próximo que ia ser contemplado. As vezes era por sorteio”.²¹⁰

Alguns pixuruns, segundo Seu Avelino, chegou a agrupar mais de “cem integrantes”. Seu Evaldo Schistel, por sua vez, lembra com alegria os “pixurum” que

²⁰⁸ Herta Kratz Staroski, entrevista já citada.

²⁰⁹ Avelino Dionisio Momm, entrevista já citada.

²¹⁰ Idem.

participou. “Era puxado, trabalhávamos o dia inteirinho, mas pensa, todo mundo queria o baile, todos se divertiam.”²¹¹ O baile, pelo que se depreende da fala dos colonos, era um momento de grande alegria e confraternização. Seu Hilberto comentou que o dia inteiro de trabalho dava direito a comida e ao baile. Naqueles lugares ermos e distantes, a confraternização reunia os colonos e rompia o isolamento que as distâncias impunham.

Quando perguntado sobre os bailes depois do “pixurum”, Seu Avelino pegou seu bandonion e tocou uma modinha alemã. Relatou que Seu Bruno Eger morador da localidade de Rio do Jango era um exímio tocador do instrumento. “Era um tempo de muitas dificuldades e alegrias”.²¹²

Figura 3: Bandonion.



Foto: Bandonion do Senhor Avelino Dionísio Momm. Acervo da autora.

²¹¹ Evaldo Schistel, entrevista já citada.

²¹² Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada.

As condições precárias em que se encontravam, e as formas de solidariedade desenvolvidas entre eles, reforçavam, para além da origem comum e da língua, os laços identitários entre os colonos.

Outro fator de reunião dos colonos naqueles tempos, e de vital importância para a adaptação foram às vendas. Para os colonos já estabelecidos na região, e principalmente para aqueles que estavam chegando, as casas de comércio, ou vendas, já existentes ou criadas pelos próprios colonos, foram de fundamental importância. “Levantados os primeiros ranchos primitivos, observou Zedar Perfeito, logo apareceram as ‘vendas’” (...).²¹³ As vendas ocuparam um lugar de destaque no cenário colonial. Esses estabelecimentos funcionavam como lugares de trocas e atendiam as necessidades mais imediatas dos colonos. No começo, as relações entre o vendeiro e os colonos eram por meio da troca *in natura*. O vendeiro obtinha dos colonos “o excedente da produção colonial” e lhes dava em troca produtos como sal, tocinho, pólvora, charque, ferramentas, pregos, corda, querosene, chumbo, louça, remédios, etc.²¹⁴

Giralda Seyferth destacou o papel das vendas nos primeiros anos do povoamento:

(...) nos primeiros anos de assentamento os colonos estabeleceram uma agricultura de subsistência, empregando a técnica da coivara, sendo a produção destinada, em primeiro lugar, ao consumo da família, o excedente trocado nas casas de comércio locais (as “vendas”).²¹⁵

Para os colonos já estabelecidos, mas principalmente para os recém chegados, que precisavam erguer suas casas e organizar a vida, as vendas representavam o acesso a materiais de construção e instrumentos para derrubada das matas. As necessidades dos colonos, ao que tudo indica, eram quase sempre as mesmas: vestuário, alimentos não produzidos na colônia, armas, instrumentos de trabalho, etc.²¹⁶

²¹³ SILVA, Zedar Perfeito da. Op. cit. p. 87.

²¹⁴ Idem.

²¹⁵ SEYFERTH, Giralda. Op cit. 1999b, p. 66.

²¹⁶ Ver WITT, Marcos Antonio. Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – século XIX). Porto Alegre: PUCRS, Dissertação de mestrado, 2008, pp. 285-288.

A venda facilitava as trocas em pequenas quantidades: os colonos vendiam ou trocavam seus produtos agrícolas e retornavam a propriedade com bens de consumo para o uso da família.

Analizando o papel das vendas no Vale do Itajaí-Mirim, Giralda salientou que a economia dos colonos não era auto-suficiente, pois dependia da existência de um mercado, definido como o “*lucus* da troca” ou o lugar onde as trocas concretas se realizavam. As vendas, nestas circunstâncias, podem ser consideradas como “praças de mercado”, isto é, um “sítio específico onde um grupo de compradores e um grupo de vendedores se encontram”²¹⁷. As trocas e as vendas envolviam uma pessoa que detinha nas mãos os mecanismos que regulavam as transações (o vendeiro) e os colonos (proprietários do lotes), individualmente. “O mecanismo de mercado se identifica pelo controle que o vendeiro exercia sobre os preços dos bens e serviços”.²¹⁸

Por meio das vendas, os colonos obtinham produtos de fora da colônia. A venda era uma espécie de entreposto por onde circulavam mercadorias oriundas de várias regiões. O comércio estabelecido entre os vendeiros e os tropeiros abastecia os colonos e levavam suas mercadorias para outros lugares. Assim, a venda articulava um comércio inter-regional que permitia a circulação de produtos. Dorvalino Momm nos informa sobre um comércio regular realizado pelos denominados “lageanos”, caboclos remanescentes do tropeirismo, que circulavam pela região, entre o Alto Vale e Lages, carregando mercadorias em lombo de burros pelas antigas picadas dos antigos tropeiros. Dorvalino menciona um sujeito chamado José Marcelino, que como muitos outros, dono de uma casa de comércio na estrada do Rio do Jango, “que negociava com os lageanos”. Negociavam farinha, melado, cachaça e mel de abelha. A farinha, por exemplo, comprada nos engenhos de farinha dos colonos, era “puxada”, serra acima, para Painel, Correia Pinto, Bocaina do Sul, etc, “tudo na lombada do burro”. Havia um “carroceiro”, conhecido como velho João Pinto, que pegava as mercadorias dos colonos e levava para Lages.²¹⁹ De Lages, ele trazia as mercadorias que não existiam no Perimbó e vizinhanças. Eram homens como o caboclo João Pinto que compravam o excedente dos colonos e vendiam, ou trocavam, por produtos que não eram por eles produzidos. “Naquele tempo, lembra Dorvalino, era muita troca. Quem tinha dinheiro

²¹⁷ SEYFERTH, Giralda. Op. cit. 1999, p. 96. Ao definir a venda como “praça de mercado”, Giralda baseou-se em (Bohannon & Dalton, 1965).

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ Dorvalino Momm, entrevista já citada.

eram os lageanos”. Assim, sem precisar se deslocar de sua localidade, os colonos obtinham mercadorias de outras localidades e regiões. O pai de Dorvalino, Paulino Pedro Momm, negociava com um comerciante vindo de Curitiba, duas vezes por ano. Negociaram durante três anos e o comerciante chegava a trazer cinquenta mulas para carregar as mercadorias.

A venda, como bem observou Giralda Seyferth, servia como local de armazenamento de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que funcionava como ponto de distribuição de mercadorias não produzidas na área.²²⁰

A casa de comércio de Jacob Momm, ao que tudo indica era uma daquelas vendas localizadas nos entroncamentos de picadas, como as descreveu Giralda Seyferth. Localizava-se próximo a picada da Serra Grande, que fazia a ligação com Lages e Bom Retiro. Era por essa picada que passavam os tropeiros carregados de mercadorias. Essas vendas eram pequenos entrepostos de trocas e os vendeiros, mais do que comerciantes independentes, eram intermediários de vendeiros de centros mais desenvolvidos. Esses vendeiros eram também colonos, pois além da venda tinham que se preocupar com o cultivo no seu próprio lote. A venda era uma atividade suplementar. Para realizar uma transação comercial de maior envergadura, os colonos tinham que procurar as casas de comércio dos núcleos colônias mais desenvolvidos.²²¹

Pelo que o testemunho de Seu Dorvalino nos permite ver, os “lageanos” eram homens acostumados com essa vida itinerante pelas estradas e picadas da região. Carregavam consigo os objetos e utensílios do uso cotidiano. É o caso do velho João Pinto, que levava mercadorias numa carroça para Lages. A viagem durava cerca de uma semana, por estradas precárias. O velho, como nos conta Dorvalino, “levava uma chocolateira para fazer café” e “comida ele ia fazendo na panelinha”.

Seu Hilberto Staroski contou-nos que na sua infância, na década de 1960, Perimbó ainda era lugar de passagem e de pouso dos tropeiros lageanos. Vindos de outros lugares, paravam em Perimbó para descansar, fazer negócios e alimentar os animais. Dormiam num paiol, localizado próximo de onde hoje é o centro de Petrolândia, enquanto os burros ficavam no pasto. Pagavam por animal aos colonos

²²⁰ SEYFERTH, Giralda. Op. cit. 1999, p. 96.

²²¹ Idem. p. 99.

proprietários do lugar. Durante a estadia trocavam erva mate e charque por batatas e laranjas.

Os “lageanos” comiam farinha com carne, e faziam o pirão branco. A farinha de mandioca era a base da alimentação e moeda de troca de colonos e caboclos. “Naquele tempo nós também comíamos mais farinha do que hoje em dia, uma comida barata”. Dorvalino lembra com riqueza de detalhes a dieta dos tropeiros lageanos: eles “compravam farinha para comer com pinhão e carne”, e socavam tudo no pilão. Faziam um café preto bem forte. “Essa comida, diz Dorvalino, era gostosa. Quando eles vinham comprar farinha eles faziam e nós nos agradávamos”. Os lageanos compravam polvilho e faziam rosquinhas, fritas com banha numa panela, para tomar com café.

O depoimento de Seu Avelino também nos ajuda a entender as atividades dos tropeiros na região. Naquela época, relembra, “passavam muitas tropas de gado vindas do planalto” em direção ao litoral. Os tropeiros “passavam com frequência, vinham também tropas de cavalos, muitas vezes comercializavam com os comerciantes e os colonos”. Outros tropeiros:

Vinham com cargueiros, traziam charque, queijo, fumo em corda, cera de abelha, que vendiam para os comerciantes e compravam farinha de mandioca, polvilho, açúcar grosso, sal e muitos artigos que necessitavam. Oriundos de diversas regiões do planalto, tinha os que compravam para o gasto, e muitos outros com tropas grandes que compravam para vender aos comerciantes das suas regiões.²²²

Esses homens, desconhecidos e quase sempre anônimos, a margem da história oficial dos municípios do Alto Vale, tiveram um papel social bastante importante na formação das primeiras localidades, atendendo as necessidades mais imediatas dos colonos por meio do comércio e das trocas que realizavam. Na medida em que os colonos melhoraram de vida e novas e mais sofisticadas formas de comércio se estabeleceram na região, a atividade dos tropeiros comerciantes foi diminuindo até desaparecer. Sem deixar registros, tornaram-se invisíveis também para os historiadores. Mas graças aos avanços da história oral, é possível hoje reconstruir parte das histórias de vida desses personagens e da importância que tiveram na colonização do Vale do Itajaí.

²²² Avelino Dionisio Momm, entrevista já citada.

Mas a venda não se resumia a um lugar de trocas e de comércio. Ali os colonos, após longas viagens a cavalo, a pé ou de carroça, paravam para conversar, negociar, buscar informações. Como bem demonstrou Karine Simoni sobre a colonização do Oeste catarinense nas primeiras décadas do século XX, as vendas, além de serem lugares de encontros sociais, eram também de “aplicação financeira, nos quais o dinheiro era depositado numa espécie de poupança”²²³ O vendeiro, segundo Emílio Willems, abria crédito para os colonos da região²²⁴, o que facilitava a vida nos primeiros anos.

Jacob Momm, pai de Seu Avelino Momm, assim que mudou para Perimbó, em 1935, abriu “uma casa de comércio, a conhecida Casa Verde”. “Trazia mercadorias de longe, o que exigia carroceiros experientes e corajosos, carroças resistentes e cavalos bem tratados, capazes de trafegar por estradas péssimas, sobretudo em épocas de chuvas”.²²⁵ A mudança da família de Cerro Negro para o Alto Perimbó se deu, segundo Seu Avelino, “por estratégia de negócios”. Em Cerro Negro e Salto Grande “já havia muitas casas de comércio, o que gerava muita concorrência”. Até então, os colonos estabelecidos em Petrolândia eram abastecidos por uma casa de comércio de Salto Grande (Ituporanga).

Segundo nos informa o site da Família Momm, a Casa Verde vestia os colonos. Ali eles encontravam tecidos de riscadinho para camisas, de riscado e brim para calças e de algodão para roupas íntimas. Os colonos encontravam também na “venda” do seu Jacob uma variedade de produtos: sal, café, erva mate, trigo, açúcar refinado para as festas, pimenta do reino, noz-moscada, bebidas, vinagre, querosene, soda cáustica para fazer sabão caseiro, além de chumbo, cartucho e pólvora para as caçadas. A Casa Verde oferecia ainda, segundo o site, produtos para as “donas de casa”, tais como: loças e talheres, bacias esmaltadas, gamelas, panelas e caldeirões de ferro, lamparinas e lampiões, máquinas de costura e de moer e ferro de engomar.²²⁶

²²³ SIMONI, Karine. **Além da enxada, a utopia**. A colonização italiana no Oeste catarinense. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, UFSC, 2003, p. 140.

²²⁴ WILLEMS, Emílio. Op. Cit. p. 238.

²²⁵ Ver o site da Família Momm. Disponível em <http://nilomomm.tripod.com/histrias/id10.html>. Acessado em 10/11/2010.

²²⁶ Idem.

Os negócios com os colonos, conta-nos Seu Avelino, “era na base da conta corrente”. Era “fornecido de tudo o que o colono precisasse para se manter e o pagamento era feito na safra, quase sempre anual”:

A venda recebia em mantimentos os produtos, ou seja, farinha de mandioca, polvilho, batata inglesa, açúcar grosso, porcos, manteiga, ovos, que eram carregados em cestas e embalados com palha milho, milho em espiga e debulhado, feijão e muitos outros produtos que para o comércio era moeda corrente.²²⁷

As mercadorias, ainda segundo Seu Avelino, “eram transportadas por carroças. Seu pai tinha três, “duas carroças puxadas com seis cavalos cada, e a pequena com dois, só que eram cavalos de verdade. A grande transportava até 150 arrobas, a pequena até 80 arrobas, com chuva ou com sol, trabalhava-se sempre”:

De vez em quando uma encalhava, porque as estradas como se dizia não passavam de picadões e em muitas delas trafegava-se por debaixo do mato. Na safra eram contratadas carroças de terceiros, só as nossas não davam conta de escoar a produção, que eram remetidas para Lages, Salto Grande e Rio do Sul, até a estação ferroviária, pois muitas mercadorias iam para Blumenau. Para os porcos havia um entreposto em Salto Grande, de onde eram transportados para Timbó de caminhão, para os frigoríficos.²²⁸

Mas nem tudo era encontrado nas casas de comércio das proximidades. Principalmente nos anos iniciais. Alguns serviços tinham que ser buscados bem longe, como era o caso das parteiras. Seu Sigfrido Eger que nasceu em 1925 na localidade de Rio do Jango, narrou as dificuldades que seu pai passou para encontrar uma parteira para trazê-lo ao mundo, essa narrativa está presente na apresentação desse trabalho. “Essa mulher era a única parteira que tinha ali, morava longe, longe”.²²⁹ Anos mais tarde 1935 quando a Família Momm proprietária da Casa Verde se estabeleceu em Petrolândia, até parteira era encontrada nessa casa, pois a mãe de Seu Avelino, Dona Emilia Meurer Momm era parteira e realizou segundo Seu filho mais de mil partos. “Era uma parteira de mão cheia, cuidava das mães, dava sopa, atendia bem direitinho nunca cobrou nada.”²³⁰

²²⁷ Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Sigfrido Eger, entrevista já citada.

²³⁰ Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada.

Emília sempre esteve ao lado do marido no atendimento aos fregueses da Casa Verde. Por falta de recursos médicos na localidade passou a atender paralelamente as mulheres que a procuravam como parteira. Consta que por suas mãos vieram ao mundo nada menos do que 1620 crianças. Foram quarenta anos de serviço sem hora, sem tempo, com chuva ou com sol. Não olhava distância nem meio de transporte. Sua alegria e dedicação em atender o próximo eram contagiantes.²³¹

Hoje a maternidade do Hospital do município de Petrolândia e uma praça no centro da cidade levam o nome Emilia Meurer Momm.

2.3 Caboclos e colonos no Alto Vale.

Os colonos alemães, como vimos, não foram os primeiros a se estabelecer no Alto Vale. Quando lá chegaram, encontraram várias famílias de caboclos já instaladas e praticando agricultura de subsistência. Algumas famílias possuíam casas de comércio. Dionísio Momm se lembrou do tempo em que sua família mudou-se para Perimbó. Era o ano de 1935. Relatou que os seus pais falavam bem o idioma alemão e que, além da venda do seu pai, havia mais duas casas de comércio, mas eram de propriedade de brasileiros, ou caboclos. Os colonos alemães, no entanto, preferiam a casa do seu pai, por conta do idioma. Ele acredita que seu pai tinha mais cliente, por que a maioria dos habitantes naquele tempo em Perimbó era de “origem”, ou seja, descendentes de alemães, que tinham dificuldade de falar com os “brasileiros”. Seu Avelino comenta: “meu pai e minha mãe falavam muito bem o alemão. E isso fez todo mundo ser cliente do pai. Acho que foi uma das razões deles terem ido pro Perimbó.”²³²

²³¹ Ver o site da Família Momm. Disponível em <http://nilomomm.tripod.com/histrias/id10.html>. Acessado em 10/11/2010.

²³² Idem.

Figura 4: Perimbó em 1935.



Fonte: Foto de 1935 – Perimbó. Acervo Avelino Dionísio Momm. A foto mostra o lugar onde hoje se situa o centro de Petrolândia. Em 1935, conforme nos relatou seu Avelino existiam 14 casas.

Diversas vezes Seu Avelino Momm faz referência aos “brasileiros”. Na sua fala, como na dos colonos em geral, o “brasileiro” é aquele sujeito que não é alemão, mas também não é índio. “Ali no Perimbó, conta-nos, eu lembro era só mato”.²³³ Os colonos que já estavam morando na área era “tudo gente de origem, e pouco caboclo como diziam”.²³⁴

As expressões “gente de origem” e “caboclos”, usadas por Seu Avelino, são bastante difundidas entre os teuto-brasileiros e os brasileiros da região. Eram uma forma de identificação entre “nós”, os alemães, e “eles”, os brasileiros ou caboclos. Ao mesmo

²³³ Perimbó, nome xokleng que significa buraco, era na época distrito de Bom Retiro. Bom Retiro criado em 1920, era subordinado aos municípios de Lages e Palhoça. O nome Perimbó foi substituído em 1962 por Petrolândia, por conta da exploração de petróleo realizada na região. A Petrobrás encontrava-se nas proximidades com aparelhos de pesquisa de petróleo.

²³⁴ Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada. “De origem”, como se dizia na época, eram os alemães. “Caboclos” eram os brasileiros que, em menor número, também viviam naquelas áreas.

tempo em que os descendentes de alemães afirmavam sua identidade étnica, demarcavam a diferença em relação àqueles que não eram “de origem”. Colono e caboclo são expressões identitárias forjadas no processo de colonização que aproximou e opôs sujeitos de origens distintas e com diferentes modos de vida.

A língua era um elemento central na diferenciação entre colonos alemães e caboclos. Naquele tempo, isolados espacialmente nas colônias, e falando somente o idioma pátrio, a língua alemã constituía um elo e um elemento simbólico de identidade entre os colonos.²³⁵ Em relação à comunicação, observou Emílio Willems, “não havia outro recurso senão a conservação do equipamento linguístico trazido do país de origem”. Na situação em que se encontravam, “somente este idioma podia desempenhar as funções que normalmente uma língua exerce com relação à configuração cultural”.²³⁶

Era, sobretudo, a língua que mantinha entre eles o sentimento de pertencimento ao solo natal, embora reconstituído em outro lugar. Neste sentido, é muito significativa a recordação de Avelino Momm. Os colonos preferiam a casa de comércio de seu pai porque falavam o alemão, diferentemente dos caboclos. Além da facilidade de comunicação, temos que considerar as questões simbólicas aí envolvidas. É justamente pela preservação da língua que se cultivam as memórias, a cultura e o sentimento de pertencimento a um lugar, que os colonos traziam consigo. A preservação de sua identidade passava pela preservação da língua.

Caracterizamos os colonos alemães como um “grupo étnico”, no sentido atribuído a expressão originalmente por Max Weber. Inicialmente, o que funda um grupo étnico é a “crença subjetiva na comunidade de origem”. A partir daí, Weber define grupos étnicos nos seguintes termos:

A crença na afinidade de origem pode ter consequências importantes para a formação de comunidades políticas que, em virtude de semelhanças no *habitus* externo ou nos costumes, ou em ambos, ou em virtude de lembranças de colonização e migração, nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que esta se torna

²³⁵ Ainda hoje os moradores mais antigos de Petrolândia, descendentes de alemães, falam o alemão e um português singular, característico da região.

²³⁶ WILLEMS, Emílio. Op. cit. p. 194.

importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva.²³⁷

Para além das características culturais ou raciais, Weber busca uma definição de grupo étnico a partir da idéia de pertencimento. Uma comunidade é definida como étnica quando existe uma “crença subjetiva”, ou um sentimento comum, compartilhado entre os membros de uma comunidade.

Mais recentemente, uma contribuição vinda da antropologia redefiniu a noção de grupo étnico. Fredrik Barth retomou as idéias centrais de Weber e apresentou os grupos étnicos como “uma forma de organização social”. Segundo Barth:

Concentrando-nos naquilo que é socialmente efetivo, os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social (...). Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica mais geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente.²³⁸

Na medida em que os sujeitos se utilizam de identidades étnicas para “categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação”, continua Barth, “eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional”.²³⁹

Assim, grupo étnico é aquele que compartilha valores, língua, crenças e expressões culturais. Possui um conjunto de referências coletivas, como língua, memórias, costumes e uma origem comum, que o distingue de outros grupos. Os membros de um grupo se reconhecem e se identificam com tal e são, da mesma forma, identificados pelos outros grupos. Os traços culturais que identificam um grupo não são estáticos, são dinâmicos, variam no tempo, sem que isso apague a identidade do grupo. Essa definição está de acordo com o conceito de cultura como algo dinâmico, que está em constante reelaboração. A cultura, portanto, em vez de ser pressuposto de um grupo étnico, é de certa maneira produto deste.

Os grupos étnicos, fechados sobre si mesmos, embora não impermeáveis a influências externas, produzem mecanismos de adoção ou de exclusão de indivíduos

²³⁷ WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Volume 1. São Paulo: Editora da UNB – Imprensa Oficial, 2004, p. 270.

²³⁸ BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNATT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, pp. 195-196.

²³⁹ Idem.

que não compartilham dos mesmos valores. A língua, as crenças e a origem comum cultivadas pelo grupo são por si só fatores de exclusão. Fredrik Barth observou que o ponto central na investigação dos grupos é a “fronteira étnica”: “As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são (...) as fronteiras sociais, se bem que elas possam ter contrapartidas territoriais”. Se um grupo, segundo Barth, conserva sua identidade quando seus membros interagem com grupos diferentes, isso acaba definindo critérios para determinar a pertença e a exclusão.²⁴⁰

Os colonos alemães, diante da diversidade de culturas com as quais se depararam ao longo da colonização do Vale e Alto Vale do Itajaí, criaram as suas “fronteiras étnicas” e procuraram conservar aquilo que supostamente os definiam como grupo social. Nas primeiras décadas de colonização de Petrolândia, as relações étnicas entre os alemães e os caboclos concorreram para o surgimento de uma “fronteira” entre os dois grupos. Nas memórias dos antigos moradores de Petrolândia, descendentes de alemães, a demarcação entre os dois grupos é bastante visível, embora resignificada com o passar do tempo e pelas novas experiências.²⁴¹

Se as identidades se constroem e se reconstroem nas relações com o outro, os colonos alemães redefiniram suas identidades no contato com os “brasileiros” e com outras populações não alemãs. A origem germânica, no contexto da colonização, serviu de inspiração para a construção de uma cultura imigrante baseada na germanidade. A germanidade, definida como um ethos dos imigrantes de origem alemã, estava associada a idéia de etnicidade, responsável pela criação de “signos culturais socialmente diferenciadores”.²⁴² No caso do Alto Vale, os contatos com os caboclos ou “brasileiros” serviram para reforçar ainda mais os traços identitários das comunidades alemã que iam se formando. Segundo Ellen Woortmann, não havia uma identidade compartilhada entre os alemães que chegavam ao Brasil. Eles vinham de regiões diferentes da Alemanha, “era uma espécie de colcha de retalhos em diversidade enorme de trajetórias que se

²⁴⁰ Idem. p. 195.

²⁴¹ Em certo sentido, ainda existe uma clara linha demarcatória entre os que são e os que não de origem em Petrolândia. As famílias caboclas se concentram mais nas localidades de Serra Grande e Alto Barra Nova. Trabalham como “camaradas” – ajudantes que trabalham sem carteira assinada e sem direitos trabalhistas - nas roças das famílias “de origem”, e são, em geral, marginalizadas e vistas com certo preconceito.

²⁴² Idem. p. 141.

entrecruzaram”.²⁴³ A construção de uma identidade germânica entre os colonos vai se dar aqui no Brasil, por força das circunstâncias e dos infortúnios e laços que passaram a uni-los. O isolamento nas colônias foi um fator que muito favoreceu a construção de laços identitários. De acordo com Roche, desse isolamento “resultou a grande unidade de gênero de vida, que veio fortalecer a unidade de origem desses grupos humanos, restringindo-lhes o horizonte ao pedaço de terra e às comunidades locais, permitindo-lhes preservar a língua materna”.²⁴⁴

A denominação “colono” surgiu no século XIX e se referia aos imigrantes estrangeiros que adquiriam um lote de terra em um projeto de colonização. Era uma designação oficial, que aparecia nos documentos do governo, que passou a ser adotada/apropriada pelos sujeitos identificados como colonos. “Colono” tornou-se então expressão da identidade coletiva desse grupo social. Segundo Giralda Seyferth:

Como expressão de uma identidade camponesa, o termo colono foi atribuído aos imigrantes pelas leis e regulamentos que nortearam a política de colonização desde sua implementação no século XIX. Acabou se transformando numa identidade assumida pelos indivíduos que classificava, igualmente associada à imigração (européia). Grande parte dos imigrantes assentados no sul do Brasil tinha origem camponesa, mas camponês e rural são termos pouco usados. O termo camponês foi substituído por colono, e é este que expressa a identidade social do pequeno proprietário rural policultor.²⁴⁵

No entanto, adverte Giralda, não era qualquer agricultor ou pequeno proprietário que podia ser designado pela expressão identitária “colono”. Havia alguns elementos de identificação que selecionavam e filtravam os sujeitos:

(...) não é qualquer agricultor, pois a definição cabível é a de um pequeno proprietário rural que não emprega mão-de-obra assalariada permanente. Algumas características específicas do campesinato estão presentes como elementos de categorização: trabalho familiar, posse de terras em quantidade suficiente para permitir a atividade de cultivo, produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se, assim, a policultura com criação), participação nas atividades de solidariedade etc. neste sentido consideram-se distintos de outras categorias de produtores rurais, como aqueles que

²⁴³ WOORTMANN, Ellen. **Identidades e memórias entre teuto-brasileiros: os dois lados do atlântico**. In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: PPGAS, 2000, p. 215.

²⁴⁴ ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, p. 113.

²⁴⁵ SEYFERTH, Giralda. **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)**. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, pp. 46-47.

denominam ‘fazendeiros’. A categoria fazendeiro pressupõe a posse de uma área de terras muito maior do que uma colônia, e a utilização de mão-de-obra assalariada.²⁴⁶

Numa primeira aproximação, poderíamos supor que os caboclos, definidos como moradores de uma colônia, agricultores e pequenos proprietários, pudessem ser identificados como colonos, pois preenchiam os requisitos antes referidos. Outro fator, no entanto, era utilizado para definir o colono, que exclui a figura do caboclo: o fator étnico. Para ser considerado colono, o agricultor deveria ser “de origem”, isto é, ser descendente de imigrantes europeus. Logo, a categoria “colono” dizia respeito a uma identidade fundada no trabalho agrícola e na etnia européia, que excluía o caboclo.

Em oposição ao colono, havia a figura do caboclo. Caboclo é uma designação genérica para se referir a uma variada população de origem mestiça e luso brasileira que, diferentemente dos colonos, habitava de maneira itinerante diferentes áreas geográficas do Brasil. A conceituação de caboclo como grupo étnico é bastante difícil e complexa, pois a expressão abrange sujeitos de diferentes origens étnicas e culturais. Por isso, alguns estudiosos preferem definir as populações caboclas a partir do “modo de ser”. Em diferentes regiões do país os caboclos receberam diferentes denominações, reveladoras da maneira como eram percebidos: sertanejos, caipiras, lavradores nacionais, brasileiros, ervateiros, etc.²⁴⁷

No Vale do Itajaí os sujeitos identificados como caboclos não apresentavam necessariamente características físicas relacionadas à mestiçagem. Com o termo identificavam-se geralmente indivíduos ou populações dedicadas a pesca ou a agricultura, descendentes de açorianos ou de origem lusa:

(...) mais precisamente, trata-se a população dedicada à pesca e agricultura, localizada na área litorânea, descendente de açorianos, ou, num plano muito geral, qualquer estranho de origem lusa. Não existem diferenciações baseadas na cor da pele, dos olhos, etc. Mais comum é a referência ao lugar de onde provem o caboclo – a ‘praia’: ‘caboclo da praia’ também é uma categoria por si mesma.²⁴⁸

²⁴⁶ Idem, p.38.

²⁴⁷ Ver REICHERT, Patrício. **Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo: a segregação social do caboclo**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

²⁴⁸ SEYFERTH, Giralda. Op. cit. 1993, p. 51.

Corroborando a versão de Giralda de que os caboclos do Vale do Itajaí vinham do litoral, Seu Dorvalino Momm nos conta ao seu modo sobre alguns caboclos que viviam no Alto Indaia. Um deles, conhecido como Gregório Pereira, era um “brasileiro barriga verde vindo da serra abaixo”. Outros caboclos, como os Boeira do Alto Barra Nova, também mencionados por Seu Dorvalino, eram originários do Rio Grande do Sul.

Pelo que podemos observar dos depoimentos, havia os caboclos que viviam na região, trabalhando na terra e vivendo de uma agricultura de subsistência, e os que realizavam o comércio itinerante entre as localidades do Alto Vale, Lages e Curitiba. Logo, percebe-se uma dupla origem dos caboclos do Alto Vale: algumas famílias caboclas, provavelmente de descendentes de açorianos, como sugere Giralda, que subiam do litoral em direção a serra e outras que, seguindo pelos antigos caminhos das tropas vinham do Rio Grande do Sul para o Alto Vale. Do ponto de vista étnico, eram em geral luso-brasileiros.

O relativo sucesso da colonização européia no Alto Vale, no sentido de fixar núcleos coloniais a partir dos quais se desenvolveram os diversos municípios, e uma versão da uma história baseada no trabalho e centrada no modo de vida dos colonos europeus, jogou as populações caboclas para a margem. Essas populações já viviam na região quando os colonos começaram a chegar. Na medida em que aumentava o fluxo de colonos, os caboclos iam abandonando as terras e migrando para outros lugares. Esse foi o caso dos Boeira, do Alto Barra Nova. Segundo Seu Dorvalino, os caboclos, como os Boeira, “era uma turma muito vadia para trabalhar. Com o tempo foram vendendo aquele terreno e se deslocaram”.

Para além do conceito acadêmico de caboclo, a colonização e a memória da colonização do Vale do Itajaí construíram a figura do caboclo como oposta a do colono. O caboclo é o outro do colono. De acordo com Giralda Seyferth:

Os grupos imigrados construíram suas identidades étnicas (...) baseados na percepção das diferenças em relação à sociedade brasileira. (...) A retórica etnocêntrica que acompanhou a elaboração das identidades estabeleceu o caboclo como o outro, o oposto ao imigrante europeu. – categoria usada como sinônimo de brasileiro. Esse sistema categórico construído por oposição envolve, principalmente, critérios raciais e formulações subjetivas acerca do caráter e da mentalidade – em que o caboclo aparece como indivíduo racialmente inferior, e o epíteto de “preguiçoso” é o menos carregado

de intenções pejorativas. (...) Na representação do pioneiro, a categoria colono (trazida do jargão oficial) identifica os imigrantes europeus e seus descendentes, e a colonização é definida como um processo civilizatório instaurado na selva brasileira. Nela, certamente o caboclo brasileiro ocupa a posição de bárbaro diante de civilizados!²⁴⁹

Nas memórias dos primeiros povoadores do Perimbó, o caboclo aparece como sinônimo de “brasileiro”. Era o outro etnicamente distinto do alemão. Observamos nas falas dos antigos moradores de Petrolândia que essas pessoas eram vistas como inferiores, preguiçosas. Seu Dorvalino Momm relatou varias vezes passagens sobre os caboclos e destacou que eram pessoas boas: “Esses caboclos eram gente boa, vinham aqui do campo, vieram lá do Rio Grande, os Boeira, vieram aqui pra Santa Catarina”, mas, ao mesmo tempo, enfatizou que: “era uma turma muito vadia pra trabalhar, com tempo foram vendendo aquele terreno e se deslocaram”²⁵⁰

Apesar das diferenças e das construções identitárias opostas, os colonos, em função da vizinhança e da convivência, sofreram influências do modo de vida dos caboclos. O caso da coivara nos parece o mais evidente. Essa técnica não foi trazida pelos colonos, mas descoberta por eles nas colônias, a partir do contato com os caboclos. Willems já havia observado que a técnica de derrubada e queimada da mata para o plantio fazia parte das “experiências multiseculares” que “índios e caboclos” haviam desenvolvido.²⁵¹ Originalmente, as coivaras eram uma técnica da agricultura indígena. Os indígenas, particularmente os Kaingang e os Guarani, desenvolviam essas praticas agrícolas no interior das matas. Nas áreas cultivadas produziam milho, mandioca, batata-doce, abóbora, fumo, inhame, feijão e criavam alguns animais. Essas práticas ocupavam vastos territórios e exigiam deslocamentos sazonais, pois o esgotamento alimentar demandava mudanças para outro lugar, apesar das boas condições de fertilidade dos solos. Praticavam uma agricultura que exigia a derrubada e queimada de porções de florestas. Esse sistema seguia as seguintes etapas: derrubada da vegetação (floresta), com auxílio de machados de pedra, principalmente nos meses que antecediam a estação de calor, que acelerava a secagem natural das ramas sobre o solo, seguido da queima desse material no início da estação de verão. Por fim, a semeadura,

²⁴⁹ SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil. In: **Região e nação na América Latina**. Org. ZARUR, George Cerqueira Leite. Brasília: UnB, s.d. pp. 97-98.

²⁵⁰ Dorvalino Momm, entrevista já citada.

²⁵¹ WILLEMS, Emílio. Op. cit. p. 238.

na camada de cinzas ou a pouca profundidade do solo, com o auxílio de varas, para semear grãos de milho, de feijão ou realizar o plantio de mandioca.²⁵²

A partir do início do século XIX, surgiram os mestiços ou caboclos, como agricultores exploradores das áreas de florestas. Os caboclos, segundo Silva Neto, eram agricultores pobres, trabalhadores ou meeiros de estâncias que penetravam na floresta à procura da erva mate, no caso do Rio Grande do Sul,²⁵³ e praticavam uma pequena produção de subsistência para melhorar suas precárias situações econômicas.²⁵⁴ A prática agrícola dos caboclos, assim como a indígena, baseava-se no sistema de derrubada e queimada da mata. Para isso, na primavera os caboclos queimavam a floresta derrubada alguns meses antes, e logo em seguida plantavam o milho e o feijão. Depois, esta área era abandonada (deixada em repouso) e uma nova área era desmatada para desenvolver o mesmo sistema. Assim como os indígenas, os caboclos praticavam uma agricultura baseada na mobilidade espacial, deslocando-se pelo interior das matas em busca de terras virgens para as queimadas e o plantio. Não havia entre eles a noção de exploração agrícola dentro de um limite territorial com contornos definidos. Essa relação com o espaço não os levou, senão raramente, a reclamar títulos de propriedade.²⁵⁵ Por ocuparem apenas temporariamente as terras que cultivavam, nunca chegaram a reagir à venda das terras de florestas aos colonos europeus, que chegavam à região através da política de colonização do Estado e pelas companhias colonizadoras. Os colonos, por sua vez, adotaram essas práticas em resposta as dificuldades iniciais de adaptação e a necessidade de sobrevivência nas áreas de matas fechadas dispondo de poucos recursos.

²⁵² ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. v. 1. São Paulo: Ed. Globo, 1969. pp. 10-69.

²⁵³ Embora as observações do autor se refiram ao Rio Grande do Sul, elas podem ser estendidas para Santa Catarina.

²⁵⁴ SILVA NETO, B. **Estudo dos Sistemas de Produção Agropecuários da região de Três de Maio/RS**. Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 1997, p. 106.

²⁵⁵ Ver COPETTI, Lúcia Daiane; TAVARES, Francinei Bentes. **Compreendendo as metamorfoses da agricultura familiar alegriense através da abordagem de sistemas agrários**. Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. 2007.

2.4 A formação das localidades Católicas e Luteranas: a construção do território petrolandense.

Um dos aspectos que mais chama a atenção na ocupação de Petrolândia, desde o momento em que os colonos começaram a fundar as primeiras localidades, é a separação das famílias migrantes em função das igrejas as quais pertenciam. Petrolândia foi colonizada basicamente por colonos alemães vindos das antigas áreas coloniais localizadas ao sul da antiga colônia militar de Santa Tereza. Mas apesar de serem todos alemães, havia diferenças significativas entre eles. Essas diferenças diziam respeito fundamentalmente às tradições religiosas. À origem étnica comum, que poderia promover a unidade e a solidariedade entre os colonos, sobrepuseram-se as diferenças religiosas. Famílias pertencentes a igrejas distintas acabaram se afastando e formando comunidades relativamente isoladas. Isso pode ser explicado pelo sentimento de pertencimento ao lugar de origem, reforçado pelos migrantes quando partem para outros lugares. Ao deixar o lugar de origem, os migrantes não partem sem nada. Deixavam a casa, os móveis, os amigos, os familiares, muitas vezes, mas levam consigo a bagagem cultural e existencial que cultivaram ao longo da vida. Passados os primeiros momentos da difícil adaptação, os colonos procuravam recriar os laços identitários com os quais viveram. A formação, ou recriação, de comunidades com características de um grupo social, marcado por sentimentos étnicos e religiosos, e possibilitado pelas redes sociais, configuram esses novos arranjos.

Colonos católicos e colonos luteranos, ambos oriundos das velhas colônias, ao chegarem às localidades próximas de Perimbó, passaram a viver em comunidades fundadas a partir das crenças religiosas que orientavam as famílias. Foi assim que surgiram as comunidades luteranas e as comunidades católicas. Essa tendência a separação dos grupos já vinha na bagagem dos alemães desde a Europa. Emílio Willems assinalou a esse respeito que “a bipartição religiosa dos povos de língua alemã representa, talvez, o fato mais importante da diferenciação cultural interna (...).²⁵⁶ A bipartição religiosa era uma “linha de demarcação cultural” entre os alemães. O “credo religioso”, prossegue Willems:

²⁵⁶ WILLEMS, Emílio. Op. cit. p. 336.

(...) determina, dentro da própria sociedade alemã, concepções filosóficas, padrões de comportamento e atitudes, associando, de maneira diversa, outros complexos culturais à religião propriamente dita. Protestantes e católicos alemães nunca têm a mesma hierarquia de valores, nunca encaram, por exemplo, o Estado da mesma maneira, nunca exercem suas profissões ou atividades econômicas obedecendo exatamente aos mesmos estímulos.²⁵⁷

No Brasil, os imigrantes alemães, portadores de culturas distintas, tenderam a reproduzir, adaptando-se as circunstâncias encontradas, essa “linha de demarcação cultural”. A clivagem religiosa delimitou uma fronteira cultural perfeitamente distinguível entre os dois grupos. Os descendentes dos imigrantes alemães, católicos e luteranos, que subiram a Serra na direção de Perimbó levaram na bagagem a diferença religiosa que os distinguia. A bagagem cultural – conjunto de referências, crenças e valores - representa um elemento de coesão de um determinado grupo social, e lhe confere uma identidade num meio que lhe é estranho e muitas vezes hostil. É com base nesse conjunto de referências, demarcadora da alteridade entre os dois grupos, que os colonos foram se estabelecendo na terra e fundando diversas comunidades reconhecidas por eles próprios como evangélicas (luteranas) ou católicas. Vale lembrar que não eram comunidades exclusivamente católicas ou luteranas, e rigidamente fechadas. Havia certa coexistência, mas prevalecia a predominância de um grupo. As comunidades predominantemente católicas eram: Indaiá, com maioria de teuto-brasileiros e poucos “brasileiros”, Barra Nova com teuto-brasileiros e caboclos, Alto Barra Nova, teuto-brasileiros e caboclos e Serra Grande, com maioria de caboclos e poucos teutos. As comunidades luteranas se destacava principalmente o Rio do Jango, Rio Antinhas, Rio de Dentro e Pinhal.

Em 1930, quando Dorvalino Momm, pertencente à igreja católica, nasceu na localidade de Indaiá, a fragmentação entre católicos e luteranos já caracterizava as comunidades no Perimbó e demarcava o espaço entre os dois grupos. O Indaiá e a Barra Nova, por exemplo, eram de maioria católica. Quando perguntado sobre a relação entre católicos e luteranos, Seu Dorvalino informou que no Indaiá só havia uma família de luteranos. Na Barra Nova, onde a grande maioria dos moradores era cabocla, a presença de luteranos era pequena. “Na Barra Nova era mais católico, tinha poucos luteranos”.²⁵⁸

²⁵⁷ Idem. p. 336.

²⁵⁸ Dorvalino Momm, entrevista já citada.

Seu Sigfrido Eger, da igreja luterana e morador do Rio do Jango, também comentou sobre a demarcação religiosa e deixou ainda mais nítida essa divisão:

No Alto Rio do Jango tinha algum católico, mas aqui embaixo (no Rio do Jango), era tudo protestante. Era tudo meio dividido. O Indaiá era comunidade católica. No Indaiá na nossa época tinha só um protestante morando lá, no meio daqueles católicos, até que ele vendeu tudo e se mudou (...).²⁵⁹

Como sugerido anteriormente, à questão das redes de contato entre a nova colônia e a antiga foi um fator primordial para a colonização. Mas não só isso. Por meio das redes de relações os colonos se dirigiam para esta ou aquela comunidade, dependendo de sua orientação religiosa. Não encontramos nas falas o vetor dessa divisão, mas ao mesmo tempo uma certeza que a divisão se impunha como uma “lei”. Dona Herta, pertencente à igreja luterana, mesmo não apontando uma razão explícita para isso, deixou bem claro que a divisão ocorria: “Os católicos e os evangélicos não se misturavam. No Indaiá não chegava ninguém, até os evangélicos que tinham terra ali foram vendendo e saindo. Havia muita briga, não ajudavam.”²⁶⁰

Pelo que nos é permitido ver nas entrevistas, podemos apontar a identificação religiosa como ponto central para essa divisão.²⁶¹ A identificação, segundo Stuart Hall, é construída a partir do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas num determinado grupo. É a partir desse reconhecimento “que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão.”²⁶² O fechamento, no caso de Petrolândia, se deu mais em função do reconhecimento e da identificação dos colonos com determinado grupo ou orientação religiosa.

Nas comunidades pertencentes à Perimbó, de acordo com os depoimentos, sempre havia uma ou outra família que não pertencia à comunidade religiosa predominante. As relações entre católicos e luteranos nessas comunidades foram, quase sempre, marcadas

²⁵⁹ Sigfrido Eger, entrevista já citada.

²⁶⁰ Herta Kratz Staroski, entrevista já citada.

²⁶¹ Stuart Hall entende que o conceito de identificação é preferível ao de identidade. A idéia de identificação enfatiza os processos de subjetivação, “e a política de exclusão que essa subjetivação parece implicar”. Por outro lado, a identificação é uma construção nunca completa, “como algo sempre em processo”. HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T., org. Identidade e diferença; a perspectiva dos Estudos Culturais. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, Vozes, 2000, pp. 105-106.

²⁶² Idem. p. 106.

pela diferença e por algum tipo de tensão. Desde o estabelecimento das primeiras famílias na região já era perceptível certo estranhamento entre os dois grupos. Nem bem os espaços haviam ainda sido demarcados entre os dois grupos e as dificuldades de relacionamentos já eram evidentes. Dona Herta destaca que na localidade onde o pai dela comprou terras todas as famílias eram católicas, exceto a dela, e sempre existia uma “richa”. “A vizinhança não se dava”, conta ela. Em casos como esse, em que uma família vivia numa comunidade de orientação religiosa diferente, as relações eram bastante assimétricas. Seu Sigfrido relatou da seguinte forma a relação entre católicos e luteranos:

Olha naquela época a lei era a seguinte, o católico e o protestante eram que nem gato e cachorro, um cachorro e um gato colocado junto não dá certo né, assim era naquela época a religião, se acontecesse de namorar uma moça católica Deus o livre (...).²⁶³

Nas falas de Dona Herta e de Seu Sigfrido transparece a tensão exercida pela comunidade sobre as famílias que se encontravam em minoria, do ponto de vista da orientação religiosa. A tensão chegava ao ponto de as famílias venderem as propriedades e abandonar a comunidade. É neste sentido, em que a comunidade religiosa praticamente expurga o diferente, que podemos falar de um “fechamento”, ao qual se referiu Stuart Hall.

As diferenças entre católicos e luteranos eram muitas, mas a que mais chama atenção nas primeiras décadas de colonização de Petrolândia diz respeito aos casamentos mistos, ou entre grupos religiosos distintos. O casamento, como um “rito de passagem”, é um símbolo de coesão e de identificação de um grupo, de uma comunidade. Segundo Bourdieu, esses “ritos de passagem produzem uma diferença social (...) por meio da atribuição de uma distinção natural, entre homem e mulher (...) os atos de instituição como o casamento, precisam ser garantidos ou reconhecidos por um grupo ou instituição”.²⁶⁴ Como sugere Bourdieu, os ritos de passagem precisam ser garantidos por um grupo. No caso de Petrolândia, são garantia de pertencimento, de fazer parte de uma comunidade, de algo que transcenda a mera individualidade. Esses ritos são usados como afirmação de costumes, tradições, dos valores do grupo, e reforçam a instituição no interior da comunidade.

²⁶³ Sigfrido Eger, entrevista já citada.

²⁶⁴ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996, Prefácio.

Era, portanto, em relação aos casamentos entre membros das duas igrejas que as diferenças sobressaltavam. Do seu modo, Seu Santo Graci nos revelou a gravidade do assunto: “Se queria casar um católico com evangélico ou um evangélico com um católico, meu deus do céu. Dava bagunça. Agora não. Tudo meio misturado.”²⁶⁵ Dona Hilma Staroski Eger, membro da igreja luterana, sofreu esse tipo de interdição na sua igreja, e assim expressou sua experiência de vida:

A gente não podia casar com gente de igreja diferente da nossa, acabava casando com primo. Eu casei com um primo. A igreja católica e a evangélica não queriam casamentos nem padrinhos de outra igreja para batismo ou casamento.²⁶⁶

Dona Hilma disse que chegou a “gostar de católico”, mas que ela mesma se policiou, matou esse sentimento dentro dela e acabou casando com um primo que, como ela, era protestante.

Outra história marcante quem nos contou foi Dona Marlene. Sua tia Verônica Schumacher, conhecida como tia Peruca, moradora de Rio Antinhas, namorava um católico da Barra Nova. Mas ambas as famílias eram contra e o casal se separou.

A tia Peruca namorava um católico lá da Barra Nova, mas os tios não aceitavam o namoro. Os pais dele também não queriam e proibiram. Ela ficou muito triste e nunca casou. Depois de um tempo o rapaz casou com uma católica, a tia Peruca foi embora para Curitiba. Nunca casou.²⁶⁷

Esse foi apenas mais um dos vários casos de interdição de casamentos vividos em Petrolândia. Ao recordar sobre esse tema, Seu Willy, da igreja luterana, nos deu mais detalhes sobre a interdição aos casamentos mistos:

Brasileiro com alemão não podia, católico com evangélico não podia. Era muito rígido. O católico falava se uma moça católica casasse com evangélico iria pro inferno. Essa era a lei. Os católicos achavam que os evangélicos não se salvavam por que não acreditavam em santo e vice-versa. Lá no Indaiá as gurias não olhavam pra cara dos moços evangélico. Lá se duvidasse eles se escondiam no mato e quando você passava jogavam pedra.²⁶⁸

²⁶⁵ Santo Graci, entrevista já citada.

²⁶⁶ Entrevista concedida à autora pela senhora Hilma Staroski Eger.

²⁶⁷ Entrevista concedida à autora pela senhora Marlene Eger Hinglaus.

²⁶⁸ Willy Staroski, entrevista já citada.

Mas apesar dos conflitos e interdições, ocorreram alguns casamentos mistos. Para o casal Acir Leopoldo e Dona Olga essa questão foi bastante discutida em suas famílias. Seu Acir de família católica com tios e primos padres e Dona Olga de família luterana namoraram e casaram. Apesar da forte pressão que sofreram, encontraram uma solução para ficar juntos.

Eu morava em Ituporanga vim para Perimbó para trabalhar de ferreiro, fiquei na casa de uma tia da Olga, foi aí que nos conhecemos. Eu tinha varias namoradas em Ituporanga mas não gostava de nenhuma. Nossos pais não queriam nosso namoro, para casar então eles não queriam, nós até pensamos em fugir. Resolvemos casar nas duas igrejas. Casamos no civil, depois na igreja evangélica e depois de um mês na igreja católica.²⁶⁹

A solução encontrada pelo casal Olga e Acir foi o duplo casamento, para escapar à proibição. Ambos cresceram com essa imposição atravessando suas vidas, ouviam dos pais, que não poderiam casar com pessoa de outra igreja. Já Seu Ralf Stockburger teve que sair de Petrolândia para se casar na localidade de Bocaina, em Otacílio Costa:

Casei 3 vezes, no primeiro casamento a esposa era católica e eu evangélico. Falei com o padre de Bocaina, eu caso católico só não mudo de religião, tenho meus padrinhos que me batizaram e tudo. O Padre disse vocês podem casar aqui na igreja católica não tem problema, o Senhor fica na sua igreja, só tem que prometer que deixa a esposa na religião dela.²⁷⁰

Seu Ralf ainda relatou seus outros dois casamentos: o segundo a esposa era luterana também e casaram na localidade de Cerro Negro, pois o pastor não vinha todos os meses para Petrolândia. E no ultimo casamento casou com outra católica na Igreja de Ituporanga. Mesmo assim, afirma que não mudou de religião. “Sempre fui na igreja onde fui batizado e a esposa sempre na igreja dela, mas não virei, pois se é batizado na evangélica fica evangélico. O meu pai dizia se foi batizado evangélico fica na igreja evangélica.”²⁷¹

Com o desenvolvimento da colonização de Petrolândia, e a consolidação das igrejas católica e protestante, tudo indica que os casamentos entre membros das duas igrejas ficaram ainda mais difíceis de realizar. A chegada dos primeiros padres e

²⁶⁹ Acir Leopoldo Gerent, entrevista já citada.

²⁷⁰ Ralf Stockburger, entrevista já citada.

²⁷¹ Idem.

pastores, que aparecem nas entrevistas como os grandes incentivadores das tensões entre os dois grupos, ressaltou ainda mais as diferenças. Esses sujeitos, que representam a autoridade da igreja na comunidade, começaram a chegar e a se estabelecer assim que as comunidades alcançaram certo crescimento. De acordo com o livro manuscrito da igreja evangélica, em 1926 havia “mais ou menos 30 evangélicos” morando em Petrolândia. Foi nesse ano que “conseguiram realizar a primeira missa numa casa particular (...) na tifa do Rio do Jango”.²⁷² O pastor Nicholovski, que ministrou o culto, veio a cavalo de Barracão (hoje Alfredo Wagner). Como não havia uma igreja, os pastores vinham de outras localidades.²⁷³ Com os católicos não era muito diferente. As primeiras missas dominicais foram celebradas na casa de famílias, sob responsabilidade do padre Schwirling, que vinha a cavalo de Capivari. Depois da construção da escola do Indaiá, as missas passaram a ser realizadas na escola.²⁷⁴ Os padres e os pastores, como representantes das duas instituições, traziam na bagagem as diferenças históricas que caracterizavam as duas igrejas. Segundo Seu Santo Graci:

Os padres católicos e os pastores evangélicos nos primeiros anos não permitiam a união de católico como evangélico, para juntar um com outro era bicho, lembro daquele pastor evangélico Schutz, para nos era um caco, tinha um padre católico também que esqueci o nome, era um bicho.²⁷⁵

Além dos casamentos, os batizados também eram motivos para desentendimentos entre os dois grupos. Seu Santo Graci destaca o episódio de um batizado, quando foram, ele e sua esposa, Dona Maria, convidados para serem padrinhos de uma criança de família luterana. No entanto, o pastor e o outro casal de padrinhos os trataram de forma grosseira:

Aquela rixa, eles (católicos) achavam que os evangélicos eram todos perdidos, não iria ninguém para o céu. Nós éramos para sermos padrinhos do Volnei quando nasceu Eu e a Maria e o Seu Balduino e

²⁷² Livro diário da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil. O livro, manuscrito, encontra-se na secretaria da igreja, em Petrolândia. São anotações diárias sobre as atividades da igreja, redigidas pelo pastor Jaime Afonso Dhein com a ajuda da comunidade luterana. Os luteranos, como consta do livro diário, se auto-intitulavam evangélicos, e os cultos, no documento, aparecem curiosamente como “missa”. A identificação “evangélicos” servia para diferenciá-los dos adeptos do catolicismo romano.

²⁷³ Os cultos eram realizados em casas particulares. Depois de 1930, passaram a ser realizados na escola do Rio do Jango. Somente em 1946 surgiram os planos para a construção da igreja luterana. Em 1950, embora não estivesse totalmente concluída, os cultos já eram realizados na igreja. Em fevereiro de 1953 a igreja foi finalmente concluída. Idem.

²⁷⁴ Em 1935 iniciou-se a construção da igreja, e em 1938 foi realizada a primeira missa no Indaiá, na igreja recém inaugurada. “A história do Indaiá”. Disponível em www.petrolandia.sc.gov.br

²⁷⁵ Santo Graci, entrevista já citada.

D. Olga. Seu Balduino falou com o pastor que aqueles outros (Eu e a Maria) eram católicos, aí o Pastor berrou, reinou. Esse pastor era tão safado que se ele enxergasse um católico na igreja já começava a falar mal de santo na hora do culto.²⁷⁶

Sobre o mesmo assunto, Seu Acir Leopoldo nos contou suas experiências em ser padrinho na igreja luterana: “O meu nome era sempre o último na certidão”.²⁷⁷

Sou padrinho de várias crianças de família evangélica, mas o meu nome era sempre o ultimo na certidão porque eu era católico. Nos casamentos também os testemunhas não podiam ser de outra igreja, não aceitavam, depois de um tempo na igreja católica começaram a deixar que um casal de testemunha fosse de outra igreja.²⁷⁸

A comunidade católica de Petrolândia pertencia à paróquia de Santo Estevão, em Salto Grande (Ituporanga). Antes da criação das igrejas católica e luterana em Petrolândia, os casamentos eram realizados, em geral, em Salto Grande.²⁷⁹ Os casamentos mistos eram desestimulados e, no limite, proibidos. Mas caso os noivos insistissem exigia-se que um deles mudasse de igreja. Na igreja católica havia um documento chamado “Profissão de Fé”, que deveria ser assinado pelo noivo ou pela noiva protestante como exigência para se realizar o casamento. Pelos termos do documento, o lado não-católico deveria abjurar sua fé para ser aceito na igreja católica. A “Profissão de Fé” era o termo de passagem, a porta de entrada para Igreja Católica dos não-católicos.

No documento a abjuração aparece nos seguintes termos:

(...) de joelhos diante de vós Padre, e tocando com minhas mãos os Santos Evangelhos, professo firmemente aceitar e crer que ninguém poderá alcançar a salvação eterna, sem que com toda a sinceridade creia e aceite tudo o que crê e ensina a Santa Igreja Católica Apostólica Romana, contra a qual Igreja de Jesus Cristo pêza-me do intimo da alma haver gravemente errado, por que aderi aos erros da seita protestante e os professei.²⁸⁰

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Acir Leopoldo Gerent, entrevista já citada.

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Mesmo depois da criação das igrejas em Petrolândia alguns casamentos e batizados de ambas as igrejas ocorriam em Ituporanga, pois a vinda de padres e pastores era esporádica. Como pode ser comprovado na fala do Seu Sigfrido: “quando veio o primeiro pastor eu tinha 5 anos.” Lembrando que Seu Sigfrido nasceu em 1925 na localidade de Rio do Jango.

²⁸⁰ Profissão de Fé da Paróquia Santo Estevão, Salto Grande. O documento pode ser encontrado no arquivo da Igreja Matriz de Ituporanga.

Além desse documento, havia o “Termo de Juramento” da “parte católica” e da “parte acatólica”, que deveriam também ser assinados pelos noivos, jurando que não sairiam da Igreja Católica, fazendo um juramento de fidelidade. Segue um trecho do juramento da parte católica:

(...) Juro por Deus que invoco por testemunha do que vou dizer e pelos Santos Evangelhos em que ponho minha mão direita: 1º - Que sempre me conservarei firme na profissão da fé da Santa Madre Igreja Católica Apostólica Romana e nunca me deixarei induzir a abandoná-la para seguir outra qualquer crença. 2º Que farei batizar na Igreja Católica Apostólica Romana e educar na fé e doutrina da mesma igreja, todos os filhos, de ambos os sexos que tiver de consorcio com (nome do cônjuge).²⁸¹

O Juramento da parte acatólica:

(...) por Deus que invoco por testemunha do que vou dizer e pelos Santos Evangelhos em que ponho minha mão direita. 1º - Que nunca impedirei a (nome da pessoa católica) com quem pretendo casar-me, e os filhos que tivermos de praticarem a Religião Católica Apostólica Romana dando-lhes plena liberdade de a seguirem. 2º - Que farei batizar na Igreja Católica Apostólica Romana e educar na fé e doutrina da mesma Igreja, todos os filhos, de ambos os sexos, que tiver deste meu consórcio. 3º - Que nem antes nem depois deste meu casamento, que vou celebrar perante o competente Sacerdote Católico me apresentarei perante Ministro algum de outra crença religiosa para casar-me. Assim juro e firmo este termo perante as testemunhas abaixo assinadas.²⁸²

Encontramos diversos desses documentos referentes a casamentos mistos de colonos de diferentes localidades de Perimbó. Em 06 de maio de 1944, por exemplo, Rainoldo Mayer católico e Olandina Hermina Lemunié, moradores da localidade de Alto Barra Nova, assinaram os juramentos. Em 09 de janeiro de 1946 João Dubiela Junior, católico da localidade de Barra Nova, assinou junto de sua esposa Emilia Schistel, luterana, o mesmo termo. Em 29 de dezembro de 1949 Ema Momm, católica, e seu marido Walter Böner, luterano, ele da localidade de Indaiá e ela de Perimbó, assinaram o termo.

Em contato com esses poucos documentos, encontramos o juramento do casal Acir Leopoldo e Olga, citados anteriormente, que casaram nas duas igrejas. Perguntada

²⁸¹ Termo de Juramento da parte católica. Os termos de juramentos podem ser encontrados no arquivo da Igreja Matriz de Ituporanga.

²⁸² Termo de Juramento da parte acatólica.

sobre o documento Dona Olga diz não se lembrar de ter assinado o referido termo. O esquecimento de Dona Olga parece sugerir que a assinatura dos termos era uma exigência que dizia respeito mais aos interesses das igrejas do que dos noivos e suas famílias.

As interdições aos casamentos mistos não diziam respeito somente aos membros das duas igrejas. Numa região onde a colonização forçou a coexistência de sujeitos de origens étnicas distintas – colonos alemães e caboclos - as questões étnicas também viriam à tona. Dorvalino Momm, referindo-se a localidade de Barra Nova, onde os luteranos eram minoria, nos disse que: “(os protestantes) eram pessoas boas, nós nos dávamos, mas casamento não. E também de origem casar com brasileiro também não”.²⁸³ Dorvalino chama atenção para outra questão relacionada aos casamentos: as uniões interétnicas. Se os casamentos dentro de um mesmo grupo étnico, ou seja, entre alemães católicos e luteranos, não era bem aceito, o que dizer de casamentos interétnicos, isto é, entre alemães e “brasileiros”?

Dona Marlene Hinglaus Eger nos contou que seu pai não permitia “de jeito nenhum” que ela namorasse um “moreno”.²⁸⁴ “Dizia que não podia misturar, que os alemães eram gente boa e os morenos não prestavam”. “Eu gostava de um moreno (católico), prossegue Dona Marlene, mas mesmo que gostava disse pra ele que meu pai iria matar ele. Ele dizia que não tinha medo, que ia mudar para nossa igreja, mas não adiantava meu pai odiava os morenos, era racista”²⁸⁵

Em algumas entrevistas destacou-se que o relacionamento entre católicos e luteranos era amistosa em algumas comunidades. Segundo Seu Avelino: “Quando chegaram, cada um na sua religiosidade, já iam construindo igrejas (...) se respeitavam muito bem, interessante que compartilhavam os pixurum não havia atrito entre eles”.²⁸⁶ Mas quando o assunto era casamento, tudo ficava mais difícil:

Os namoros e casamentos entre brasileiros e alemães só fugindo, não era aceito diziam que os brasileiros eram muito vadios da mesma forma entre católicos e protestantes tinha uma Tia casada com

²⁸³ Dorvalino Momm, entrevista já citada.

²⁸⁴ “Morenos” ou “brasileiros”, eram as formas como os alemães chamavam os caboclos.

²⁸⁵ Marlene Eger Hinglaus, entrevista já citada.

²⁸⁶ Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada.

protestante isto depois de muita negociação sei que viveram muito felizes.²⁸⁷

Os obstáculos aos casamentos interétnicos não era uma exclusividade de Petrolândia. Ao que tudo indica, era um traço característico do Vale do Itajaí. Renzo Maria Grosselli trás alguns sinais dessa divisão étnica na região de Brusque no final do século XIX, onde os assentos de casamento da paróquia de Brusque emitidos entre 1876 e 1891 informam que durante esse período ocorreram 1.161 uniões naquela comunidade. Do total dessas uniões, somente 82 foram entre alemães e pessoas de outras etnias. Renzo observou que “um imigrante sobre dez casava fora dos confins étnicos.”²⁸⁸ Silvia Arend destacou que “possivelmente o número de uniões interétnicas realizadas pelos alemães protestantes era ainda menor que as efetuadas pelos católicos.”²⁸⁹ As comunidades de alemães luteranos eram mais fechadas que outras comunidades, “os evangélicos percebiam-se como mais alemães que os alemães católicos.”²⁹⁰ Esse fechamento em comunidades, como vimos anteriormente, visava a preservação do grupo étnico. Por isso a proibição aos casamentos fora do grupo era tão forte, principalmente em relação aos luteranos. Nas áreas rurais das colônias alemãs, as famílias mistas eram geralmente marginalizadas.²⁹¹

Essas divisões das famílias que povoaram Petrolândia, em função de questões étnicas e religiosas, marcaram a colonização e a significação do espaço. Os colonos, a partir dos seus próprios processos de auto-organização e de afirmação, fundaram comunidades coesas em relação à religião, ao trabalho, tendo no casamento um fator de unidade e preservação da fronteira étnica e das tradições religiosas. Nos primeiros anos da colonização os colonos já se organizavam, desvinculadas da orientação oficial do estado brasileiro em relação à religião, e sem a assistência de instituições eclesiásticas que normatizasse a vida religiosa nas comunidades. Somente nas décadas de 1940 e 1950, cerca de trinta anos depois de iniciada a colonização, foram fundadas as igrejas católica e luterana.

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ GROSSELLI, Renzo Maria. Op cit. p. 438.

²⁸⁹ AREND, Silvia Maria Fávero. Relações interétnicas **na província de Santa Catarina (1850-1890)**. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M. F (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 2001, p. 31.

²⁹⁰ Idem, p. 45.

²⁹¹ Idem. p. 44.

Nessas comunidades adotou-se, em geral, a prática dos casamentos dentro do grupo étnico e religioso. De um lado, evitavam-se os casamentos entre católicos e protestantes, de outro, entre alemães e “brasileiros”. No primeiro caso, preservava-se a identidade religiosa, trazida desde a Alemanha, no segundo, a germanidade, resignificada no contexto da colonização.

Os casamentos endogâmicos, realizados dentro do grupo étnico, visavam a preservação da família. A família era considerada como o grupo mais importante da comunidade étnica, porque nela a criança era socializada para ser um membro dessa comunidade. Caberia à família o papel de exercer o controle sobre seus membros de modo que esses não se desviassem dos valores do seu grupo étnico. Assim, uma das tarefas principais da família era evitar o casamento interétnico.²⁹² A endogamia étnica, como já observou Giralda Seyferth, era um valor fundamental de preservação da própria comunidade, justificada por um conjunto de estereótipos e preconceitos que, com maior ou menor intensidade, desqualificam aqueles que não eram teuto-brasileiros.

Lembramos, porém, que a condenação dos casamentos interétnicos e entre membros de igrejas diferentes não significa a inexistência dos mesmos. Os casos de Seu Acir e Dona Olga e de Seu Avelino e Dona Maria, entre outros, ilustram bem essa situação. Seu Acir e Dona Olga, católico e protestante respectivamente, casaram-se e conseguiram conciliar a confissão evangélica com a católica. Seu Avelino Momm, alemão e católico, casou-se com Maria dos Prazeres, de origem portuguesa, mas que pode ser definida como cabocla.

²⁹² SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e Identidade Étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: FCC, 1981. p. 147-148.

CAPÍTULO 3

**Em busca de um passado: a colonização e o mito de origem de
Petrolândia.**

3.1 A fundação e o mito de origem de Petrolândia.

"O narrador conta o que ele extrai da experiência - sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história"

Walter Benjamin

Tão importante quanto estudar o passado é estudar as visões e os usos que, no presente, se fazem do passado. As releituras do passado são motivadas pelas diferentes demandas e pelas configurações políticas e sociais do presente. Envolvem relações de poder, interesses de grupos, perspectivas políticas e institucionais que determinam nosso olhar e orientam nosso movimento em direção ao passado.²⁹³ Não nos referimos apenas aos historiadores. O interesse pelo passado mobiliza variados sujeitos – prefeituras, secretarias de eventos, grupos políticos, movimentos sociais, empresas, etc., - e engendra diferentes estratégias de agenciamento do passado. A memória da colonização, por exemplo, seja de uma cidade ou de uma Nação, pode servir aos interesses de grupos ligados ao turismo, as festas regionais, às identidades locais, a interesses familiares ou projetos de desenvolvimento ou conservação do patrimônio histórico e cultural. Nestes casos, a memória é instrumentalizada em função das exigências do presente e implica numa reordenação do passado para atender a essas exigências. Certos elementos do passado são então selecionados e reordenados de acordo com essas expectativas daqueles grupos que o reivindicam. Trata-se de um recorte seletivo do passado que identifica lugares, personagens e acontecimentos que correspondam aos interesses em questão.

Geralmente esse interesse pelo passado é despertado por situações de crises políticas e institucionais,²⁹⁴ ou por eventos comemorativos ou ainda por necessidades econômicas. Nesse último caso, o passado é acionado para chamar a atenção externa

²⁹³ O passado “que conhecemos, de acordo com Keith Jenkins, é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio ‘presente’. Assim como somos produtos do passado, assim também o passado conhecido (a história) é um artefato nosso”. JENKINS, Keith. **A história repensada**. São Paulo: Editora Contexto, 2001, p. 33.

²⁹⁴ Segundo Raoul Girardet, os apelos mais veementes ao passado ocorrem em tempos de crises políticas, de desequilíbrio, de incerteza ou de “crise de legitimidade” que abalam o presente. GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologia políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 86-96.

para as particularidades históricas, ecológicas e arquitetônicas, de uma determinada Nação, município ou região, visando à promoção da comunidade.

No limiar do século XX, identificamos o surgimento de um interesse pelo passado histórico de Petrolândia, não manifestado anteriormente. Ao contrário de outras cidades do Alto Vale Petrolândia não tem um livro narrando sua história. Essa constatação talvez tenha sido o motivo mais imediato que levou a prefeitura de Petrolândia elaborar um pequeno histórico, no sentido de estabelecer uma origem para o município, a partir da chegada dos primeiros colonizadores. Uma dessas narrativas históricas, de caráter oficial, pode ser encontrada no site oficial da Prefeitura de Petrolândia, elaborado em 2000. O marco fundante da cidade está associado às figuras de Horácio Coelho e Jango Rodrigues.²⁹⁵ O site, que trata de dar uma cara para a cidade, apresentando-a como “Cidade Sorriso”, com “gente amiga, simpática e hospitaleira”, procura também fixar-lhe uma origem. Mesmo fazendo alusão aos índios, os pioneiros são os homens brancos:

PETROLÂNDIA, com 6.406 habitantes segundo o CENSO do IBGE de 2000, é conhecida como a CIDADE SORRISO do Alto Vale do Itajaí, por sua gente amiga, simpática e hospitaleira. Inicialmente denominada Alto Perimbó, a área onde se localiza PETROLÂNDIA, ao longo do Rio do Perimbó, era habitada inicialmente por índios. Em tupi-guarani Perimbó significa “buraco”. Foi colonizada por gaúchos e catarinenses procedentes do Planalto Serrano e, em 1915, por famílias de origem alemã vindas do sul do estado. Petrolândia teve como pioneiros os Senhores Horácio Coelho, que se estabeleceu na localidade de Serra Grande e Jango Rodrigues, que se estabeleceu na localidade de Rio do Jango, denominação esta, atribuída em sua homenagem.²⁹⁶

Horácio Coelho e Jango Rodrigues, luso-brasileiros que teriam se estabelecido na região, são identificados como os pioneiros. O pioneirismo é uma das manifestações do mito de origem. O mito fundador, o que explica a criação, traz sempre consigo uma mensagem, explícita ou implícita, sobre o começo, o início de algo. Horácio Coelho foi eleito o primeiro branco, o que trás a civilização. Ele representa o ponto de partida. Para que o processo civilizatório se mantenha, há necessidade de referências, marcos. Da mesma forma, toda cultura necessita de um relato – que é sempre construído a partir das produções imaginárias de determinada cultura – para explicar sua origem e seu destino. Para falar do “antes”. O mito de origem é assim o eixo a partir do qual se constroem as

²⁹⁵ Site Prefeitura Municipal de Petrolândia/SC – www.petrolandia.sc.gov.br

²⁹⁶ Idem.

identidades coletivas. Eles respondem a pergunta fundamental de uma comunidade. Como se constituiu esta comunidade? Este tipo especial de explicação consiste essencialmente na função do mito: o mito narra eventos fundantes a partir dos quais uma cidade, por exemplo, passou a existir.

No seu sentido antropológico, o mito apresenta-se como a solução imaginária para as tensões, conflitos e demandas de uma sociedade.²⁹⁷ Para Marilena Chauí, os mitos fundadores, “à maneira de toda *fundatio*”, impõem um “vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva permanente no presente”.²⁹⁸ Para a autora, em casos como esses, de busca por uma origem, pela figura de um fundador, é mais apropriado o uso da expressão “fundador” e não “formação”. A noção de fundação se refere “a um momento passado imaginário, tido como instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é, a fundação visa a algo tido como perene (quase eterno) que traveja e sustenta o curso temporal e lhe dá sentido”.²⁹⁹ A fundação, conclui Chauí: “Aparece como emanando da sociedade e, simultaneamente, como engendrando essa própria sociedade da qual ela emana. É por isso que estamos nos referindo à fundação como mito.”³⁰⁰

No ano de 2000, juntamente com o site oficial, a Prefeitura Municipal de Petrolândia lançou vários projetos de “resgate histórico” e tratou de construir um “Histórico do Município”, que se encontra na Biblioteca da prefeitura, que serve hoje de base para contar a história de Petrolândia. O “Histórico” trás as mesmas informações encontradas no site da prefeitura sobre a colonização e o pioneirismo de Horácio Coelho e Jango Rodrigues. A mesma versão, registrada da mesma forma nos dois documentos, produz um efeito de veracidade e confere a cidade um passado autorizado que pode ser reivindicado como próprio do município. Se o “Histórico” é um documento mais reservado, de uso mais restrito, o site, ao contrário, oferece um documento público, ao alcance de todos, que identifica no passado as origens da colonização.

Embora mencionado no Histórico, Jango Rodrigues é bem menos conhecido que Horácio Coelho. Seu Avelino Momm, um dos moradores mais antigos da cidade, e que

²⁹⁷ CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 9.

²⁹⁸ Idem. p. 9. Um mito fundador, segundo Chauí, “é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e novas idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo”.

²⁹⁹ Idem. p. 9.

³⁰⁰ Idem. p. 10.

conheceu pessoalmente Horácio, quando perguntado sobre Jango, disse: “Jango Rodrigues para mim é desconhecido, na época tinha um Jango Coelho, conhecido como cabo Jango, que era inspetor de quartirão”.³⁰¹ Por outro lado, Seu Lalau Tives, como vimos anteriormente, relatou uma caçada da qual participou Jango Rodrigues.³⁰² Esse personagem, de acordo com a tradição local, viveu na localidade conhecida hoje como Rio do Jango, que leva esse nome em sua homenagem.

No mesmo ano de elaboração do Histórico do Município a prefeitura construiu um túmulo, ou mausoléu, para Horácio, uma homenagem simbólica a memória do fundador. Na lápide foi registrada a seguinte inscrição: “Homenagem dos petrolandenses a Horácio Coelho, pioneiro do município.” Nas escolas, as gincanas, desde este período, são sempre voltadas à história da cidade, e Horácio Coelho aparece como figura destaque. Nos tradicionais desfiles cívicos de 7 de setembro também teve espaço para homenagens “ao pioneiro”. Todos esses projetos foram realizados na gestão 1997–2000. Percebe-se nessas iniciativas um esforço coordenado de “resgate histórico” do passado da cidade, no sentido de oficializar sua origem. Podemos considerar o túmulo e as homenagens ao pioneiro como monumentos, seguindo a definição Le Goff emprestou ao termo:

(...) o monumentum é um sinal do passado. Atendendo suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (...) O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado a memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só uma parcela mínima são testemunhos escritos.³⁰³

Todos esses eventos ligados à figura do “pioneiro” celebram o marco inaugural da cidade. Celebrar, etimologicamente, significa tornar célebre um determinado momento ou acontecimento da vida. Em termos históricos, comemorar é um movimento de retorno ao passado para trazê-lo à memória. É relemburar com, é tornar presente, ou reatualizar algum evento significativo que se deseja preservar. O ato de celebrar faz parte da vida humana. É uma ruptura da rotina cotidiana. Em grande medida as comemorações servem para *ritualizar* a história, reinventando o passado. Talvez porque a comemoração torne-se mais real, mais intensa que o acontecimento em si. As

³⁰¹ Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada.

³⁰² Ladislau Alves Tives, entrevista já citada.

³⁰³ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 535.

comemorações ou ainda, a produção das comemorações serve para reforçar os mitos e escolher o que melhor funciona no momento presente.³⁰⁴ Ao celebrar a memória do fundador cria-se uma ponte com o passado por onde esse passado ritualizado atualiza-se a cada celebração, a cada comemoração. A memória oficial, no entanto, para ter credibilidade e ser aceita pelo grupo deve ser justificada, registrada e celebrada. Isso explica o esforço da prefeitura para organizar e instaurar na cidade um culto a figura do fundador. Preservar a memória lembra Célia Camargo, significa sempre, construir memória. “E como ocorre em toda construção, prossegue a autora, essa atividade humana envolve os julgamentos e as escolhas que sustentam a produção de bens simbólicos.”³⁰⁵

A memória das origens, materializada nos monumentos e nas celebrações, cumpre a função de criar laços simbólicos entre o presente e o passado. Neste sentido, nos parece apropriada a observação de Michel Pollak a respeito do modo como nos identificamos com os monumentos erguidos em homenagem ao passado: “Quando vemos esses pontos de referência de uma época longínqua, freqüentemente os integramos em nossos próprios sentimentos de filiação e origem”.³⁰⁶

O túmulo em homenagem ao fundador e as festas comemorativas – gincanas e desfiles cívicos – podem ser considerados como aquilo que Pierre Nora chamou de “lugares de memória”. De acordo com Nora:

Os lugares da memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. (...) Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralização passageira numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplana os particularismos; diferenciações efetivas numa

³⁰⁴ SÁ, Antônio Fernando de Araujo. **Combates entre a história e a memória**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

³⁰⁵ CAMARGO, Célia Reis. **A construção da memória na sociedade global. Identidades sociais: local X global**. In: Patrimônio e memória. UNESP-FCLAs-CEDAP, v 2, n 2, 2006, p. 52. Segundo a autora, as “celebrações são formas de perpetuar valores, saberes, modos de viver, criações artísticas, hábitos, enfim fatos considerados fundantes e reveladores de um tempo, de uma sociedade e de suas mais caras convicções.”

³⁰⁶ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. In: GOMES, Ângela de Castro; MOURA, Gerson & OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Estudos históricos**. Vol. 2 n 3, São Paulo: Editora Revista dos tribunais Ltda, 1989, p. 10.

sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo³⁰⁷.

O conceito de lugares da memória vai além dos espaços conferidos aos monumentos públicos e as celebrações, porém, estes não podem ser descartados enquanto um destes lugares da memória. Além disso, o conceito pode ser utilizado para descrever as homenagens à Horácio Coelho por incorporar tanto os aspectos espaciais quanto temporais da memória do fundador. O túmulo celebrativo, como um lugar físico, e as festas cívicas, permite aos petrolandenses manter um contato mais concreto com a memória do “pioneiro” e, por conseguinte, presentificar o passado por meio desses rituais de evocação da memória. Nesses rituais a sociedade celebra e cultua o passado, que é revivido civicamente e resguardado do desaparecimento.

Horácio Coelho, celebrado e ritualizado nas festas cívicas, no cemitério e nos históricos oficiais, torna-se a figura mítica do município, marco de uma identidade coletiva. As demandas do presente buscam no passado referências históricas a partir das quais inventam sua história na direção do futuro.³⁰⁸

Essa celebração, ou esse súbito interesse pelo passado, não é sem motivos. Ocorre num momento muito significativo para a região do Alto Vale do Itajaí. Petrolândia, como todas as cidades do Alto Vale, pertence à AMAVI (Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí). A AMAVI, fundada na década de 1960, tem sua sede no município de Rio do Sul, capital do Alto Vale. Foi criada com o propósito de estimular a integração e o desenvolvimento regional. A iniciativa veio de um grupo de prefeitos que decidiu somar esforços para enfrentar e superar os problemas estruturais da região.³⁰⁹ De acordo com Arnaldo Haas Júnior, a AMAVI, com o objetivo de divulgar os atrativos

³⁰⁷ NORA, Pierre. **Entre memória e história: o problema dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. *Projeto História: Revista do Programa de estudos de Pós-Graduação em História da PUC*. São Paulo, 1981, pp. 12-13.

³⁰⁸ Uso a expressão invenção com a intenção de exprimir a leitura que se faz do passado a partir de determinados interesses e relações de força e poder do presente.

³⁰⁹ Na revista da AMAVI, publicada em 2004, por ocasião dos 40 anos de fundação da Associação, foi publicado um texto intitulado “E Assim começou...”. De acordo com o texto: “Na década de 60, enquanto o Brasil era sacudido por questões políticas importantíssimas, a pequena região formada então por 20 municípios, embalada pelo movimento revolucionário instaurado no país, também queria mais. Prefeitos com recursos escassos enfrentavam isoladamente problemas complexos num contexto de dificuldades onde o associativismo, através do somatório de vozes e forças, apresentava-se como um caminho possível a ser percorrido no enfrentamento de questões de ordens estruturais, organizacionais, sociais, econômicas e administrativas entre tantas outras. Câmara Júnior, capítulo Rio do Sul, em 7 de novembro de 1964, reuniu os prefeitos das 20 cidades que formavam a região, objetivando a constituição de uma entidade que, trabalhando a falta de integração de seus pares, priorizasse o atendimento de causas regionais.” Disponível no site da AMAVI. www.amavi.org.br/. Acessado em 21 de setembro de 2010.

e captar investimentos para o desenvolvimento regional, “se utiliza de alguns suportes para promover a identidade coletiva, ou seja, procura indicar elementos que não se restringem apenas a este ou aquele município da região” Com esse intuito, “apela-se então para as origens do processo de colonização, enfatizando-se as ações dos antepassados europeus.”³¹⁰ Entende-se, portanto, que o impulso legitimador da busca pelas origens nos municípios do Alto Vale tenha partido da AMAVI. Embora o projeto da Associação, sintetizado na publicação “Potencialidades e Oportunidades de Investimentos para o Alto Vale do Itajaí” tenha vindo a público em 2004, a atuação da AMAVI junto aos municípios já vinha de mais tempo. Nessa publicação aparecem pequenos históricos dos municípios, semelhantes aos históricos referidos sobre Petrolândia. Apesar de individualizados, salienta Arnaldo Hass, esses históricos enfatizam os aspectos comuns a todos os municípios.

Inferimos que o interesse pelo passado de Petrolândia, no limiar do século XXI, e a busca pelas origens e pela figura do pioneiro se inserem neste contexto de integração e desenvolvimento regional, baseado em parte nos aspectos culturais e históricos da região, promovidos pela AMAVI. Os municípios, apesar de integrarem a mesma região, e de participarem de uma mesma identidade, segundo a Associação, deviam apresentar suas singularidades históricas e as atrações turísticas, com vistas a promovê-los. O “Projeto de Resgate do Patrimônio Histórico” criado no ano de 2006, numa parceria dos 28 municípios do Alto Vale com a AMAVI, deixa essa busca, ou “resgate”, do passado bastante explícito. Como podemos ler no “Projeto”:

A região foi colonizada a partir do século passado por descendentes de imigrantes europeus, em sua maioria italianos e alemães. Cada etnia trouxe consigo culturas específicas que, aliadas a cultura dos nativos deram significado histórico expressivo para o Alto Vale do Itajaí. Estes valores e tradições herdados estão desaparecendo com o passar dos anos. Se medidas de incentivo a sua preservação não acontecerem, os remanescentes deixarão de existir e a memória dos antepassados se apagará.³¹¹

Com uma visão empresarial, que identifica no passado as potencialidades para o desenvolvimento regional, a AMAVI propões que:

³¹⁰ JÚNIOR, Arnaldo Hass. **A AMAVI e o “Projeto Resgate do Patrimônio Histórico”: identidade regional e indústria do turismo. Alto Vale do Itajaí – SC (2006-2009).** In: Congresso Internacional de História. Online. Maringá, setembro de 2009.

³¹¹ “Projeto de Resgate do Patrimônio Histórico”. Disponível em guia.amavi.org.br/patrimoniohistorico. Acessado em 14 de novembro de 2010.

Os recursos históricos e culturais são potencialidades indispensáveis ao desenvolvimento sustentável da região. Para isto, é necessário sensibilizar, identificar, resgatar, preservar, valorizar e, indiscutivelmente, proteger o patrimônio cultural das cidades, seja este material ou imaterial.³¹²

Ainda segundo o “Projeto”, o “Patrimônio cultural”:

Seja ele histórico ou moderno, deve, obrigatoriamente, estar sendo discutido e preservado pelas entidades e comunidades locais e regionais, como parte da história, aplicando-o em áreas sócio-econômicas e ambientais, como forma de agregação de valores à sociedade atual e futura.³¹³

Com essa iniciativa a AMAVI e seus idealizadores pretendiam sensibilizar os órgãos públicos e as comunidades da região para o valor do patrimônio material e imaterial como catalisador do desenvolvimento. O apelo no sentido do “resgate” desse patrimônio foi formulado nos seguintes termos:

Através da Carta de Intenções, a AMAVI pretende desencadear, sugerir e participar de ações capazes de efetivar a preservação e a proteção do patrimônio histórico e cultural regional, despertando no poder público e na comunidade regional o interesse para a gestão consciente e ordenada dos recursos disponíveis às futuras gerações.³¹⁴

A partir de iniciativas como essa, todos os municípios do Alto Vale se empenharam na busca pelas origens. Esse “resgate” do passado começa pela identificação das riquezas naturais e da arquitetura, convertidas em “patrimônio”, herdadas dos antepassados e dos homens, identificados como pioneiros, que simbolizam o ponto de partida. Embora apresentando singularidades e personagens distintos, todos os municípios têm o seu mito de origem ligado à figura de um fundador, de um pioneiro, de um desbravador que abriu caminhos nas matas, habitat dos índios, edificou os sinais distinguíveis de civilização, e abriu uma senda por onde vieram os colonos e suas famílias povoar a área. As datas festivas dos municípios fazem referência ao dia da chegada do pioneiro ou das famílias pioneiras. O mito de origem de Ibirama, por exemplo, aponta o dia 8 de dezembro de 1897 como a data de sua fundação oficial. Alfred Sellin, Diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, chegou à região, acompanhado de algumas pessoas, e ali fundou a Colônia Hamônia, depois denominada

³¹² Idem.

³¹³ Idem.

³¹⁴ Idem.

Ibirama.³¹⁵ O município de Presidente Getúlio marcou o dia 1 de julho de 1904 como o dia de sua fundação. Um grupo de imigrantes de nacionalidade suíça, liderado por Karl Alexander Von Wettsteis, funcionário da Sociedade Colonizadora Hanseática, fez acampamento na confluência do Rio dos Índios e o Rio Krauel. No mesmo dia, nos informa o site da prefeitura, derrubaram a primeira árvore “para simbolizar o início da colonização e caracterizar a amizade e união entre eles. Após o simbólico gesto, denominaram o lugar de Neu Zürich em homenagem a sua cidade e a sua pátria. Iniciou-se, assim, uma pequena colônia suíça.”³¹⁶

Mesmo inexistindo uma narrativa escrita sobre o passado histórico de Petrolândia, uma rica tradição oral conserva a memória dos primeiros tempos, e a repassa de geração a geração. As escassas informações reunidas do site e no Histórico do Município levaram-me a buscar nessas narrativas orais outras informações sobre o personagem Horácio Coelho. Algumas pessoas que conviveram com Horácio e outras que “ouviram” narrativas a seu respeito são minhas fontes de acesso àqueles tempos. Em geral, tradição oral da cidade confirma Horácio Coelho como um dos primeiros homens a se instalar em Perimbó.

Seu Ladislau Tives foi um dos primeiros moradores do Perimbó. Conheceu Horácio Coelho e ainda lembra-se de várias situações envolvendo o “pioneiro”, por exemplo, do lugar onde morava:

(...) o Horácio morava ali, mas no mesmo reduto, ali embaixo da Serra era só a casa do Horácio que tinha não tinha outra casa. Ele tinha amizade com os índios, ele tinha aquela doença e falam que os índios que curou ele.³¹⁷

Horácio, de acordo com a memória local, apresentava um ferimento no nariz. Para alguns era um “câncer”, para outros a história era diferente. Seu Avelino Dionísio Momm conheceu Horácio, mas as lembranças vêm das histórias que seu pai contava:

O Horácio, quando conheci não tinha nariz, era uma cicatriz estranha, ele falava tudo fanho. Mas quem contava como ele chegou no Perimbó era meu pai. Contava também que ele quem curou foram

³¹⁵ Disponível em www.sc.gov.br/portalturismo/Default.asp?...54 Acessado em 07 de Agosto de 2010.

³¹⁶ Disponível em www.presidentegetulio.sc.gov.br/conteudo/?item. Acessado em 07 de agosto de 2010.

³¹⁷ Ladislau Alves Tives, entrevista já citada.

os índios, com as ervas do mato aí. Depois ele ficou um tempo com os índios até fazer uma cabaninha ali na Serra.³¹⁸

Seu Avelino lembra que Horácio era tropeiro, levou um coice de uma mula e foi abandonado pelos companheiros que acreditavam que ele iria morrer e não podiam ter um incomodo durante as viagens. O pai de seu Avelino tinha uma casa de comércio no Perimbó, onde os tropeiros iam comprar mantimentos quando desciam a serra. Horácio tinha um lugar cativo na venda e um copo próprio onde bebia uma “pinguinha”.³¹⁹

Quanto ao Horácio Coelho conheci pessoalmente. Morava no Costão da Serra Grande e ia seguido na praça. Tinha um cavalo vermelho bem tratado e era freguês lá na casa. Consta o nome dele nos livros da venda. Fazia compras, tomava um traguinho, montava a cavalo e ia embora a passo. O cálice da pinga era exclusivo dele, quando ia embora era lavado e guardado para a próxima vinda.³²⁰

Numa segunda entrevista realizada com Seu Avelino, lembrou de outros detalhes sobre Horácio Coelho:

Era moreno, estatura média e meia idade. Tinha um problema que era o nariz achatado, pelo nos falava havia recebido o coice de uma mula, que era madrinheira de tropa e o patrão o abandonou e que os bugres haviam lhe curado. A fala era prejudicada pelo ocorrido, mas dava para entendê-lo muito bem.³²¹

Horácio, segundo Seu Avelino, vivia solitário e se sustentava com as roças que cultivava. Provavelmente Horácio Coelho tenha sido um daqueles tropeiros luso brasileiros, ou lageanos como eram chamados, que atravessavam aquelas serras realizando pequenas trocas comerciais.

O senhor Ralf Stockburger também conheceu o “véio” Horácio. Contou que seu pai veio da Alemanha em 1923 e logo depois de comprar terras em Rio do Sul motivado por amigos, comprou terras em Perimbó. Seu Ralf nasceu em 1926 e também fala e lembra de Horácio Coelho:

(...) Índio no tempo do falecido Horácio eles passavam aqui no Rio de Dentro, na terra do Seu Eger. Ele (Horácio) morava na Serra ali

³¹⁸ Idem

³¹⁹ Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada.

³²⁰ Idem.

³²¹ Idem.

perto da serraria. Ele vinha muito na nossa casa, a falecida minha mãe muita bolachinha fez pra ele.³²²

Mesmo com a confluência de narrativas – oficiais e a memória local – que apontam Horácio Coelho como pioneiro, não é difícil supor que ele não tenha sido o primeiro. A região tinha uma ampla área de mata virgem e várias divisas. Na localidade de Indaiá faz-se limite com o município de Ituporanga, e é difícil dizer se ali não se estabeleceu o primeiro morador, pois é o lugar mais próximo da estrada de onde veio a grande maioria dos migrantes. Existe, no entanto, uma necessidade de se fixar uma origem, é o que chamamos de mito de origem, e neste caso Horácio Coelho foi o eleito. Não importa se ele foi o primeiro a fixar-se ou não na cidade, mais importante que isso é estabelecer uma origem, onde ela começou, o “gênesis”, o marco a partir do qual se possa contar a história da cidade.

Seu Avelino, que foi morar no Perimbó em 1935, fala sobre a dificuldade em apontar uma única pessoa e elegê-la como primeiro morador. Seu Avelino conheceu Horácio Coelho e acredita que ele foi “um dos primeiros” a se estabelecer na localidade. Mesmo assim insiste na dificuldade em confirmar isso:

(...) antes de essa colonizadora (**se refere a Colonizadora Catarinense**) vender os lotes aqui se tivesse algum morador era esporádico que eu duvido muito, por que quando nos chegamos no Perimbó era só mato. Ali em 35 tinha pouquíssimas casas ali. Isso aí quando deu a corrida que venderam os lotes foi gente de todo lado que comprou, saiu a colonização.³²³ (Grifo meu)

Mais especificamente sobre o pioneirismo de Horácio, Seu Avelino apresentou a seguinte versão:

Quanto ao pioneirismo de Horácio Coelho (...) é muito difícil ou impossível de se afirmar, pois pela história consta que em 1901 vieram uns gaúchos fugitivos e se estabeleceram as margens do rio Perimbó. Se já havia tropas transitando pela região, e ele (Horácio), contava que tinha 12 anos quando foi abandonado e considerando que em 1953 ele faleceu, com certeza já devia ter moradores na região.³²⁴

A versão de Seu Avelino é baseada nas pesquisas de um padre jesuíta chamada João Alfredo Rohr S.J. Segundo padre Rohr, num ensaio sobre os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense, “Petrolândia começou”:

³²² Ralf Stockburger, entrevista já citada.

³²³ Avelino Dionísio Momm, entrevista já citada.

³²⁴ Idem.

A sua história no ano de 1901, quando fugitivos gaúchos da “Guerra dos Maragatos”, vindos por Vacaria aos Campos de Lages, desceram a serra à procura de um refúgio seguro e se estabeleceram, em plena selva, às margens do Rio Perimbó, no mais completo isolamento. Foram eles Leriano Ferreira, Patrício Borges, João Alfredo Amado, Francisco Rui Prestes e Amado Saturnino Xavier, que aí fizeram as primeiras derrubadas.³²⁵

Padre Rohr, baseado em “testemunhos oculares”, apresentou também uma versão ligeiramente modificada sobre Horácio Coelho. Essa versão, ao que tudo indica, é desconhecida dos responsáveis pelo Histórico e pelo site da prefeitura. Segundo Rohr, Horácio Coelho, “vaqueiro dos campos de Lages, viu-se atacado de câncer, que lhe devorava o nariz. Como o mal se agravasse mais e mais, deixando-o horivelmente desfigurado, o infeliz Horácio, já desesperado de poder curar-se, desceu a serra para ir morrer sozinho nas matas do Rio Perimbó, onde, na época, não existia habitação alguma de homem branco”. Horácio foi então encontrado pelos “índios”, que se compadeceram do estado deplorável em que se encontrava. “Prepararam uma pasta de ervas, previamente socadas e maceradas” e colocaram na ferida. Aos poucos a ferida foi cicatrizando e Horácio melhorou. Mais tarde, foi morar em Petrolândia “e quando voltava de fazer uma caçada feliz, deixava pendurado num galho de árvore, um bom quarto de anta, para que os seus benfeitores, os índios, se regalassem com aquela presa fácil”. Horácio, de acordo com padre Rohr, morreu em 1953 e acha-se sepultado em Petrolândia.³²⁶

A versão do padre jesuíta, baseada em testemunhos que ouviu dos moradores de Petrolândia, difere de outros testemunhos que circulam na tradição oral da cidade. Esse desencontro de versões é, no mínimo, revelador do quão difuso é o “começo” de Petrolândia, especialmente a figura do “pioneiro”. É revelador também da escolha, da eleição que a prefeitura fez por uma versão, entre tantas disponíveis.

A busca pela origem do município não se fez sem controvérsias e questionamentos, especialmente quando a figura em questão não está ligada a colonização européia. Apesar de levantar a possibilidade de ele não ser o primeiro, Seu Avelino não chega a formular uma crítica ao “pioneiro”. Mas encontramos uma obra, escrita por um padre Católico, que aponta outra origem para o município. Padre Eloy escreveu sobre Petrolândia do ponto de vista dos colonizadores o livro “Famílias

³²⁵ ROHR, João Alfredo S.J. Op. cit. p. 3

³²⁶ Idem. p. 6.

Pioneiras de Salto Grande”. Salto Grande era o nome da cidade de Ituporanga e o padre/autor, no mesmo livro, inclui Petrolândia, Atalanta, Imbuia e Aurora. Padre Eloy representa os imigrantes alemães católicos, considerados por ele os verdadeiros pioneiros. Rejeita veemente que Horácio Coelho seja considerado “pioneiro”, dizendo que Horácio nada fez para o desenvolvimento da região.³²⁷ O desenvolvimento só se efetivou quando o colono organizado chegou à região e começou a produzi na terra. Enquanto o município reconhece Horácio Coelho como pioneiro, por ter sido o primeiro, esta outra visão defende que Petrolândia só conseguiu se construir por força do imigrante, ou melhor, pelos descendentes que aqui se estabeleceram. Horácio Coelho era um caboclo e este culto a um caboclo provavelmente não agradou a todos. Em entrevista, Padre Eloy nos disse que não aceita a fixação de um nome, ou a sagração de um homem, para falar da origem de Petrolândia. Percebe-se implícito na sua fala o discurso do colonizador, aquele que veio para dominar a natureza selvagem, civilizar, fazer surgir da selva casas, plantações, ruas, etc.

Outra versão sobre as origens do município, que não chega a contestar o pioneirismo oficial promovido pela prefeitura, vem da Igreja Luterana, numa espécie de panfleto histórico intitulado “Um Breve Histórico da Paróquia de Petrolândia”. O Histórico é distribuído aos membros da Igreja, e apresenta o passado sob outra perspectiva. “A colonização da Região de Ituporanga, informa o Histórico, iniciou-se no ano de 1914. Mas somente no ano de 1918 chegou o primeiro evangélico luterano de nome Carlos Jensen.” A colonização, segundo essa versão, veio de Alfredo Wagner, à época denominado Barracão, alcançou Ituporanga e, dali, “atingiu o Perimbó, atual Petrolândia.”³²⁸ Na versão luterana, não se nega o pioneirismo de Horácio Coelho. Seu nome não é sequer citado. Faz-se uma breve alusão a um povoamento anterior, para destacar a chegada do “primeiro” evangélico luterano. Carlos Jensen, no “Breve Histórico”, representa o início da história do município na versão luterana. Depois dele, na esteira do seu pioneirismo, vieram as “famílias evangélicas”, que deram início a localidade de Rio do Jango. A narrativa prossegue com a construção da primeira escola, da chegada do primeiro pastor e a edificação da primeira Igreja.

O que podemos constatar, sem pretender transformar a visão de Padre Eloy, ou “Breve Histórico” luterano em correntes de oposição ao mito de origem, é que as

³²⁷Dorvalino Koch, entrevista já citada.

³²⁸Breve Histórico da Paróquia de Petrolândia.

representações sobre o passado constituem-se dentro de um campo de lutas que engendram diferentes percepções do passado. Essas lutas refletem os valores praticados pelos sujeitos ou grupos sociais, que os projetam para o passado a fim de moldá-lo às suas necessidades e concepções. A luta pela memória, que é um aspecto da luta pelo passado, constitui também um campo de luta, de construção, de disputa de sentido. Para Jacques Le Goff “a memória colectiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência ou pela promoção”.³²⁹

A busca pela história de Petrolândia, especialmente sobre seu mito de origem, nos lembra o filme *Narradores de Javé* e as disputas sobre o passado e as memórias da comunidade de Javé. Distinguindo as diferenças e intenções entre a obra cinematográfica e o registro do passado, o filme nos ajuda a entender a construção do passado em Petrolândia. No filme os moradores do Vale de Javé acreditam que somente um passado heróico, numa terra de heróis, pode livrar a comunidade da construção de uma barragem que ameaça retirar o lugarejo do mapa. Os moradores então se mobilizam em torno de um narrador letrado, numa comunidade iletrada, que percorre o lugar em busca das memórias do passado conservadas na tradição oral. Na busca pela origem do lugar, a partir da qual se pretende narrar suas histórias, o narrador se vê diante de inúmeras versões do passado, que lhe são apresentadas pelos diferentes sujeitos de rememoração. Cada grupo quer lhe impor a sua versão do passado. Nestas versões, o fundador de Javé apresenta características tão distintas quantos são os grupos que reivindicam sua memória. O lugar transforma-se num campo de batalhas em torno das memórias do passado e do herói fundador.³³⁰

A tensão entre a versão oficial que consagrou Horácio Coelho, a contestação do padre Eloy, que identifica os imigrantes europeus como fundadores, e a versão luterana, centrada na figura de Carlos Jensen, é um combate pela memória local, nas modestas proporções de Petrolândia. Mas convém lembrar que a rememoração do passado e a afirmação de uma identidade local têm o seu reverso: o esquecimento. Se o “pioneiro” e as famílias dos colonizadores foram trazidos à memória, os xokleng, por exemplo, ficaram nos domínios do esquecimento. Os índios, identificados apenas como os

³²⁹ LE GOFF, Jacques. Op. cit. 1990, p. 46.

³³⁰ *Narradores de Javé*. Brasil: 2003. Dirigido por Eliane Caffé.

primeiros habitantes, são descritos como elementos da natureza local, os habitantes naturais, exóticos, que antecederam o advento da civilização. A distinção entre primeiros habitantes e fundadores é clara. Os habitantes originários pertencem a um período selvagem, a uma natureza primitiva, viviam em grutas, andavam nus e assustavam os colonizadores. Os fundadores, ao contrário, são aqueles que trazem as sementes da civilização e deflagram o processo de colonização. Eis o que distingue o índio do “pioneiro” e define o lugar de cada um na identidade coletiva.

Essa busca por um pioneirismo, associado nas cidades do Alto Vale a chegada dos colonizadores, merece mais atenção. Quando se elege um pioneiro, imagina-se que se esteja prestando uma homenagem a um vulto do passado que tenha contribuído de maneira significativa para a formação do lugar. Se observarmos mais atentamente, no entanto, perceberemos que, do ponto de vista do historiador, não é exatamente o homenageado que devemos mirar, mas aqueles que elegem o pioneiro e lhe prestam a homenagem. A noção de pioneirismo nos remete a um contexto histórico, do presente, que se volta ao passado em busca de uma origem, de um começo, a partir do se possa estabelecer uma linha de continuidade entre passado e presente. Identificada a origem, organiza-se a sucessão dos fatos que ligam linearmente o momento inicial ao presente. A noção de pioneirismo configura, assim, um discurso homogeneizador que faz a história fluir num *continuum*, ou numa marcha evolutiva, marcada pela constância, pela unidade e pela harmonia. Reúnem passado e presente, e a diversidade do tempo, “em uma totalidade bem fechada sobre si mesma.”³³¹ A história, assim entendida, e amarrada, transforma-se numa “cadeia contínua”³³² e imutável de acontecimentos perfeitamente encadeados. A sucessão de fatos, desencadeada a partir do marco de origem, tende a estabelecer uma continuidade evolutiva entre um momento inicial e um presente que rememora. No site de Petrolândia, os “dados históricos”, resumidos em sete parágrafos, criam uma linha de eventos para mostrar o desenvolvimento histórico do município. Depois de destacar o pioneirismo de Horácio Coelho e Jango Rodrigues, uma cadeia de eventos políticos é disposta em ordem linear:

Em 1934 foi constituída em Distrito Alto Perimbó, pertencente a Bom Retiro. Em 1948, com a emancipação do município de Ituporanga, desmembrando-se do município de Bom Retiro, Petrolândia com a

³³¹ FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 26.

³³² NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2003.

denominação de PERIMBÓ, passou a ser distrito do novo município de Ituporanga. (...) Em 26 de julho de 1962, pela Lei Estadual 837, foi criado o município de Petrolândia.³³³

As referências ao passado, às memórias de uma comunidade, são um elemento fundamental na construção das identidades coletivas. Além de fortalecer o sentimento de pertencimento e a continuidade temporal, o apelo à memória tem por função essencial manter a coesão interna. No mundo contemporâneo, globalizado e homogeneizador, a identidade local funciona como um elemento de afirmação da singularidade de uma coletividade diante das outras que a rodeiam e como aglutinador na estruturação dos elos que criam um sentimento coletivo de pertencimento. Ser petrolandense é, além de compartilhar o mesmo espaço, ter um passado em comum, diferente do passado do município vizinho. Horácio Coelho, nesta perspectiva, torna-se um símbolo de unidade local. A história, da maneira como é acionada, é vista como a sucessão de eventos, devidamente selecionados, que liga harmonicamente o passado e o presente. Os acontecimentos, dispostos sem qualquer problematização, são naturalizados e transformados em “dados” que passam a identificar a cidade. O passado histórico, convertido em “dados históricos”, torna-se um catálogo de informações úteis, disponibilizado aos interessados.³³⁴ Iniciativas como essa organizam o passado de um ponto de vista oficial e lhe conferem uma textura, uma imagem, um sentido histórico.

A busca pela origem, vista dessa perspectiva, estaria associada a um conjunto de valores e interesses que caberia ao historiador localizar. Daí a necessidade de buscarmos não a história do pioneiro, mas a da designação do pioneirismo. Dito de outra forma desloca-se o foco do personagem cultuado para o contexto em que este personagem passa a ser objeto de culto. O pioneirismo de Horácio Coelho, assim entendido, é uma invenção do presente,³³⁵ uma criação oficial destinada a apontar o marco histórico inicial da cidade.

Petrolândia, ou certa configuração política da cidade, num contexto regional de “resgate do patrimônio histórico” e de busca pelas origens dos municípios, volta para o

³³³ Dados Históricos do município de Petrolândia. Disponível em www.petrolandia.com.br/. Acessado em 12 de outubro de 2010.

³³⁴ Não é nossa intenção sugerir que a prefeitura não possa se utilizar dos registros históricos da maneira como o faz para divulgar o município. Existem diferentes usos da história, todos com a sua legitimidade. Nossa intenção é apenas problematizar o uso da história para a afirmação de uma identidade local.

³³⁵ Usamos o termo “invenção” para afirmar o caráter subjetivista da produção histórica, tal como foi definido por Durval Albuquerque. Ver JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Baurú: Edusc, 2007.

passado em busca do seu momento inicial, entre o final da década de 1990 e início do século XXI. “As referências ao passado, de acordo com Michel Pollak, servem para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõe uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, e sua complementaridade”.³³⁶ Horácio Coelho, personagem quase lendário das narrativas orais da cidade, torna-se o pioneiro, o fundador, uma criação oficial destinada a demarcar a singularidade histórica do município em relação aos demais municípios do Alto Vale.

3.2 Horácio Coelho: o anti-modelo do pioneiro.

É no mínimo curioso, e desafiador para o pesquisador, que numa cidade de colonização alemã o herói fundador seja um caboclo. Não conhecemos as origens de Horácio Coelho, de onde veio nem como chegou à região. Não era um colono “de origem”, não tinha ligações com as famílias importantes da cidade e não deixou rastros nem descendência. Talvez a dificuldade em apontar um fundador “de origem”, somado a necessidade de buscar uma origem, tenha levado a Prefeitura a recorrer a tradição oral do município que reteve o nome de Horácio Coelho como o primeiro homem branco que ali se estabeleceu. Vários moradores antigos da cidade, alguns deles testemunhos oculares, contam sobre as desventuras do caboclo Horácio. Contadas de geração a geração essas narrativas passam a compor o patrimônio imaterial da cidade.

Horácio tinha tudo para ser o anti-herói. Um caboclo desfigurado pelo coice de uma mula, que foi curado pelos índios. É uma figura fugidia, difusa, que sobrevive lendariamente na tradição oral da cidade. Seria um daqueles personagens anônimos, não fosse a prefeitura voltar-se para o passado em busca de uma origem, de um pioneiro. Do anonimato, Horácio Coelho é alçado à condição de fundador oficial, e torna-se um mito local, sem nunca pretender ter sido. Sua presença na região era acidental, fortuita. Foi abandonado pelos companheiros para morrer. Viveu solitário e, se considerarmos a perspectiva do empreendedorismo e do progresso material que dominam as abordagens oficiais da colonização, em nada colaborou para a colonização do lugar. Ele simplesmente estava lá.

³³⁶ POLLAK, Michel. Op. cit. 1989, p. 9.

A figura de Horácio não corresponde ao modelo do pioneiro típico. De acordo com o modelo recorrente, o pioneiro é um desbravador, que com dedicação e trabalho incansável transformou uma terra inóspita e “selvagem” numa área habitável e próspera. Depois de cumprida sua missão civilizadora, o pioneiro deixa um legado para a comunidade, um caminho pavimentado no rumo do progresso.³³⁷ O discurso do pioneirismo, relacionado à colonização, é o discurso do trabalhado imigrante que inaugura um espaço antes “desabitado” e funda ali um núcleo de civilização, ainda que estes espaços sejam habitados por grupos indígenas e populações caboclas.

O que explica Horácio ter sido eleito pela memória oficial da cidade o pioneiro, foi, de acordo com o que indicam as pesquisas, a necessidade de se buscar no passado uma figura que identificasse ou demarcasse um começo. Na ausência de um nome relacionado às famílias migrantes alemãs, reconhecido como consensual, optou-se por Horácio, que é lembrado pelos moradores mais antigos como uma figura que já estava ali quando os primeiros colonos alemães chegaram. Ele é o pioneiro no sentido de que foi primeiro, embora existam controvérsias a respeito. No próprio site de Petrolândia, citado anteriormente, afirma-se, num parágrafo, que a região foi colonizada por gaúchos e catarinenses vindos no planalto serrano. No parágrafo seguinte Horácio e Jango são apontados como os pioneiros. Logo, conclui-se que mais importante do que saber quem chegou primeiro é apontar a figura de um pioneiro, de um marco inaugural a partir do qual se desenrolou a história do município. Se, por um lado, o caboclo Horácio não encarna a figura ideal do pioneiro, por outro, ele encarna o papel do personagem histórico inaugural, que marca, de acordo com a história oficial, o início de Petrolândia para a história. Mais do que um homem ou um sujeito histórico, Horácio tornou-se um personagem emblemático e simbólico.

³³⁷ Ver, por exemplo, o estudo de Andréia de Cássia Heint sobre memória e pioneirismo no Mato Grosso. HEINST, Andréia de Cássia. **Memória e pioneirismo: batalha de narrativas em uma área de ocupação recente em Mato Grosso**. Disponível em <http://www.historiaimagem.com.br>. Acessado em 19 de novembro de 2010.

Considerações Finais

O propósito deste trabalho foi apresentar uma visão mais geral sobre o processo de ocupação e colonização de Petrolândia, nas décadas iniciais do século XX. Procuramos, sobretudo, destacar os diferentes sujeitos – índios, caboclos, colonos alemães e tropeiros - que povoaram a região e as relações que entre eles se estabeleceram. Embora a efetiva colonização tenha ocorrido com a chegada das famílias de colonos alemães que se fixaram em lotes e fundaram as primeiras comunidades, não podemos desconsiderar a importância, ou a presença, dos demais sujeitos, povoadores ou não, que interagiram com os colonos e com o espaço. A reconstrução do passado de Petrolândia apenas a partir dos colonos alemães ficaria bastante incompleta. As relações que mantiveram com tropeiros, índios e caboclos, que já viviam na região há mais tempo, foram fundamentais para a adaptação e permanência no lugar.

Usamos para esse propósito a memória de alguns moradores da cidade, como elo de interpretação do passado. As memórias guardam registros e experiências de vida, conservam lugares e fixam cenários que permitem uma constante visita ao passado. Nos domínios da memória, os detalhes e as lembranças, aparentemente insignificantes, são “artigos de valor” que devem ser preservados e cuidados, pois constituem um valioso patrimônio invisível de um lugar.³³⁸ Assim, trabalhamos com as memórias de um lugar. O lugar é o resultado da apropriação simbólica do espaço. De acordo com Tuan, o “que começa como espaço diferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa: cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar”.³³⁹

Petrolândia é esse espaço tornado lugar pelo acúmulo experiências de vida, de recordações, de sentimentos compartilhados. Para Susana Gastal, “conforme a cidade acumula memórias, em camadas que, ao somarem-se vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória (...) onde a comunidade vê partes significativas do seu

³³⁸ Ver ANDRADE, Cyntia. **Lugar de memória ... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA.** Passos, Revista de Turismo e Patrimônio Cultural. Vol. 6. N. 3, p. 570. Disponível em www.pasosonline.org.

³³⁹ TUAN, Hi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983, p. 6.

passado com incomensurável valor afetivo”.³⁴⁰ Nos propomos, desde o início da pesquisa, a ouvir as vozes da cidade que guardavam esse acúmulo de memórias, nem sempre visto como algo de valor. A rica tradição oral de Petrolândia, ou o seu patrimônio imaterial, preservada pelos antigos moradores, contrasta com a ausência de uma narrativa histórica sobre a colonização e sobre o passado, de uma maneira geral. O desinteresse pela pesquisa histórica na cidade contrasta também com o gosto que esses antigos moradores têm por narrar/contar sobre as coisas do passado. E o passado está vivo nas memórias dessas pessoas que, ao recordar, o revivem com emoção e intensidade. Basta querer e saber ouvir. Grande parte dos (as) entrevistados (as) comentou que seus netos já não conhecerão mais a história de Petrolândia, pois os antigos estão falecendo e junto deles os acontecimentos vividos. Se esse trabalho conseguir pelo menos preservar essas informações para as gerações futuras, e para futuros estudos, ele terá alcançado um dos seus mais importantes objetivos.

Foi por meio das narrativas das pessoas mais antigas da cidade que encontrei um caminho de volta ao passado. As recordações me permitiram conhecer e entender os movimentos populacionais que deslocaram colonos e famílias de colonos das antigas áreas de colonização para as terras que hoje sediam Petrolândia, a adaptação ao novo lugar e os arranjos sociais, culturais e identitários que as famílias foram construindo, entre si e em relação aos sujeitos que já se ocupavam aquele espaço. O cruzamento das informações orais, obtidas por meio de entrevistas com pessoas de distintos lugares do município, que vieram para a região em épocas diferentes, possibilitou uma visão mais clara do processo de povoamento. Alguns dos entrevistados, como Seu Evaldo, migraram das velhas colônias para Perimbó, outros nasceram em Perimbó, nas décadas de 1910, 1920, 1930 e 1940. Embora todos os entrevistados tenham muitas coisas em comum, sobretudo relacionadas ao passado da cidade, a forma de lembrar de cada um é única. Não existe uma essência identitária, desvinculada dos significados produzidos pelos sujeitos, a ser “resgatada” da memória dos antigos moradores. As diferentes formas de narrar e de recordar dos nossos entrevistados, por vezes em relação ao mesmo acontecimento, deixaram claro que o ato de rememorar, embora a memória social seja compartilhada por um grupo, é sempre individual. A este respeito, nos parece pertinente a análise de Pierre Nora, para quem a memória:

³⁴⁰ GASTAL, Susana. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL, Susana (org.) **Turismo, investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 77.

(...) emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.³⁴¹

O trabalho que resultou na dissertação foi uma troca, e transitou na fronteira entre a história e a memória. A historiadora tinha os instrumentos de interpretação do passado, mas não tinha as vivências e as lembranças dos tempos mais antigos. Os antigos moradores tinham a vivência e as lembranças, mas não dispunham do olhar do historiador para transformar as vivências em conhecimento histórico sobre o passado de Petrolândia. A memória por si só não é história. Embora ambas evoquem o passado, matéria-prima comum, memória e história não se confundem. Pierre Nora, na década de 1980, procurou estabelecer a distinção entre os dois campos. Para o historiador:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.³⁴²

A história, por sua vez:

é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.³⁴³

A história, como um recorte crítico da memória, problematiza e contextualiza as informações registradas pela memória. Assim, as preciosas informações que me foram passadas nas entrevistas, foram contextualizadas a luz das categorias teóricas e devolvidas como história, ou seja, articuladas por um discurso histórico.

O gosto por ouvir fez desse trabalho uma experiência de crescimento, não apenas acadêmica, mas pessoal. Ouvir sobre as vivências me fez entrar naquele mundo de dificuldades, incertezas, de trabalho intenso e dedicado. as famílias tiveram que ter muita força de vontade para conseguir construir o espaço, seus espaços, seus lares.

Por fim, cabe observar que este trabalho não foi algo determinado, que obedeceu a um plano previamente traçado e perseguido obstinadamente. Em parte, seguimos uma

³⁴¹ Nora, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993, p. 09.

³⁴² Idem.

³⁴³ Idem.

trajetória definida antecipadamente, mas, na maioria das vezes, fomos surpreendidas e nos deixamos levar pelos caminhos que a pesquisa indicava. As entrevistas, as narrativas, os lugares, de uma forma ou de outra, foram desenhando o texto da maneira como ele se apresenta, e imprimindo ao trabalho características que não faziam parte do projeto inicial.

Referências Bibliográficas

A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de março de 1997, La Sorbone, 28 de março de 1997/ Academia Universal da Cultura; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ALBURQUERQUE JUNIOR, D. M. **A Invenção do Nordeste e outras artes.** 1. Ed. São Paulo/Recife: Cortez/Massangana, 1999.

ANDRADE, Cyntia. **Lugar de memória ... memórias de um lugar: patrimônio imaterial de Igatu, Andaraí, BA.** Passos, Revista de Turismo e Patrimônio Cultural. Vol. 6. N. 3, p. 570. Disponível em www.pasosonline.org.

BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M. F (orgs). **História de Santa Catarina no século XIX.** Florianópolis: Ufsc, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.** In Pierre Bourdieu; prefacio Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1996.

_____, **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____, **O poder simbólico.** 4ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos.** 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (português de Portugal) – 4ª ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

BURKE, Peter. **A Cultura Popular na Idade Moderna.** São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

BRITO, Fausto. **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CADIOU, François [et al.] **Como se faz a história: historiografia, método e pesquisa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CAMARGO, Célia Reis. **A construção da memória na sociedade global. Identidades sociais: local X global.** In: Patrimônio e memória. UNESP-FCLAs-CEDAP, v 2, n 2, 2006.

COELHO DOS SANTOS, Sílvia. 1970. **A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina.** Florianópolis: UFSC, 1970.

COPETTI, Lúcia Daiane; TAVARES, Francinei Bentes. **Compreendendo as metamorfoses da agricultura familiar alegriense através da abordagem de sistemas agrários.** Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. 2007.

CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

DREHER, Martin Norberto. (Org). **Imigrações e História da Igreja no Brasil**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

_____. **Igreja e Germanidade**. São Leopoldo, RS. Editora Sinodal, 1984.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Ed Perspectiva, 1989.

ELIAS, Nobert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.

FARIAS, Wilson Francisco de. **São José: 250 anos. Natureza, história, cultura**. São José: Ed. Do autor, 2001.

FÁVERI, Marlene de. **Questões para o estudo de História, memória e gênero**. Revista Alcance – Ano VIII – n.6 p. 67 – 72 novembro 2001 – Itajaí.

_____. **Memórias de uma (outra) Guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. UFSC, 2004.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GASTAL, Susana. Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local. In: GASTAL, Susana (org.) **Turismo, investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 77.

GOULART, Maria do Carmo Ramos Krieger; FRAGA, Nilson Cesar. **Vale dos índios, Vale dos Imigrantes**. Blumenau: Cultura em Movimento, 2000.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial. Migrações no Oeste do Paraná (1940-70)**. Edunioeste, Cascavel, 2002.

GROSSELLI, Renzo Maria, **Vencer ou Morrer: camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras Santa Catarina 1875-1900**. Florianópolis; Ed. Da UFSC, 1987.

JÚNIOR, Arnaldo Hass. **Horizontes da escrita: historiografia, uma idéia de região e a monumentalização do passado. Alto Vale do Itajaí – SC (1985 – 2007)**. Dissertação de mestrado, Udesc, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Editora Paz e Terra, São Paulo, 7ª edição, 2004.

HEIDRICH, Álvaro Luiz Heidrich. **Região e regionalismo: observações acerca dos vínculos entre a sociedade e o território em escala regional**. In: Boletim Gaúcho de Geografia. Porto Alegre, nº 25, 1999.

HEINST, Andréia de Cássia. **Memória e pioneirismo: batalha de narrativas em uma área de ocupação recente em Mato Grosso**. Disponível em <http://www.historiaimagem.com.br>.

JOCHEM, Toni Vidal e Alves, Débora Bendocchi. **São Pedro de Alcântara**. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

KOCH, Eloy Dorvalino; Momm, João. **Famílias Pioneiras de Salto Grande**. Imprensa Ipiranga S.A. Joinville, 1985.

KLUG, João. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã em Desterro**. Florianópolis, Papa-Livro, 1994.

LAVINA, Rodrigo. **Indígenas de Santa Catarina: história de povos invisíveis**. In: BRANCHER, Ana, (Org) História de Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

LUCAS, Victor. **Olhos Azuis: a história de um Rio**. Rio do Sul: Nova Era, 2001.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo, Edições Loyola, 5ª Ed. 2005.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. **Protestantes, Pentecostais e Ecumênicos: o campo religioso e seus personagens**. São Bernardo do Campo, UESP, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda Consideração Intempestiva**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2003.

NODARI, Eunice S. **Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras**. Esboços (Florianópolis), v. 10, n. 10, p. 29-51, 2002.

OLIVEIRA, Paulo Rogério Melo de; STAROSKI, Vivian. Imigração, memória e turismo no Vale do Itajaí. In: SOUZA, Evandro André de (org.). **Casa Azul: História e Desenvolvimento de uma Comunidade no Vale do Itajaí**. Indaial: Editora da UNIASSELVI, 2008.

PIAZZA, Walter Fernando. **Colonização de Santa Catarina**. 3ª ed. – Florianópolis: Lunardelli, c1994.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença**. São Paulo, USP. Curso de Pós Graduação em Sociologia, 1999.

POUTIGNATT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

REICHERT, Patrício. **Diferenças culturais entre caboclos e teuto-brasileiros de Porto Novo: a segregação social do caboclo**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 2008.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

ROHR, João Alfredo. **Os sítios arqueológicos do Planalto Catarinense**. Pesquisas, Antropologia nº 24, 1971.

SÁ, Antônio Fernando de Araujo. **Combates entre a história e a memória**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual**. Florianópolis: Editora da UFSC; Itajaí: Editora da UNIVALI, 1997.

_____. **A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1970.

SILVA NETO, B. **Estudo dos Sistemas de Produção Agropecuários da região de Três de Maio/RS**. Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 1997.

SIMONI, Karine. **Além da enxada, a utopia**. A colonização italiana no Oeste catarinense. Florianópolis: Dissertação de Mestrado, UFSC, 2003.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **JOÃO ALFREDO ROHR Um jesuíta em tempos de transição**. PESQUISAS, ANTROPOLOGIA N° 67: 09-22 São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2009.

SENS, João Nicolau. **Família Sens: uma história para se contar**. Florianópolis, 2005.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Ed. Movimento, 2ª ed., 1999a.

_____. SEYFERTH, Giralda. **Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro**. Mana, out. 1999b, vol.5, nº.2

_____. **Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso)**. Anuário Antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis, 1982.

SILVA, Zedar Perfeito da. **O Vale do Itajaí: documentário da vida rural, n 6.** Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1954.

SOUZA, Itamar de. **Migrações Internas no Brasil.** Ed. Vozes, 1980.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado - História Oral.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRUZZI, Oswaldo. **Redes em processos migratórios.** Tempo Social, Revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, 2008.

TUAN, Hi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 4ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil.** 2ª Ed – São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

WITT, Marcos Antonio. **Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul – século XIX).** Porto Alegre: PUCRS, Dissertação de mestrado, 2008.

WITTMANN, L. T. **Atos do contato: histórias do povo indígena Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926).** Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2005.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Historiografia Catarinense: uma introdução ao debate.** In Revista Catarinense de História, Florianópolis, nº 2, p5-15, 1994.

WOORTMANN, Ellen. **Identidades e memórias entre teuto-brasileiros: os dois lados do atlântico.** In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: PPGAS, 2000.

ZARUR, George de Cerqueira Leite (Org). **Região e nação na América Latina.** Ed. UnB. Brasília, 2000.

Fontes Orais:

Entrevistas:

Adolfo Staroski: Entrevista realizada em Petrolândia (janeiro de 2008).

Avelino Dionísio Momm: Entrevistas realizadas em Florianópolis (janeiro 2008).

Dorvalino Momm: Entrevista realizada em Petrolândia (setembro de 2010).

Evaldo Schistel: Entrevista realizada em Petrolândia (setembro de 2010).

Herta Kratz Staroski: Entrevista realizada em Petrolândia (janeiro de 2008).

Hilberto Staroski : Entrevista realizada em Petrolândia (maio de 2008).

Iva Derner Staroski: Entrevista realizada em Petrolândia (maio de 2008).

Ladislau Alves Tives: Entrevista realizada em Petrolândia (janeiro de 2008).

Maria Becker Graci: Entrevista realizada em Petrolândia (dezembro de 2007).

Maria Bernadete Schappo Momm: Entrevista realizada em Petrolândia (setembro de 2010).

Nilo Momm: Entrevista realizada em Florianópolis (janeiro de 2008).

Ralf Stockburger: Entrevista realizada em Petrolândia (janeiro de 2008).

Santo Graci: Entrevista realizada em Petrolândia (dezembro de 2007).

Sigfrido Eger: Entrevista realizada em Petrolândia (fevereiro de 2010).

Willy Staroski: Entrevista realizada em Petrolândia (abril de 2009).

Padre Dorvalino Koch: Entrevista realizada em Brusque (junho de 2008).

Escritas:

- Livro diário da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil.
- Bom Retiro e Rio do Sul. Gerência de Assuntos Fundiários e Fundo de Terras.
- Atestado emitido pela Secretaria de Fazenda e Obras Públicas de Santa Catarina. 1921.
- Profissão de Fé da Paróquia Santo Estevão, Salto Grande.
- Termos de Juramento da parte católica e acatólica. Paróquia Santo Estevão.
- Relatório apresentado ao Ilmo Sr. Engenheiro Pedro A. Gonçalves pela Sociedade Colonizadora Catharinense, de 1935. Arquivo Público de Florianópolis. Número de classificação: 2:21. Título: Planta geral das terras de propriedade da Colonizadora Catharinense.

Digitais:

- Site da Família Momm. Disponível em <http://nilomomm.tripod.com/histrias/id10.html>.
- Site da Prefeitura de Petrolândia. Disponível em www.petrolandia.sc.gov.br
- Site da Prefeitura de Alfredo Wagner. Disponível www.alfredowagner.sc.gov.br
- Site da Prefeitura de Ibirama. Disponível em www.Ibirama.sc.gov.br
- Site da Prefeitura de Presidente Getúlio. Disponível em www.presidentegetulio.sc.gov.br
- Site da Prefeitura de Ituporanga. Disponível em www.ituporanga.sc.gov.br